



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**CLAUDÊNIA DE LIMA MOREIRA**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DO NUFACE/UFC E O ALCANCE**  
**DOS SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE**

**FORTALEZA**

**2024**

CLAUDÊNIA DE LIMA MOREIRA

RESPONSABILIDADE SOCIAL DO NUFACE/UFC E O ALCANCE DOS  
SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Orientador: Professor Dr. Carlos Américo Leite Moreira.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M837r Moreira, Claudênia de Lima.  
Responsabilidade Social do NUFACE/UFC e o Alcance dos Serviços Prestados à Comunidade /  
Claudênia de Lima Moreira. – 2024.  
123 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado  
Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Dr. Carlos Américo Leite Moreira..
1. Ação de Extensão. 2. Responsabilidade Social. 3. Controle e Estado. I. Título.
- CDD 320.6
-

CLAUDÊNIA DE LIMA MOREIRA

RESPONSABILIDADE SOCIAL DO NUFACE/FFOE/UFC E O ALCANCE DOS  
SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em : \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Dr. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Professor Dr. Wagner Araújo de Negreiros  
Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE/UFC)

---

Prof. Dr. Eduardo Girão Santiago  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus por todas as minhas conquistas profissionais e científicas e aos meus pais Antônio Eliezio Moreira *in memoriam* e Maria Socorro Lima Moreira por me inspirarem a ser uma pessoa forte e resiliente ao enfrentar as batalhas da vida e a me ensinarem a querer com determinação a minha formação, ponte segura para os meus sonhos.

## **AGRADECIMENTOS**

É preciso externar minha alegria por ter alcançado mais essa etapa na minha vida, não foi fácil, devido ao cansaço das atividades e de noites mal dormidas para conciliar o trabalho e a rotina de estudo.

Agradeço aos meus irmãos e sobrinhos, cujos nomes teriam que fazer um novo trabalho de dissertação para homenagear a todos.

Aos meus filhos Arthur de Lima Leite e Beatriz de Lima Leite, aos meus netos, Helena de Lima Leite e Otton de Lima Leite e a minha nora Priscylla Cinthya de Siqueira Lima pelo amor e abrigo. Todos representam uma lareira em dias frios que aquece a minha vida e a felicidade de uma manhã ensolarada.

Ao meu orientador, Carlos Américo Leite Moreira, e a Banca de professores designada para compor este trabalho, a saber, Wagner Araújo de Negreiros e Eduardo Girão Santiago por serem meu ponto de luz no percurso desta dissertação.

Agradeço também aos amigos e companheiros de jornada do MAPP e da UFC que contribuíram imensamente nessa minha trajetória de trabalho representados na Professora Neiva Francenely Cunha Vieira, Cíntia Paula Ribeiro da Silva, Agnaldo de Sousa Gomes e Paula Rafaela Soares Cavalcante. Sou muito grata pelo apoio de vocês.

Não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, e não há sucesso no que não se gerencia. (*William Deming* - 1900 a 1903).

## RESUMO

No cenário de constantes mudanças e transformações pelos quais a sociedade tem passado ao longo das últimas décadas, o papel social das organizações públicas tem sido cada vez mais demandado, sobretudo o da Universidade, que tem se destacado por sua contribuição na superação de entraves sociais através das ações de extensão, um elo fundamental entre ensino e sociedade. Nesse sentido, as ações propostas pela Responsabilidade Social vêm propiciar uma discussão sobre o propósito das organizações na comunidade, podendo garantir que faça parte de um planejamento estratégico com vistas a gerar valores de sustentabilidade e éticos. Assim, o estudo versará sob o prisma da responsabilidade social do projeto Núcleo de Defeitos da Face (NUFACE), uma ação de extensão da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE), da Universidade Federal do Ceará (UFC), que surgiu em meados de 1996, observando critérios sociais, ambientais, de controle e transparência. Registra-se que a pauta sobre avaliação de políticas públicas é recente e no Brasil surgiu em decorrência da Reforma do Estado com uma agenda neoliberal, cujo objetivo era voltado para princípios de livre mercado e privatizações com exigências externas, fomentadas por organismos internacionais através do Banco Mundial em troca de financiamento (RODRIGUES, 2008; ROBERTSON *et al*, 2012). Diante do exposto, com vistas a alcançar os objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada será os pressupostos da avaliação em profundidade de Léa Rodrigues e da Avaliação de Conteúdo de Bardin (1977). Por conseguinte, apesar de a política proposta estar inserida em um universo em que predomina uma compreensão mais positivista, direcionada na maioria das vezes por parâmetros de eficiência e qualidade, busca-se contemplar o ambiente que envolve a ação de extensão e abordar com ênfase a dimensão social do projeto, sob a percepção dos sujeitos, fazendo o enlace entre teoria e contexto (GUSSI *et al*, 2019). Sem desconsiderar que a ação está inserida na educação superior e pública que é parte estratégica para o desenvolvimento social e econômico do país.

**Palavras-chave:** ação de extensão; responsabilidade social; controle e Estado.

## ABSTRACT

In the context of constant changes and transformations that society has undergone over recent decades, the social role of public organizations has increasingly been demanded, especially that of the University, which has distinguished itself through its contribution to overcoming social barriers via extension activities— a fundamental link between education and society. In this sense, the actions proposed by Social Responsibility foster a discussion on the purpose of organizations within the community, potentially ensuring that it is part of a strategic plan aimed at generating sustainability and ethical values. Thus, the study will examine the social responsibility of the Facial Defects Core Project (NUFACE), an extension activity of the Faculty of Pharmacy, Dentistry, and Nursing (FFOE) at the Federal University of Ceará (UFC), which originated in mid-1996, observing social, environmental, control, and transparency criteria. It is noteworthy that the agenda for public policy evaluation is relatively recent in Brazil, emerging as a result of the State Reform with a neoliberal agenda, which focused on free market principles and privatizations with external demands, promoted by international organizations through the World Bank in exchange for funding (RODRIGUES, 2008; ROBERTIZON et al, 2012). Given this context, to achieve the research objectives, the methodology will employ the in-depth evaluation principles of Léa Rodrigues and the Content Analysis of Bardin (1977). Consequently, although the proposed policy is situated in a universe predominantly influenced by a positivist understanding, often directed by efficiency and quality parameters, the study aims to encompass the environment surrounding the extension activity and emphasize the social dimension of the project, from the perspective of the subjects, bridging theory and context (GUSSI et al, 2019). This does not disregard that the action is part of higher education and public service, which is strategically important for the social and economic development of the country.

**Keywords:** extension activity; social responsibility; control and State.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de Participantes das Ações por Área Temática.....	82
Figura 2 – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.....	82
Figura 3 – Carta de Serviços ao Cidadão .....	84
Figura 4 – Painel de Extensão da UFC .....	85
Figura 5 - Contatos Projeto NUFACE.....	85
Figura 6 – Página do <i>Instagram</i> do projeto NUFACE .....	86

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária pacientes do NUFACE.....	97
Gráfico 2 – Identidade de Gênero.....	98
Gráfico 3 – Localização .....	99
Gráfico 4 – Renda Mensal Familiar.....	100

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Legislação (Leis, Decretos e Portarias que regulamentam a transparência no Brasil).....	40
Quadro 2 –	Explicativo das Categorias Fundantes da Pesquisa do projeto NUFACE.....	44
Quadro 3 –	Explicativo da relação existente entre as categorias e o Projeto NUFACE.....	45
Quadro 4 –	Explicativo da Avaliação em profundidade - estudo bibliográfico e documental.....	50
Quadro 5 –	Explicativo da Análise de Conteúdo - estudo documental, entrevistas e pesquisa de campo.....	50
Quadro 6 –	Resumo das Ações propostas pelo Banco Mundial para Educação nos países da América Latina.....	60
Quadro 7 –	Explicativo da Avaliação em profundidade - estudo bibliográfico e pesquisa documental.....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
CAFAAE	Coordenadoria de Apoio, Fomento e Avaliação das Ações de Extensão
CCM	Coordenadoria de Comunicação e Marketing
CEO	Centro de especialidades Odontológicas
CDFAM	Coordenadoria de Desenvolvimento Familiar
CIOCE	Congresso Internacional de Odontologia
CGU	Controladoria Geral da União
CNN	Cable News Network
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEPE	Conselho Nacional de educação
CONSUNI	Conselho superior Universitário
EFD	Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil
EUA	Estados Unidos da América
FFOE	Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FCPC	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura
HEMOCE	Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará
GEN	Grupo Editorial Nacional
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituto Federal de Ensino Superior
INCA	Instituto Nacional de Câncer
NEPE	Núcleo de Estudo em Pacientes Especiais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NUFACE	Núcleo de Defeitos da Face
NUTEC	Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará
ISO	Organização Internacional de Padronização
PNE	Plano Nacional de Educação
POP's	Procedimento Operacional Padrão
PROext	Programa de Apoio à Extensão Universitária
PREX	Pró-Reitoria de Extensão

PROFACE	Projeto Prótese da Face
PPC	Projeto Pedagógico dos Cursos
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Responsabilidade Social
RSU	Responsabilidade Social Universitária
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, administração e Contratos
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUS	Sistema Único de Saúde
TDSS	Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCINFRA	Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental
UNA SUS	Sistema Universidade Aberta do SUS
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
2	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – CATEGORIAS FUNDANTES</b> .....	20
2.1	<b>Aspectos históricos da Responsabilidade Social</b> .....	20
2.2	<b>Responsabilidade Social Universitária (RSU)</b> .....	27
2.3	<b>Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais – TDSS</b> .....	32
2.4	<b>Controle Social</b> .....	35
2.5	<b>Transparência</b> .....	39
3	<b>DESENHO METODOLÓGICO DO PROJETO NUFACE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE</b> .....	45
3.1	<b>Delineamento da Pesquisa</b> .....	45
4	<b>ANÁLISE E RESULTADOS DO PROJETO NUFACE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE</b> .....	51
4.1	<b>Análise de Contexto do Projeto NUFACE</b> .....	51
4.1.1	<i>Configuração da Estrutura do Estado 1996 – 2024</i> .....	51
4.1.2	<i>A Política do Banco Mundial - Mercantilização das Ações Educacionais</i> .....	57
4.2	<b>Análise de Conteúdo do Projeto NUFACE</b> .....	63
4.2.1	<i>Relato sobre a história da Extensão na Educação Superior Brasileira</i> .....	63
4.3	<b>Análise de Trajetória</b> .....	66
4.3.1	<i>Política de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC)</i> .....	66
4.3.2	<i>Implementação da Ação NUFACE no âmbito da UFC</i> .....	69
4.3.3	<i>Trajetória Institucional do Projeto NUFACE</i> .....	71
4.3.4	<i>Sustentabilidade do Projeto NUFACE - Descarte de material do NUFACE</i> .....	78

<b>4.4</b>	<b>Análise de conteúdo por Laurence Bardin (1977) - Meios de Comunicação em Massa NUFACE/FFOE/UFC).....</b>	<b>81</b>
<b>4.5</b>	<b>Análises das Entrevistas.....</b>	<b>87</b>
<b>4.5.1</b>	<b><i>Formação e Prática do NUFACE (Visão Discente).....</i></b>	<b>87</b>
<b>4.5.2</b>	<b><i>Importância, Acessibilidade e Transparência - NUFACE (Visão do Gestor).....</i></b>	<b>91</b>
<b>4.6</b>	<b>Pesquisa de Campo – Percepção dos Usuários do NUFACE.....</b>	<b>96</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DOCENTES.....</b>	<b>117</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DISCENTES.....</b>	<b>118</b>
	<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade tem passado por constantes mudanças e transformações, o que tem aumentado a demanda pelo papel social das organizações públicas, especialmente das universidades. À vista disso, as políticas públicas tornam-se essenciais para o desenvolvimento sustentável de um país, pois podem ajudar a reduzir as desigualdades e enfrentar os desafios sociais. Nesse contexto, a universidade pública se destaca, especialmente por meio das ações de extensão, que com a divulgação pode ter um grande alcance na sociedade. Ao longo da história, essas instituições têm desempenhado um papel fundamental na superação de entraves sociais e na promoção do bem-estar coletivo.

Com o advento da Lei nº 13.460, de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos e estabelece que a Administração Pública de forma direta ou indireta deve divulgar a Carta de Serviços aos Usuários dos serviços públicos prestados por ela. Os cidadãos passaram a ter acesso às informações específicas das atividades realizadas pelas ações de extensão da Universidade, com vistas a atender a transparência pública e melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos.

Então, surgiu a necessidade de atualizar a carta de serviço ao usuário da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE), através de um processo enviado pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI. E a pesquisadora foi indicada pela diretoria da Faculdade para auxiliar na coleta de informações e eventuais esclarecimentos a respeito dos serviços prestados pela Faculdade.

A referida indicação foi uma solicitação da Ouvidoria Geral da Universidade Federal do Ceará - UFC, que por determinação da Controladoria Geral da União – CGU, deveria ser realizado um levantamento dos serviços prestados pela Faculdade aos cidadãos-usuários externos, através da carta atualizada.

Em consequência disso, além do vínculo profissional da pesquisadora com a temática, existe também o pessoal. É necessário ressaltar o quanto educação disponibilizada de forma gratuita com vistas à inclusão social pode transformar a vida de pessoas, considerando o fato de ter estudado em escolas públicas, realizado graduação e especialização na Universidade Federal do Ceará, instituição que, hoje, sou servidora, fruto de políticas públicas como a maioria da população brasileira.

Assim, o estudo versará sob o prisma da responsabilidade social, controle e transparência do projeto Núcleo de Defeitos da Face (NUFACE), uma ação de extensão da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE), da Universidade Federal do Ceará (UFC), que surgiu em meados de 1996 e atualmente é coordenada pelo docente do curso de Odontologia, Wagner de Araújo Negreiros.

Berto (2011) argumenta que a RSU pode ser entendida como a habilidade que tem a Universidade de ampliar e praticar seus princípios e valores, visando o interesse social. Logo, a pesquisa apresentará a Responsabilidade Social Universitária (RSU) objetivando trazer a discussão para o ambiente da Universidade.

Por isso, este trabalho verificará a democratização dos serviços prestados, a acessibilidade da política na comunidade, dos meios de comunicação do projeto com os usuários e como a Universidade oferece serviços gratuitos à sociedade, mesmo com recursos limitados. Além disso, será avaliado como essa ação atinge a sociedade e de que maneira impacta a vida dos usuários e dos discentes envolvidos, considerando a importância dessa participação para o cumprimento da carga horária prática do curso.

É preciso destacar que além do NUFACE, a Faculdade (FFOE) disponibiliza outros serviços para comunidade através projetos, tais como: farmacêuticos, atendimentos de enfermagem e odontológicos especializados, dentre os quais estão cirurgia, estomatologia, periodontia, endodontia, atendimento de pacientes especiais, odontopediatria, urgência odontológica, prótese parcial, fixa e total, deformidades bucomaxilofacial, exames laboratoriais, dentre outros.

OLIVEIRA (2013), afirma que as organizações são construções sociais, entrelaçadas com a sociedade, envoltas em um contexto econômico do qual fazem parte. A Universidade materializa e reflete, nesse espaço diversificado, as conexões existentes entre a comunidade acadêmica e a população. Ao mesmo tempo em que impulsiona o crescimento do país, vai se adaptando e modificando o meio ao qual está inserida.

Segundo Vallaes (2006), a responsabilidade social se desenvolve à medida que uma organização identifica seu papel e compreende o contexto em que está inserida. Assim, as atividades de extensão promovidas pela Faculdade permitem atender às demandas da comunidade ao mesmo tempo em que garante a prática discente, conforme previsto em lei. Essas ações podem estar alinhadas com a política de Responsabilidade Social (RS), principalmente quando voltadas para questões sociais.

O trabalho busca aumentar a visibilidade da ação, com o objetivo de beneficiar um maior número de pessoas e promover debates sobre alternativas de financiamento. Além disso, destacar a importância das parcerias de empresas públicas e privadas na promoção de serviços públicos e ampliar a discussão sobre as ações de extensão, que geram custos, mas trazem benefícios significativos à sociedade.

A relevância deste trabalho também está em realçar o aspecto social desenvolvido pelo NUFACE. Enquanto estudos anteriores têm focado na perspectiva dos profissionais sobre as técnicas utilizadas e no aprimoramento de tecnologias para a saúde dos pacientes, além da prevenção. Este estudo busca contribuir para enaltecer o desenvolvimento dessas ações dos profissionais do NUFACE. Além disso, poderá colaborar para o aperfeiçoamento da Administração Pública, enfatizando a união do ensino, extensão e sociedade.

O trabalho está dividido em dois capítulos, o primeiro apresenta as categorias fundantes que reporta a discussão e história da Responsabilidade Social, a Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais (TDSS), que pode promover enaltecer a importância de projetos voltados ao público carente, controle e transparência a fim de investigar requisitos normativos do NUFACE.

Já no segundo capítulo traz a proposta de bases para o desenho metodológico da Análise em Profundidade e Análise de Conteúdo. Contempla a descrição da configuração da estrutura do Estado no período de 1996-2023, política implementada pelo Banco Mundial e um pequeno relato sobre a história da extensão na educação superior brasileira, a política de extensão na UFC, implementação da ação NUFACE no âmbito da UFC, Trajetória institucional e Sustentabilidade do projeto e análises e resultados da pesquisa.

No que se refere à aplicabilidade da RS é o ponto sensível da pesquisa, tendo em vista a possibilidade de haver práticas controversas nas abordagens de algumas organizações que podem estar direcionadas apenas para lógica de mercado. Sob esse aspecto, traz uma discussão importante para a prática de ações de extensão, observando se há risco de mercantilização dessas atividades. Podendo até ampliar seu poder através da promoção de ações de “cunho social”, cujo objetivo seja unicamente o interesse empresarial. E esse aspecto é o outro ponto a ser estudado com a Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais (TDSS), de Guerreiro Ramos.

A TDSS apresenta a ideia de um olhar para outras dimensões com vistas à alocação de recursos públicos e ampliar a participação das organizações com a finalidade de concorrerem em equilíbrio. Desmistificando a crença de que as empresas são únicas

detentoras da vida social, enaltecendo a valorização do contexto humano e os recursos naturais. (SCHROEDER, *et al*, 2004 e AZEVEDO *et al*, 2004).

Nesse enfoque, a teoria promove a delimitação das organizações que utilizam a RS como um recurso para alavancar os negócios e gerar lucro, por meio da regulação do mercado. No âmbito da educação, pode destacar a importância das ações sociais desenvolvidas para a comunidade acadêmica e sociedade. Proporcionando discussões sobre o financiamento de projetos que geram custos, mas em contrapartida, agrega valores como a promoção da saúde e bem-estar das pessoas carentes. E, ainda, poderá delimitar as ações de extensão que estiverem desalinhadas com os preceitos da Universidade.

Ademais, o NUFACE sendo uma política de extensão da Faculdade e por estar inserido em um contexto, cujos recursos públicos são limitados e há uma burocracia envolvida, o controle social e a transparência são primordiais no desenvolvimento das atividades dos programas.

Esses instrumentos fazem parte de uma estratégia do Estado com vistas a estabelecer regras referentes à aplicação de recursos, na qual promove a participação efetiva dos indivíduos na gestão pública. Requisito essencial para a democratização do sistema de um país, na qual promove uma abordagem inclusiva e alinhada com as necessidades e os interesses da população.

Importante mencionar que nem sempre esses mecanismos têm o objetivo esperado, sua eficácia varia de acordo com a política e a economia do país de cada momento, porém faz parte de um processo de democratização importante que foi crescendo e, hoje, com os meios midiáticos disponíveis fazem parte de uma ferramenta de grande poder para população.

Souza (2015) argumenta que a ideia de uma sociedade mais participativa cresceu a partir da Constituição Federal que ampliou os direitos e a participação da sociedade com vistas a reduzir a desigualdade estrutural do país.

Por esse ângulo, é importante destacar o panorama político-econômico do Brasil, em que nas últimas décadas foram marcadas por transformações significativas na configuração do Estado, em circunstâncias heterogêneas nas quais o país vinha buscando alternativas para sair de crises importantes, especialmente, no que diz respeito à sua atuação na promoção de políticas de igualdade social, educação e saúde.

Diante disso, considerando os aspectos abordados na política do NUFACE que solicita taxas e parcerias para o projeto desenvolver suas atividades, seria relevante descrever

alguns aspectos sobre o financiamento em educação para países subdesenvolvidos, negociado por meio da política do Banco Mundial (BM).

A bibliografia refere que nas últimas décadas, a política de investimento em educação no Brasil foi influenciada por direcionamentos internacionais com foco unicamente na efetivação de um mercado educacional. Vale destacar que recentemente esse movimento político com direcionamento neoliberal voltou com muita força no Brasil.

Entre retrocessos e avanços indagamos sobre as políticas voltadas para melhoria da qualidade de vida da população que geralmente são trabalhadas de modo ineficaz ou limitadas, e por qual motivo o investimento em saúde e educação no país foi por muito tempo escasso. Argumentos baseados em Bacelar (2003) que menciona sobre as reformas estruturais que não foram realizadas de fato, mas apenas providências temporárias.

Sobre a melhoria da qualidade de vida da população, será necessário esclarecer como surgiram os primeiros debates acerca de ação de extensão no Brasil. Destacando pontos importantes para entender as primeiras discussões dessa temática que aconteciam através de conferências, palestras, cursos em torno da população rural através da prestação de serviços agrícolas e pecuários e, posteriormente, foi crescendo e envolvendo o aspecto social com a publicação de normativos.

Já no âmbito da Universidade Federal do Ceará, será abordado como as ações de extensão são promovidas e normatizadas por meio da Pró-reitoria de Extensão (PREX), fundada em 31 de janeiro de 1969. Observa-se sob o prisma da extensão a relação existente entre universidade e sociedade e as conexões desenvolvidas a partir desse enlace de mão dupla. Em um ambiente público, torna-se fundamental a regulação das atividades desenvolvidas pelos projetos para acompanhar os meios de financiamento, sem a mercantilização das ações.

Por fim, com vistas a alcançar os objetivos dessa proposição será investigada através da fundamentação teórica “buscar sentidos e significados dos sujeitos”, com uma compreensão do entorno em que a política está inserida, pelos paradigmas da Avaliação em Profundidade, proposta por Rodrigues (2008, 2011a) e Análise de Conteúdo com a técnica da análise temática por Laurence Bardin (1977).

Então, por meio da técnica de análise temática, conforme preconiza Bardin, destacam-se os pontos a serem trabalhados: a sustentabilidade, a formação discente, gestão do projeto NUFACE, e a percepção de usuários com a intenção de verificar se há compatibilidade da ação com os princípios de uma Universidade Pública.

Sob o ponto de vista metodológico a análise dos dados será fundamentada com a tradição hermenêutica dialética com vistas a analisar o contexto, entrevista e instrumento de pesquisa, além de trazer autores com uma interpretação histórica e crítica em torno do assunto.

Dessa forma, apesar da política do NUFACE estar inserida em um universo que predomina uma compreensão mais positivista, as quais se aplicam parâmetros de eficiência, qualidade e eficácia dos serviços prestados à população. Busca-se contemplar o ambiente que envolve a ação de extensão e abordar com ênfase a dimensão social do projeto, sob a percepção dos sujeitos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - CATEGORIAS FUNDANTES**

### **2.1 Aspectos Históricos da Responsabilidade Social**

As ações propostas pela Responsabilidade Social (RS) estão intrinsecamente ligadas às políticas de extensão ofertadas pela Universidade. Vem propiciar uma discussão sobre o propósito das organizações na sociedade, podendo garantir que as ações empreendidas sejam de fato voluntárias e não apenas um planejamento estratégico das instituições com o intuito de gerar lucro, sem observar o compromisso social e desenvolvimento sustentável.

Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, Antonik (2016) esclarece que esse processo está sustentado aos critérios de “socialmente justo, ecologicamente correto, culturalmente ético, economicamente viável e espacialmente harmônico” uma combinação de aspectos direcionados para o bem público, natureza e crescimento econômico.

Por conseguinte, para compreender o processo utilizado pela política do NUFACE e entender como o projeto desenvolve suas ações voltadas ao social, é necessário entender a lógica da RS e como surgiu.

Evidencia-se que o interesse pelo tema vem se destacando e esse fato se deve, em grande parte, aos desafios trazidos pelos movimentos da história, questões ambientais e o impacto da transparência que hoje é promovida no Brasil e no mundo.

Assim, a literatura apresenta que o conceito de RS surgiu com o aproveitamento do individualismo em uma determinada época que valorizava o mercado como uma garantia

única de sobrevivência. Destacando as empresas privadas como elementos principais do ordenamento econômico e que, muitas vezes, acabavam sobressaindo ao papel do Estado e organizações públicas.

Ocorre que nos séculos XVI a XVIII, surgiram correntes que associavam a ideia de aproveitar as paixões aos sentimentos voltados ao individualismo e enriquecimento. Revela-se que com o crescimento do comércio e o aumento das riquezas individuais, esse pensamento passou a ser aceito na sociedade. Assim as organizações nos séculos XIX e XX, foram guiadas por essa ideologia para justificar o direcionamento único de mercado, na qual as empresas eram consideradas como a garantia de melhoria da condição humana e da estabilidade social. (SCHROEDER, 2004).

À vista disso, o autor ressalta que não houve alternativas que refutassem essa lógica de mercado que era considerada como a ferramenta ideal para alocação de recursos. Sobre esse momento em que o individualismo e a efemeridade da natureza humana se evidenciam como práticas fundamentais para o desenvolvimento econômico, realçado por paixões, OLIVEIRA, *apud* HOBBS *et al* referem (2021, p. 47 e 48):

A partir dessa visão do individualismo do ser humano, Hobbes enfatiza que o homem não vive em sociedade com o fim de realizar a virtude, mas pela sua essência utilitarista e autointeressada, a qual se refletiria na convivência humana. Na visão hobbessiana, esse autointeresse é dominado pelas paixões. Não que Hobbes não visualize no homem racionalidade ou comprometimento deste com a virtude [...] a força das paixões impediria o indivíduo de deliberações permanentes em conformidade com a busca dessa virtude prevista por Aristóteles.

Inicialmente, a literatura registra que a RS surgiu nos EUA, Canadá e Inglaterra e trouxe à tona assuntos polêmicos com relação a estratégias de organizações que utilizavam a RS em forma de filantropia. Sobre esse aspecto, (Schroeder, 2004) afirma que uma organização qualificada com fins lucrativos era considerada o meio mais propício para acúmulo de riqueza.

Faria *et al* (2008, p. 13) argumenta que o conceito de RS apoiava-se em questões altruístas e bases de governança. Há época a RS estava fortemente amparada ao poder paternalista, em que as empresas estavam orientadas a serem “boas”, estando voltadas para produção de bens e serviços com o fim de gerar empregos e lucros.

Contudo, Dias (2012) esclarece que não se trata de filantropia, mas conscientização do papel de cada empresa frente à sociedade. O autor menciona que as discussões sobre RS se manifestaram fortemente a partir de uma frase do Prêmio Nobel em Ciências Econômicas,

Milton Friedman, para uma revista nos Estados Unidos que afirmou, “O único propósito de uma empresa é gerar lucro para os acionistas” (Dias *apud* Milton Friedman), desencadeando, assim, uma série de críticas e fomentando debate sobre o papel das organizações privadas.

Giambiagi (2020) revela que Friedman criticou a participação do governo e das empresas em atividades que desenvolvessem responsabilidade social alegando que tal abordagem desviava recursos e foco do seu propósito, a rentabilidade.

O autor acrescenta, ainda, que os fatos históricos deixam claro que a livre concorrência e os mecanismos de mercado fazem parte de uma das formas eficazes de reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida das pessoas. O Estado deve proporcionar os mecanismos de liberdade e oportunidade para todos. Na visão do autor, o capitalismo não deve ser considerado como algo implacável. Giambiagi (2020)

Em contraposição à ideia única de mercado, em meados de 1963, surgiu o termo *Stakeholders* (partes interessadas), como uma nova reformulação do conceito. Segundo Dias (2012), o termo se refere a grupos de interesses das organizações como acionistas, organizações financeiras, trabalhadores, consumidores que definem claramente seus interesses e estabelecem estratégias de atuação se situando em um contexto social.

Gil (2016) argumenta que a teoria *Stakeholder* pode ser observada como uma oposição à doutrina de Milton Friedman, que considera o acionista como o ponto mais importante de uma organização, cujo objetivo da empresa é apenas gerar lucros como uma recompensa por investir.

Desse modo, a história vai substituindo o individualismo, caráter puramente econômico, por pautas sociais. Na verdade, as partes interessadas vislumbram a longevidade, sustentabilidade dos negócios e minimização dos impactos negativos de anos em que a RS tornou-se um ponto preocupante com a dimensão que ia tomando. Para Dias *stakeholders* significa (2012, p. 60 e 61):

No âmbito do ambiente organizacional, se encontram as pessoas ou grupos que possuem algum interesse na relação com a organização ou que são fundamentais para o seu funcionamento. Convencionou-se chamar de *stakeholders* a esses indivíduos, grupos de pessoas ou organizações que apresentam necessidades conscientes ou inconscientes, que são explícitas ou implícitas, legítimas ou ilegítimas e que em função das quais interagem com a organização, influenciando-a e sendo influenciados por ela. A organização se legitima socialmente na medida em que responde a determinadas necessidades dos *stakeholders*.

Segundo Faria *et al* (2008), a partir de 1970, o nome RS foi modificado para “Responsabilidade Social Corporativa” com vistas à substituição da perspectiva individualista

pela concepção mais sociológica. Nesse momento, a ética da empresa foi colocada em destaque, dissociando-se ainda mais a ideia de alinhar filantropia ao lucro.

O autor acrescenta que em 1984, o conceito de RS se tornou cada vez mais debatido, visto que sua abrangência e importância foram revelando que as empresas não estavam isoladas, mas articuladas com grupos que de alguma forma tinham envolvimento com as mesmas (*stakeholders*).

Na década de 1990, a literatura refere que foi um momento em que a sociedade mais demandou do governo devido aos escândalos políticos e movimentos da população em busca de reintegração de direitos, questões ambientais, bem como à proporção que as organizações privadas foram adquirindo.

Houve a necessidade de intervenção do Estado para promover a regulação de atividades e políticas públicas direcionadas à população com menor poder aquisitivo. Entretanto, registros bibliográficos evidenciam a falta de recursos e serviços considerados ruins, fazendo com que o Estado não fosse suficientemente capaz de atender a demanda social daquele momento.

Sob esse aspecto, Rodrigues e Silva (2013) referem que o mercado não é capaz de se autorregular, sendo fundamental a intervenção dos poderes públicos permanentemente para tornar mais transparente o funcionamento do sistema financeiro e garantir o apoio à economia. Os autores mencionam que “as políticas públicas e a intervenção do Estado devem ser reforçadas”.

Em decorrência da incapacidade do Estado para abranger todas as demandas da sociedade resultou na descrença da sociedade, agravando os problemas estruturais do país, escassez de emprego, violência, especialmente no século XX. Dessa forma, as organizações obtiveram mais espaço e assumiram atividades voltadas para direitos sociais.

Sobre as contradições e desafios desses movimentos entre Estado versus organizações, Faria e Sauerbronn (2008) sinalizam um cenário de mudanças que se deve em parte ao processo de globalização, que transformou as corporações como parte mais importante da sociedade em detrimento aos Estados, assim como questões ambientais, abusos excessivos aos consumidores e reivindicações sociais e trabalhistas da década de 1960.

Diante do exposto, Dias (2012) defende que a RS utilizada das organizações já superou as implicações resultantes da busca desenfreada pelo aspecto apenas de mercado. Argumenta que atualmente faz parte de um compromisso das instituições em prol do desenvolvimento tanto institucional quanto da sociedade, e que buscam voluntariamente

integrar valores as organizações através de metas propostas que devem estar alinhadas sob o prisma social, ambiental, ético e econômico.

Nesse contexto, em uma entrevista ao canal do GEN Negócios e Gestão, em 20 de maio de 2014, cujo assunto foi seu livro *Responsabilidade Social: fundamentos e Gestão*. Discorreu sobre a história do termo Responsabilidade Social que abrange não apenas as empresas privadas, mas a sociedade e o Estado na promoção de políticas que envolvem toda a estrutura da sociedade.

O autor afirma que as organizações não devem ser consideradas apenas unidades de produção e serviços, mas devem atuar como agentes sociais ativos e transformadores porque gozam de autonomia relativa, ou seja, as empresas têm uma margem para tomar decisões, embora estejam delimitadas também pelo ambiente.

Oliveira (2013) corrobora com essa ideia quando afirma que as empresas são construções sociais e que une contexto e pessoas, permitindo aprofundar compreensões em torno do seu modelo. Assim, as empresas não são apenas entidades econômicas, mas por estarem profundamente enraizadas na sociedade, podem ser moldadas também por fatores ambientais e humanos.

Vallaes (2006) considera que a RS se desenvolve quando as organizações tomam consciência de si e do seu entorno e promove o aprofundamento da atuação das organizações, observando o contexto. Passando a fazer parte da sociedade, assumindo responsabilidades sociais tanto quanto as pessoas. Nessa proposta fomentada pelo autor, denota uma reflexão sobre valores gerados para sociedade, trazendo a responsabilidade com o seu entorno.

Em 1999, a bibliografia evidencia que a ONU juntamente com empresas privadas e organismos internacionais se reuniram para elaborar um documento sobre a conexão existente entre as políticas públicas e Responsabilidade Social que estão interligadas em suas abordagens no sentido de imprimir modelos de desenvolvimento social e interesse econômico para se manter no mercado.

Nessa ocasião, foi realizado o Pacto Global da ONU que fez com que o tema ganhasse ainda mais notoriedade, a partir da divulgação de algumas recomendações de organismos internacionais sobre a ligação existente entre políticas e RS, divididas em 4 (quatro) princípios, de direitos humanos, direito do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção. Sobre o Pacto, Dias expõe (2012, p. 162):

Os organismos multilaterais globais nos últimos anos, a partir da divulgação do Pacto Global da ONU, têm elaborado e divulgado documentos de discussão

abordando a questão do vínculo entre políticas públicas e Responsabilidade Social (RS). Estes documentos têm servido de guia para as administrações públicas abordarem a temática a partir do Estado e das redes sociais vinculadas às políticas públicas, dentro de uma perspectiva de que assumir ações socialmente responsáveis contribuem para a realização do objetivo primordial das administrações públicas que é a realização do bem comum.

No Brasil o Pacto Global da ONU, criado em 2003, foi destacado um conceito mais amplo, o de sustentabilidade. Enfatizando o tema da conscientização com o meio ambiente introduzida como parte da ação da RS. Conforme registro do Portal Pacto Global, 2023:

Criada em 2003, a Rede Brasil responde à sede do Pacto Global, em Nova York, e preside o Conselho das Redes Locais na América Latina. [...]. Há um envolvimento cada vez maior das empresas brasileiras em torno da sustentabilidade e uma maturidade crescente em relação ao tema. Há pouco tempo, muitos achavam que bastava apoiar um projeto no entorno de suas unidades para cumprir o seu papel social. Evoluímos e muito.

À vista disso, podemos observar uma ação midiática importante destacando campanhas de conscientização com a finalidade de obter apoio da sociedade e a participação ativa do Estado, que é crucial para a promoção de uma parceria com vistas a convergir Responsabilidade Social e políticas públicas para o mesmo objetivo. Dias destaca a relevância da participação do Estado (2012, p. 169 e 170):

O papel das administrações públicas na abordagem da responsabilidade social das empresas pode ir desde a regulação até o estabelecimento de incentivos para a adoção da RS nos mercados de produtos e financeiros, políticas fiscais, incentivo ao debate, fortalecimento de instituições que tratam do tema, realização de cursos, conferências etc.

Destarte, tendo o Estado como facilitador da agenda de Responsabilidade Social (RS), mostra que tem servido como bússola não somente para empresas privadas, mas para a Administração Pública, favorecendo suas práticas legitimadas pelo poder público.

Com relação aos incentivos e adoção de políticas fiscais para organizações que aplicam a responsabilidade social, é um tema que chama atenção, sob o ponto de vista de referir a milhões que poderiam ser investidos em outras políticas importantes para a população carente.

É possível verificar sob o ponto de vista dos autores uma abertura para várias abordagens sobre o assunto em tela. Em alguns casos, por práticas voltadas ao lucro, no sentido de obter isenções, ganhar visibilidade com ações camufladas através de pautas sociais, objetivando se destacar no mercado.

Faz parte de um assunto que deveria ser analisado pelo Estado amiúde para coibir possíveis enganos. Importante destacar que no serviço público se desenvolvem muitas parcerias com empresas privadas que merecem atenção. Apesar de ser um artifício necessário para o desenvolvimento das atividades na Universidade, podem exercer funções apenas de cunho mercadológico.

Gouveia (2022) reforça essa ideia afirmando que a longevidade das organizações está atrelada a aceitação do público. Deste modo, as empresas adotam estratégias de melhores práticas para obter também benefícios e incentivos fiscais em que Estado renuncia uma parte da arrecadação tributária. E conseqüentemente, os cofres públicos deixam de receber recursos para custear os serviços públicos destinados à sociedade.

No que concerne à certificação de normas internacionais, a Organização Internacional de Padronização – ISO concedido a RS foi acrescentou ao conceito a qualidade, meio ambiente e social, com vistas a fornecer sustentabilidade às empresas por meio de comportamento transparente, em concordância com as normas vigentes e a ética. Sobre a Norma Internacional de Responsabilidade Internacional, Dias destaca as certificações (2012, p. 128):

Após um amplo período de debates, finalmente, foi anunciada a nova norma de Responsabilidade Social (RS), a ISO 26000, que consolida um processo de evolução de intervenção branda da sociedade nas organizações empresariais. A primeira preocupação foi com a qualidade dos produtos, sintetizada na série ISO 9000, em segundo lugar, a questão da relação das empresas com o meio ambiente, de que cuida a ISO 14000 e agora com a nova ISO se completa o tripé da sustentabilidade com a inclusão de aspectos sociais na cadeia de valor das empresas.

No entanto, há autores que consideram as certificações como estratégias de refutar escândalos e imprimir “modelos de negócios” de caráter empresarial aos quais são patrocinados por órgãos internacionais e empresas privadas. Conforme argumentos de Faria *et al* (2008, p. 17):

Não surpreende, portanto, a emergência de uma concepção de negócios baseada na responsabilidade social corporativa na era da globalização. Esse fenômeno está fortemente relacionado não somente a escândalos corporativos, mas também ao crescente poder das grandes corporações, inclusive nos âmbitos das políticas públicas e dos sistemas de regulação. Normas e certificações de responsabilidade social foram criadas em diversos países sob o patrocínio das próprias corporações e de grandes empresas de consultoria e auditoria [...] enquanto proliferam os discursos e iniciativas empresariais de natureza simbólica, são criados incentivos e programas governamentais específicos focados no tema.

Então, é possível entender que as organizações são formadas por pessoas e tudo que envolve a trama social que as circundam. Sendo assim, é categórico que haja convergência de interesses entre diversos setores das organizações e sociedade, cuja ética seja indispensável. Entretanto, se referindo às relações humanas, mercado e política não há garantias, o jogo do poder sempre influenciará nas dinâmicas desenvolvidas, porém o meio ambiente também poderá cobrar seu espaço, como já vem acontecendo.

## **2.2 Responsabilidade Social Universitária (RSU)**

Descrever sobre a Responsabilidade Social Universitária é reproduzir a história político-econômica do país, no sentido em que ao buscar mecanismos de desenvolvimento do país e, conseqüentemente, a longevidade das organizações, foram submergindo questões sociais como movimentos importantes para exigir um espaço mais democrático.

No que concerne à educação, não foi diferente do que preconiza o conceito da RSU em torno do desenvolvimento de mercado. A bibliografia narra que o espaço para educação foi se tornando tão importante quanto o avanço do comércio, na medida em que surgiu a necessidade de profissionais capacitados para manusear a tecnologia.

Por esse ângulo, observando as ações da RSU e da educação o presente estudo poderá clarear o entendimento sobre a proposta do projeto de extensão do Núcleo de Defeitos da Face (NUFACE) que, por estar inserido em uma Universidade Pública pode trazer em sua estrutura os princípios de Responsabilidade Social Universitária (RSU).

No contexto das IES, a discussão sobre RSU pode ir além da lógica de mercado, deve ser direcionada por princípios éticos, norteadores da própria Universidade. Indicar um compromisso com o ensino, sociedade e mercado através da institucionalização de suas ações, no sentido em que ao traçar estratégias para o crescimento das Instituições Federais de Ensino Superior é capaz de promover o desenvolvimento da comunidade de forma democrática e acessível a todos.

Calderón; Marim, 2003 *apud* Berto (2013) explica que o termo Responsabilidade Social passou a ser amplamente difundido ao ser enquadrado como um dos sustentáculos do “Terceiro Setor”, um movimento social que estabelece a responsabilidade entre Estado e sociedade com o intuito de solucionar os problemas sociais iniciados a partir da industrialização, que desencadeou no declínio do Estado de Bem-Estar em razão do desequilíbrio de gastos públicos e o crescimento da economia.

Contudo, não é por acaso que a raiz mercadológica permeia no contexto das Universidades e em torno do conceito de RSU, pois possuem laços fortemente ligados ao mercado. Registra-se que com a Reforma Universitária - Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, da Presidência da República, foram determinadas regras de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação junto à escola média. Esse foi um marco importante para o ensino superior, tendo em vista o momento difícil que o país atravessava diante dos conflitos gerados pela Ditadura Militar e turbulências para ascensão social (Portal da Agência Senado (2019)).

Calderón, 2000, refere que nesse momento, os jovens exigiram mais espaço na sociedade através da educação, porém com a ampliação das Universidades e interesses predominantemente capitalistas, essa demanda se tornou estreitamente vinculada ao setor comercial devido à pressão empresarial à época, ocasião em que emergiram as denominadas "universidades mercantis".

Desse modo, as instituições guiadas por objetivos lucrativos passaram a ser gerenciadas como empresas educacionais, alinhando-se integralmente às exigências do mercado e se expandindo rapidamente, atingindo uma quantidade superior às universidades públicas. Como resultado, a Ditadura Militar além de obter o apoio da classe média à época, atingiu seus objetivos de mercado. Conforme registro do Portal da Agência Senado (2019):

Na reforma universitária de 1968, o governo resolveu a questão dos excedentes por meio de três expedientes. O primeiro foi acabar com a nota mínima para a aprovação do vestibulando e estabelecer que só seriam aproveitados os candidatos em número igual ao das vagas abertas nos editais. O segundo expediente foi conceder empréstimos e isenções fiscais a empresários que desejassem abrir faculdades. O terceiro foi ordenar que o CFE abrisse a porteira, afrouxando as exigências e sendo rápido ao analisar os pedidos de novos cursos. Assim, além de acalmar os protestos estudantis, a ditadura militar atingiu os objetivos de manter o apoio da classe média (que via o diploma universitário como caminho para a ascensão social) e garantir a formação de mão de obra para a crescente indústria nacional.

Por conseguinte, com o advento da institucionalização desse mercado educacional de nível superior, tornou-se o momento oportuno para que as instituições privadas de ensino superior eclodiram com ofertas em grande escala para população, e passaram a adotar princípios da Responsabilidade Social como parte integrante as suas atividades (Calderón, 2005).

À luz do exposto, a análise das universidades brasileiras passou a considerar não apenas o mercado universitário como um catalisador de mudanças, mas também a transição

de um cenário caracterizado por uma demanda de uma concorrência intensa. Essas afirmações se estruturam na argumentação de Eidt *et al*, *apud* Calderón. (2021, p. 8):

No Brasil, de acordo com Calderón (2005), o termo Responsabilidade Social da Educação Superior (RSES) manifestou-se por meio do contexto de institucionalização do mercado da educação superior. [...] Nesta época as IES privadas agregaram em suas estratégias de marketing, o discurso da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e da Responsabilidade Social Corporativa (RSC). [...] derivou de uma revisão das atividades institucionais, das relações de estado, mercado e sociedade, de uma autocrítica dos membros das comunidades universitárias. Também é consequência de grupos representativos dos segmentos menos favorecidos, reivindicando ou mesmo exigindo que a universidade não se vinculasse apenas às elites, mas que atendesse aos interesses universais e desenvolvesse projetos sociais.

Nesse entendimento, Oliveira (2009) aponta para a criação do mercado educacional próspero e lucrativo. Destacando a penetração significativa do capital financeiro no setor educacional, abrindo espaço para competitividade, parcerias, entidades sem fins lucrativos como as fundações e ampliando a demanda no ensino superior.

É importante destacar que no âmbito das Universidades Públicas essa relação de parceria público-privada e as práticas de RSU, fazem parte de um assunto sensível dessa discussão, tendo em vista haver uma linha tênue entre praticar ações genuinamente de cunho social, direcionadas para a sustentabilidade das organizações, e a finalidade de obter incentivo do Estado ou visibilidade por parte das empresas privadas.

Todavia, Robertson (2012) menciona que a origem das parcerias público-privada na educação, pode ser vista como um modo inovador de financiamento para resolver problemas sistêmicos seja de acesso, qualidade e equidade. O autor explica que esse movimento surgiu decorrente dos desafios trazidos pelo neoliberalismo e globalização com princípios de livre mercado e as promessas de garantir o mercado de trabalho em um momento altamente competitivo.

Vale ressaltar que essa relação público-privada faz parte de uma estratégia vantajosa para o Estado, tendo em vista o impulsionamento de ações necessárias para a sociedade como os serviços prestados pela a Universidade por intermédio da extensão. Calderón (2000) argumenta que o Estado deve redimensionar as ações de organizações privadas sem coibir as atividades empresariais, mas, garantindo os meios para defesa de direitos dos cidadãos-consumidores.

À vista disso com relação às Universidades Públicas, Sobrinho (2018) argumenta que não podem ser consideradas como a salvação do mundo por não serem “blocos homogêneos e uniformes”, elas fazem parte de um universo de pessoas e suas constantes transformações. Seu papel principal é a formação, mas traz no seu esboço “seus sentidos e usos” em que pode viabilizar o crescimento econômico com justiça social e produzir conhecimento sem descuidar do interesse social.

Contudo, apesar de não salvar o mundo, é considerada parte vital para aliviar as mazelas que recaem sobre a população de baixa renda, mas ainda é preciso expandir a mente para integrar o social como parte imprescindível ao processo de desenvolvimento sustentável das Universidades alinhando-se ao projeto de RSU, ou seja, processos de comportamentos que visam o bem-estar público. Esse compromisso institucional com projetos sociais faz parte de uma mudança de paradigma que vem crescendo ao longo dos tempos.

Berto (2011) reforça a vinculação existente entre a gestão educacional e o compromisso com a responsabilidade social, na qual deve promover estratégias por intermédio das ações de extensão para trazer um suporte considerável para a comunidade, através de pesquisas e programas assistências. Porém, importante referenciar que se exige o engajamento com princípios democráticos, a ética, e a observância aos normativos.

Dessa maneira, algumas normas preconizam a relação existente entre a RSU e as ações da Universidade como na Constituição Federal de 1988 é possível presumir um reflexo da articulação entre as organizações educacionais com a Responsabilidade Social Universitária. Em seu Art. nº. 207 aponta à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que faz parte de um princípio que rege a Universidade e direciona suas atividades para o desenvolvimento social e bem-estar das pessoas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) converge para a ligação existente entre as ações da Universidade e RSU. Cita em seu Art. 1º parágrafo 2º o direcionamento de que a educação escolar, compondo-se por educação básica e superior, deve ser conduzida ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

No Plano Nacional de Educação – PNE é reforçado esse compromisso com a comunidade em sua meta 29, que considera como “melhoria da qualidade educacional” a promoção de programas educacionais articulados com as áreas da saúde, trabalho, assistência social, dentre outros, com a finalidade de gerar um suporte às famílias. (BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

Da mesma forma, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) indica como um dos objetivos das avaliações institucionais da educação superior, identificar por meio dos seus projetos o cumprimento da Responsabilidade Social da instituição, a qual deverá viabilizar a inclusão social, desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

Já o Plano de desenvolvimento Institucional da UFC, por meio da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD 2020-2031), estabelecida pelo Decreto nº 10.531/2020, apresenta como a principal estratégia de direcionamento das atividades para o desenvolvimento da Universidade o eixo social, que é um válido para os eixos econômico, ambiental e de infraestrutura “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais”. Revela, ainda, a conexão existente entre Estado e Instituições públicas. (PDI 2023-2027).

Outrossim, a Responsabilidade Social Universitária pode ser apresentada também no Regimento Geral da Universidade que reforça o compromisso com o social e ensino através da indissociabilidade dos três eixos da Universidade: pesquisa, ensino e extensão. Em seu Art. nº. 123 declara que a pesquisa é uma atividade inseparável do ensino e da extensão. E os resultados das pesquisas devem ser aplicados para beneficiar tanto a instituição quanto a sociedade, e também devem contribuir para a ampliação e disseminação de conhecimento nos cursos oferecidos pelas universidades. (Regimento Geral da UFC, agosto de 2019).

E na Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação, no Art. 6º estabelece que as práticas propriamente da extensão na Educação Superior devem promover iniciativas e apoiar princípios éticos que expressem o compromisso com o desenvolvimento social. Além disso, incentiva a atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição para o enfrentamento das questões da sociedade brasileira. (BRASIL, Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018).

Em referência ao patrimônio e recursos financeiros da Universidade no Estatuto da UFC, no Art. nº 113, estabelece que “a Universidade poderá receber doações ou legados, com ou sem encargos, para ampliação de suas instalações ou custeio de determinados serviços”. Podendo corresponder também para as práticas que se integram aos objetivos de responsabilidade social universitária, que visa garantir a sustentabilidade financeira dos projetos com o intuito de garantir a continuidade e expansão, mas, desde que as ações estejam alinhadas com uma gestão transparente, ética e voltadas para o bem comum.

Entretanto, como em todo processo, a Responsabilidade Social Universitária (RSU) é frequentemente submetida a críticas e debates com relação à fragilidade e superficialidade das ações. A literatura destaca ações apenas voltadas para “instrumentalizar a educação” direcionada ao mercado ou apenas divulgação da imagem da instituição sem observar os valores aos quais ela deve proporcionar. Todavia, os princípios norteadores das Universidades são categóricos como mostra Pimentel (2013, p. 12):

Se a Universidade for fiel às suas próprias demandas e àquelas provenientes dos demais setores da sociedade, fortalecendo a formação de profissionais comprometidos com esta mesma sociedade, preservando culturas, zelando por direitos humanos e compartilhando o conhecimento, cumprirá em parte sua missão.

Enfim, vale ressaltar que quando refletimos sobre a história do Brasil e seus desdobramentos tornam-se razoável observar que o país anseia por políticas públicas que possam beneficiar, principalmente, àqueles que permanecem à margem de qualquer benefício. Infelizmente esse é o ônus daqueles países que foram levados pelo desenvolvimento prioritário do comércio em detrimento ao bem-estar das pessoas.

A bibliográfica retrata que a temática social é um problema estrutural que o Brasil carrega ao longo dos anos, reunindo fatores como saúde, alimentação, saneamento básico, moradia, dentre outros. E sempre que surgem demandas sociais importantes, necessitando da intervenção do Estado através de políticas públicas, desencadeia em um leque de discussões e questionamentos acerca de financiamento devido ao aumento de gastos públicos com a incompatibilidade fiscal do país.

Diante do exposto, realça-se a importância do papel dos IES que através das suas ações sócio acadêmicas passam a integrar tanto o ensino quanto a comunidade, se vinculando diretamente ao projeto de RSU. Esse compromisso entre Universidade e sociedade é revigorado na mesma medida em que de forma concreta ampara a coletividade, se reciclam, ampliam saberes, promovem o crescimento social e econômico, sendo capaz de gerar uma sinergia de conhecimento e equidade social.

### **2.3 Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais – TDSS**

A outra base analítica para identificar a importância de projetos sociais relevantes para sociedade que precisam de investimentos para realizar suas atividades é a TDSS, que apresenta possibilidades de um olhar para outras dimensões além do mercado com vistas à

alocação de recursos públicos e ampliar a participação das organizações para que possam concorrer em equilíbrio, desfazendo a crença de que as empresas privadas são únicas detentoras da vida social.

Esse estudo vem complementar a Responsabilidade Social na medida em que valoriza o contexto humano e os recursos naturais envolvidos nas políticas públicas, assim como indica uma alerta sobre as ações classificadas como sociais, mas que estão aliadas às práticas únicas de mercado.

Esse pensamento se deve por algumas organizações utilizarem a prática de Responsabilidade Social com a justificativa de trabalhar “questões sociais” podendo aumentar o poder das empresas, se tornado únicas detentoras do desenvolvimento social. Isso ocorre devido à valorização gerada pelo interesse da população para esse tipo de organização, podendo ampliar os recursos financeiros de determinadas instituições. “A empresa toma para si questões antes destinadas a outros sistemas sociais” (Schroeder, 2004).

De acordo com relatos de teses de interlocutores de Guerreiro Ramos, a TDSS foi introduzida em 12 de maio de 1980, por meio da realização do curso da ciência administrativa destinado a profissionais vinculados ao Governo do Estado, o qual teve um forte impacto nos interesses mercadológicos estabelecidos à época.

A bibliografia refere que após o falecimento do autor, não houve continuidade do trabalho por não haver “massa crítica”, e por não existirem profissionais com a sua particularidade intelectual, que foi capaz de desenvolver vários aspectos de disciplinas distintas de forma conjunta para subsidiar uma política. Sobre a execução do curso apresenta Kopelke *et al* (2017, p. 3 e 4):

O curso foi implementado e a aula inaugural foi proferida por Guerreiro Ramos no Salão de Conferências da UFSC em 12 de maio de 1980. Rezende informa que os alunos da primeira turma eram profissionais já bem qualificados, vinculados ao Governo do Estado. [...] Apesar do sucesso na criação do curso e da formação da primeira turma, não foi possível abrir uma segunda turma. Guerreiro Ramos foi perdendo o entusiasmo com o curso, talvez por perceber que a probabilidade de sua continuidade era muito reduzida. Ao viajar aos EUA, Guerreiro Ramos é diagnosticado com câncer no pâncreas, o que o impediu de retornar ao Brasil. Ele veio a falecer em 6 de abril de 1982.

A Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais vem como uma nova ferramenta da administração Pública para desafiar o paradigma estritamente econômico, considerando critérios multicêntricos para execução de políticas e delimitando o comércio como responsável por toda estrutura em sociedade.

A Teoria apresenta um novo modo de interpretar os sistemas sociais, no qual o Estado é parte fundamental para a articulação desse planejamento, desenvolvendo políticas públicas voltadas para a população carente e canalizando recursos financeiros para proposta com essa concepção. (Schroeder, 2004).

O autor afirma que a TDSS além de preconizar um “modelo social multidimensional”, também legitima o mercado, no sentido de reconhecer que ele desempenha um papel importante na organização social e econômica, mas que deve ser limitado e regulado.

Esse modelo é caracterizado pelo "paradigma paraeconômico" e traz como eixos norteadores a economia e a isonomia. Permitindo um sistema social que valoriza a cultura e a criatividade e que reconheça a existência de outros panoramas e significados da sociedade. Sobre paradigma paraeconômico Schroeder explica (2004, p. 7):

A TDSS propõe um modelo social multidimensional, sendo composto por dois marcos ou pontos centrais. No primeiro ponto, o mercado é considerado um enclave legítimo e necessário, mas limitado e regulado, este novo modelo reflete o denominado paradigma paraeconômico. No paradigma paraeconômico existe espaço para outras organizações, não somente para as empresas, pois, o homem existe além de critérios econômicos, do exercício da razão instrumental.

Ramos rejeitava a ideia de que a razão instrumental, compreendida como condição necessária apenas para subsistência, seria a única base para a organização da vida em sociedade. Defendia uma abordagem mais aberta e dinâmica, permitindo a flexibilidade ao propor recursos a partir das construções sociais.

Importante apontar que, após a morte de Guerreiro Ramos, poucos estudos se propuseram a apresentar trabalhos com a aplicabilidade da teoria da delimitação dos sistemas sociais, devido especialmente às questões de destinação de recursos na administração pública brasileira que, geralmente, há divergências de pauta. Registro de (AZEVEDO *et al*, 2004).

Nessa perspectiva, vale indicar que o projeto em estudo pode trazer uma realidade social que merece ser apresentada para discussão, sob o ponto de vista de disponibilização de recursos para políticas que realmente são direcionadas para o interesse público.

Destaca-se que no cadastro do NUFACE faz referência que atende pessoas com câncer de pescoço e cabeça com deformações severas e que, muitas vezes, dificultam a vida no cotidiano e o convívio social. A Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais (TDSS) pode

incentivar uma perspectiva de investimento público em ações de extensão dessa natureza, considerando a necessidade desse tipo de projeto para a sociedade.

Diante dos desafios apresentados, as dificuldades para transcender o modelo ideal proposto por Guerreiro Ramos são muitas. A literatura não indica precisamente sua aplicabilidade na prática, todavia, pode ser considerada como base para reflexão acerca das conexões sociais, financiamento e dinâmicas organizacionais, visto que as transformações acontecem no âmago da teia social e as realidades postas podem ser modificadas.

## **2.4 Controle Social**

A concepção de controle social faz parte de um mecanismo do Estado para estabelecer regras referentes à aplicação de recursos públicos e a participação efetiva de indivíduos na gestão pública, que é essencial para a democratização do sistema de um país e pode promover uma abordagem inclusiva e alinhada com as necessidades da população. O portal da transparência da Controladoria Geral da União define o conceito como:

O controle social das ações dos governantes e funcionários públicos é importante para assegurar que os recursos públicos sejam bem empregados em benefício da coletividade. É a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados.

Oportuno especificar que a necessidade de acompanhar e fiscalizar as contas públicas surgiu como proteção, inclusão e ordem social. Em virtude da fragilidade política e econômica do país que sempre atravessou por momentos conturbados como a Reforma do Estado de 1995, focada em práticas patrimonialistas direcionadas para a lógica de gestão por “resultados e competição administrativa”, em que, no caso da educação, foi transformada em um produto rentável devido à política fomentada pelo Banco Mundial (Bresser Pereira, 1999).

A importância do conhecimento dessa ferramenta e a prática dos mecanismos de controle disponíveis ainda não são percebidas pela maioria das pessoas. Alguns ainda não experimentaram todos os instrumentos de garantias e proteção conquistados através da Constituição Federal, que vieram para assegurar e fortalecer as relações humanas e individuais devido a sistemas políticos que fragilizaram a população. Sobre a proteção do Estado. Santos e Chauí (2014, p. 50):

Ao longo dos últimos duzentos anos, os direitos humanos foram sendo incorporados nas constituições e nas práticas jurídico políticas de muitos países e foram reconceptualizados como direitos de cidadania, diretamente garantidos pelo Estado e aplicados coercitivamente pelos tribunais: direitos cívicos, políticos, sociais, econômicos e culturais. Mas a verdade é que a efetividade da proteção ampla dos direitos de cidadania foi sempre precária na grande maioria dos países.

Primeiramente, podemos evidenciar que com relação à participação da sociedade no acompanhamento das ações do Estado, não foi uma conquista fácil. Passamos por muitas lutas para obter esse direito. A bibliografia apresenta diferentes perspectivas de mecanismos de controle que se revelaram entre os homens ao longo da História.

Na concepção Hobbes (1988) o poder do Estado era soberano e controlava os indivíduos com a finalidade de garantir a segurança e o cumprimento dos compromissos estabelecidos em sociedade, o chamado Estado regulador.

Rousseau trazia a ideia de um Estado em que o poder vinha do povo. Referia que cada indivíduo deveria exercer sua autonomia, tornando-se um cidadão pleno, participante e ativo na formação da vontade geral e nas decisões políticas, ou seja, o povo controla o funcionamento do Estado. A autonomia e cidadania estão intrinsecamente ligadas como premissa para o zelo coletivo, conforme discorre Streck (2007, p. 27):

A partir da vontade geral, forma-se um “corpo moral e coletivo” que dá origem ao Estado. Quanto aos membros, eles serão cidadãos e o seu conjunto formará o povo. Autonomia e cidadania andam juntas no pensamento de Rousseau.

Em tempo, o sociólogo, Max Weber (1999), defendia que o Estado indicava os interesses da burguesia e deveria haver uma mobilização da sociedade para garantir suas pautas “liberdade para agir e modificar a sua realidade”. Corroborando com os movimentos sociais que explodiram com o passar do tempo para reivindicar direitos à saúde, trabalho digno e educação.

O autor esclarece que ao mesmo tempo em que somos controlados, podemos controlar o Estado a partir das ações sociais, por meio de mecanismos que oportunizam a participação da sociedade contrapondo as ações apenas de cunho mercantilista e abrindo espaço para o social. Sobre a concentração de poder, Weber afirma (1999, p. 123):

A administração, porém, desvia o capital de usos alternativos e torna mais difícil satisfazer as procuras em outros campos. E, principalmente, os meios de guerra são levantados por intermédio de tributos, que a camada dominante, em virtude de seu poder social e político, habitualmente sabe como transferir para as massas, à parte dos limites fixados ao controle rígido da propriedade provocado pelas considerações “mercantilistas”.

Diante do exposto, fomos caminhando para uma concepção de um sistema democrático que possibilitou o avanço da participação da sociedade em atos do Estado, porém, ainda frágil diante da dominação de interesses políticos e econômicos que em alguns momentos insistem em dominar o país.

À vista disso, podemos inferir que esse sistema de peso e contrapeso entre Estado e a sociedade hoje faz parte de uma previsibilidade das ações desenvolvidas pelo Estado, no sentido em que a população pode requerer seus direitos e acompanhar os recursos disponibilizados para as políticas públicas.

Atualmente, com relação aos mecanismos que dispomos para exercer os direitos e deveres do cidadão, Evangelista (2010) destaca que não há oposição entre as atividades voltadas à transparência pública e ao exercício do controle social, mas afluência de interesses cujo ponto em comum é a interação da informação, de um lado o governo aponta suas atividades de outro, a sociedade certifica ou não, aperfeiçoando o processo da cidadania.

A literatura evidencia a transparência das ações do Executivo como segurança nacional, devido à oferta de proteção e promoção do bem comum. Assim, o conceito de controle social ganhou força com o intuito de promover uma maior transparência das ações do Estado, primordial ao funcionamento da engrenagem da máquina pública. Argumentos baseados na proposição de França (2016, p. 152):

A Administração, movida pelo Poder Executivo, é a indispensável engrenagem da máquina pública concatenada para o contínuo oferecimento de proteção e promoção do bem comum – geral ou individualizado – da segurança nacional e da manutenção da paz social. Para tanto, é fundamental que sua performance se apresente na mais pura transparência, como já tratado.

Na Constituição Federal de 1988 indica as formas de controle que a Administração Pública possui, através do controle interno e externo, executados entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e em cada poder através dos órgãos públicos.

Na prática, o controle tem como instrumento a transparência mediante a publicação das contas públicas e estratégias para realização das políticas disponíveis pelo Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, que atua juntamente com as ouvidorias dos órgãos públicos, como é o caso da Universidade Federal do Ceará.

Por essa razão, com o advento da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 10.288, de 2020, instituiu o conselho de usuários no serviço público para participação, defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos prestados

pela administração pública. Os usuários passaram a ter acesso às informações específicas das atividades realizadas nas ações de extensão da Universidade com vistas a atender a transparência pública, e melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos.

Por consequência, o Tribunal de Contas da União solicita a atualização da Carta de Serviços ao Usuário, objeto da Lei 14.129, de 2021, que determina que os órgãos e entidades públicas devam fornecer informações sobre os serviços que prestam ao público de forma direta ou indireta.

Em tempo, no portal da Pró-reitoria de Extensão (PREX), são elencadas as atividades de controle no âmbito da Universidade sobre as ações empreendidas pelas Faculdades, além das normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas e o monitoramento da Ouvidoria. Indica também que PREX/UFC promove o controle e gestão no fomento das ações, bolsas, estágios, formação e curricularização devendo estar alinhados com as normas vigentes.

Em referência ao controle de contratos, convênios ou acordos na aplicação de recursos, é regulamento pelo Decreto nº 7423, de 2010, da Presidência da República, que prevê o acompanhamento, fiscalização pelo Tribunal de Contas, na implantação de gestão e rotinas para o gerenciamento das atividades administrativas com a finalidade de atender a transparência da gestão de recursos disponibilizados pela Universidade e concessão de bolsas.

Consequentemente, os projetos de extensão da Universidade, como o NUFACE, é acompanhado pela Pró-reitoria de Extensão (PREX) por possuir o auxílio de bolsas e parcerias para desenvolver suas atividades como a Fundação Carlos Chagas, Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (HEMOCE) e Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (NUTEC).

Importante especificar que o projeto é voltado para a prática discente e atendendo a um público de aproximadamente 80 pacientes, por ano, em conformidade com o cadastro da ação no SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFC. É preciso destacar que, segundo o coordenador, da ação o atendimento desses pacientes é realizado entre 8 a 10 sessões em um trabalho minucioso de moldar, ajustar a cor da pele e os traços familiares e ajustes da prótese.

Diante do contexto, o propósito do controle social consiste em fortalecer a democracia, assegurando que a sociedade e a economia sejam direcionadas para um objetivo coletivo. O Estado fomenta as condições necessárias para essa convergência de metas por

meio de planejamento de políticas públicas que estejam voltadas ao interesse da sociedade. Argumenta Giambiagi (2020, p. 50):

A constituição de um Estado eficaz, capaz de planejar e implementar políticas públicas apropriadas, depende, como visto, de sua capacidade organizacional, em particular da sua aptidão em elaborar soluções locais inovadoras. E depende também de sua abertura aos interesses da sociedade. Um atributo particularmente importante de governos que funcionam bem diz respeito ao grau de acesso à participação do cidadão e à prestação rotineira de contas.

Faz parte de uma ferramenta primordial para socialização de serviços e ampliar uma participação cidadã na gestão pública. Essa colaboração da sociedade pode assegurar a relevância e a qualidade dos serviços prestados pela Universidade. Sendo um meio importante para conduzir as ações de extensão à excelência na certificação da qualidade dos serviços ofertados.

Destarte, o projeto NUFACE possui meios de controle que são imprescindíveis para comunidade interna e externa, no sentido de avaliar sua importância, ampliar conhecimento na formação discente e melhorar o atendimento com uma prestação de serviços mais humanizada.

## **2.5 Transparência**

Em um mundo cada vez mais interconectado, a transparência faz parte de um pilar fundamental em qualquer sociedade democrática. Ao longo das últimas décadas a busca por maior transparência tem desempenhado um papel importante tanto na política quanto nas estratégias de governança, com vistas à construção de instituições mais sólidas e na promoção do desenvolvimento sustentável do país.

Zuccolotto e Teixeira *apud* Hoods (2006) indicam três aspectos sobre os significados da transparência, a saber, o governo deve agir de acordo com regras existentes, a comunicação deve ser clara e aberta com a sociedade e devem existir formas de tornar tanto a organização quanto a sociedade atingível.

Os autores esclarecem que no Brasil desde a redemocratização o país vem desenvolvendo meios para viabilizar e melhorar a transparência do governo. Na década de 1964 a transparência estava direcionada apenas a questões orçamentárias, posteriormente, com a Constituição de 1988 foi consolidado um sistema de controle no país baseado nos princípios de legalidade, moralidade, finalidade pública, motivação, impessoalidade,

publicidade e eficiência. A introdução do princípio da publicidade representou uma mudança de paradigma para a democracia brasileira. (Zuccolotto; Teixeira, 2019).

Em relação à transparência orientada para a prestação de contas no serviço público, é percebido que pode impactar na luta contra a corrupção e o fortalecimento das instituições democráticas. Sobre a legislação no Brasil o portal da transparência aponta as normas existentes do Governo Federal 2024:

**Quadro 1 – Legislação (Leis, Decretos e Portarias que regulamentam a transparência no Brasil).**

LEIS	DECRETOS	PORTARIAS
<b>Lei nº 14.535</b> , de 17 de janeiro de 2023 - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023.	<b>Decreto nº 8.777</b> , de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Governo Federal.	<b>Portaria Interministerial nº 262</b> , de 19 junho de 2012. Esta Portaria disciplina o modo de divulgação de informações relativas aos imóveis residenciais de propriedade da União, situados no Distrito Federal e administrados pela Secretaria de Patrimônio da União - SP.
<b>Lei nº 14.436</b> , de 9 de agosto de 2023 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.	<b>Decreto nº 7.724</b> , de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.	<b>Portaria Interministerial nº 233</b> , de 25 de maio de 2012. Disciplina, no âmbito do Poder Executivo Federal, o modo de divulgação da remuneração, subsídio recebidos por ocupante de cargo, função pública, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem em atividade.
<b>Lei Complementar nº 156</b> , de 13 de dezembro de 2016 - Faz alterações e revisões nas obrigações de prestação de contas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.	<b>Decreto nº 10.540</b> , de 11 de novembro de 2020. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.	<b>Portaria nº 548</b> , de 22 novembro de 2010. Estabelece os requisitos mínimos de segurança contábeis do sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação e adicionais aos previstos no Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010.

<p><b>Lei nº 12.527</b>, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005 e dispositivos da Lei nº 8.159, de 13 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</p>	<p><b>Decreto nº 11.531</b>, de 16 de dezembro de 2023. Dispõe sobre convênios, contratos de repasse relativos a transferências de recursos da União, e sobre parcerias, transferências de recursos, em meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de adesão.</p>	<p><b>Portaria nº 516</b>, de 15 de março de 2010. Institui o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e dá outras providências.</p>
<p><b>Lei Complementar nº 131</b>, de 16 de maio de 2009 - Lei Complementar Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	<p><b>Decreto nº 11.529</b>, de 16 de dezembro de 2023. Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e da Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.</p>	<p><b>Portaria Interministerial nº 140</b>, de 16 de dezembro de 2006. Disciplina a divulgação de dados de informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio de uma rede mundial de computadores - internet, e dá outras providências.</p>
<p><b>Lei Complementar nº 101</b>, de 4 de maio de 2000 - Lei Complementar Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</p>		

Fonte: Portal da Transparência, 2024.

Evangelista (2010) esclarece que a participação da sociedade é imprescindível para garantir uma maior eficiência na aplicação de recursos públicos. Informa que através da Controladoria Geral da União (CGU), o Estado vem promovendo cada vez mais a transparência dos gastos públicos e vem incentivando o controle social para que o exercício da Administração Pública seja traçado pela legalidade.

Reinaldo *et al* (2012) ressalta que ao longo do século XX houve um aumento significativo da intervenção humana, seja por meio das solicitações de informação sobre o orçamento do Estado e organizações, patrimoniais, serviços direcionados a população,

licitação, contratos, dentre outros possibilitando o avanço também da tecnologia em diferentes âmbitos do poder, especialmente no Estado.

Posto isto, a tecnologia pode ser uma forte aliada na promoção da transparência no sentido de alcançar grandes massas na promoção de gestão e controle de recursos públicos, prestação de contas atestando a efetividade dos gastos e fiscalização. A respeito da tecnologia, Matias (2010, p. 1.64) afirma:

É perceptível que a utilização intensiva de tecnologia da informação e comunicação (TIC), na produção, armazenamento e divulgação de dados surge como um fator relevante no fortalecimento do processo de transparência na administração pública. Nesse sentido, torna-se relevante destacar que os sistemas estruturadores, na medida em que a integração e interoperabilidade forem se consolidando, irão permitir que o acesso e a transparência dos dados disponíveis pelo governo se tornem cada vez mais acessíveis ao cidadão.

No Portal da Universidade Federal do Ceará (UFC), o acesso a informação é determinado com base na Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, o Decreto nº 8.777/2016, de Dados abertos da UFC e Painel de Acesso à informação regulamentado por meio do Decreto nº 11.529/2023, atendendo ao princípio da transparência ativa da instituição. Bem como, por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, em que os usuários podem solicitar informações diretas sobre serviços e demais assuntos relacionados com a universidade.

No tocante ao projeto NUFACE e os demais serviços ofertados aos cidadãos pela Universidade, por solicitação dos órgãos de controle, são divulgados por meio da carta de serviço ao usuário e publicada no portal da Universidade. Na referida carta, são disponibilizadas informações detalhadas a respeito dos serviços.

Importante ressaltar que a transparência na divulgação de informações permite aos usuários acompanhar as ações dos órgãos públicos, exercerem seus direitos de participação através do controle social, exercendo a cidadania. Um instrumento relevante para o cidadão é a Carta de Serviço ao Cidadão da UFC (2021):

A Carta de Serviços ao Usuário da Universidade Federal do Ceará. O objetivo deste documento é informar os cidadãos-usuários sobre os serviços públicos prestados pela Universidade e sobre como acessar e adquirir esses serviços [...] Esta Carta de Serviços ao Usuário atende às exigências da Lei n. 13.460/2017 e do Decreto n. 9.094/2017, além de reafirmar o compromisso da UFC com a sociedade em prestar serviços públicos do mais alto padrão de qualidade.

No que tange ao acesso da população, a transparência não se resume apenas à divulgação de informações, mas também à promoção efetiva da participação do usuário. Os cidadãos têm a oportunidade de colaborar nas decisões das instituições, oferecendo *feedback* sobre os serviços prestados. Podendo também apresentar sugestões, reclamações, denúncias e fiscalizar as ações do governo por meio das tecnologias disponíveis.

Com relação à Lei nº 13.460/2017, assegura a participação do usuário com vistas a requerer direitos referentes aos serviços oferecidos pela Administração pública. Vale ressaltar, que o Projeto NUFACE disponibiliza um e-mail, [nufaceufc@gmail.com](mailto:nufaceufc@gmail.com), e um perfil no *Instagram* para interação com os usuários. Além de disponibilizar outros canais por meio da Universidade, através da ouvidoria.

Através dessa interatividade, os usuários podem ter acesso à informação, bem como denunciar eventuais abusos, coibir a corrupção, o desperdício e a aplicação dos recursos. Aguiar informa (2009, p. 07):

Transparência governamental só existe se várias condições institucionais mínimas são garantidas. Descentralização, liberdade de imprensa e de expressão, competição política e a existência de organismos oficiais e não-oficiais de monitoramento são alguns exemplos. Mas dentre essas condições institucionais mínimas, uma merece atenção especial: a existência de políticas de acesso à informação. É claro que uma política desse tipo, por si só, não garante que um governo seja transparente e responsivo. É igualmente importante que as instituições estejam maduras o suficiente para promover o grau de transparência necessário para que se tornem efetivamente abertas à sociedade.

A importância da matéria é destacada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011), referindo que nas décadas de 1980 e 2000, países da América Latina passaram por diversas mudanças em relação à liberdade de expressão e ao acesso à informação pública.

O IPEA relata que após o fim de regimes autoritários na região, novas constituições foram estabelecidas, incluindo garantias específicas de liberdade de expressão e acesso à informação pública, principalmente no processo de descentralização de políticas importantes como saúde e educação.

Todavia, os desafios e as limitações para o acesso à informação são muitos. A literatura destaca a burocracia, resistência institucional, a falta de recursos, comunicação inadequada e analfabetismo funcional. Além disso, é preciso mencionar a necessidade de observação com vistas a garantir a proteção de dados sensíveis e a privacidade das informações pessoais dos cidadãos, bem como as dificuldades impostas propositadamente

para dificultar o acesso à informação que, muitas vezes, não é clara como presume o normativo.

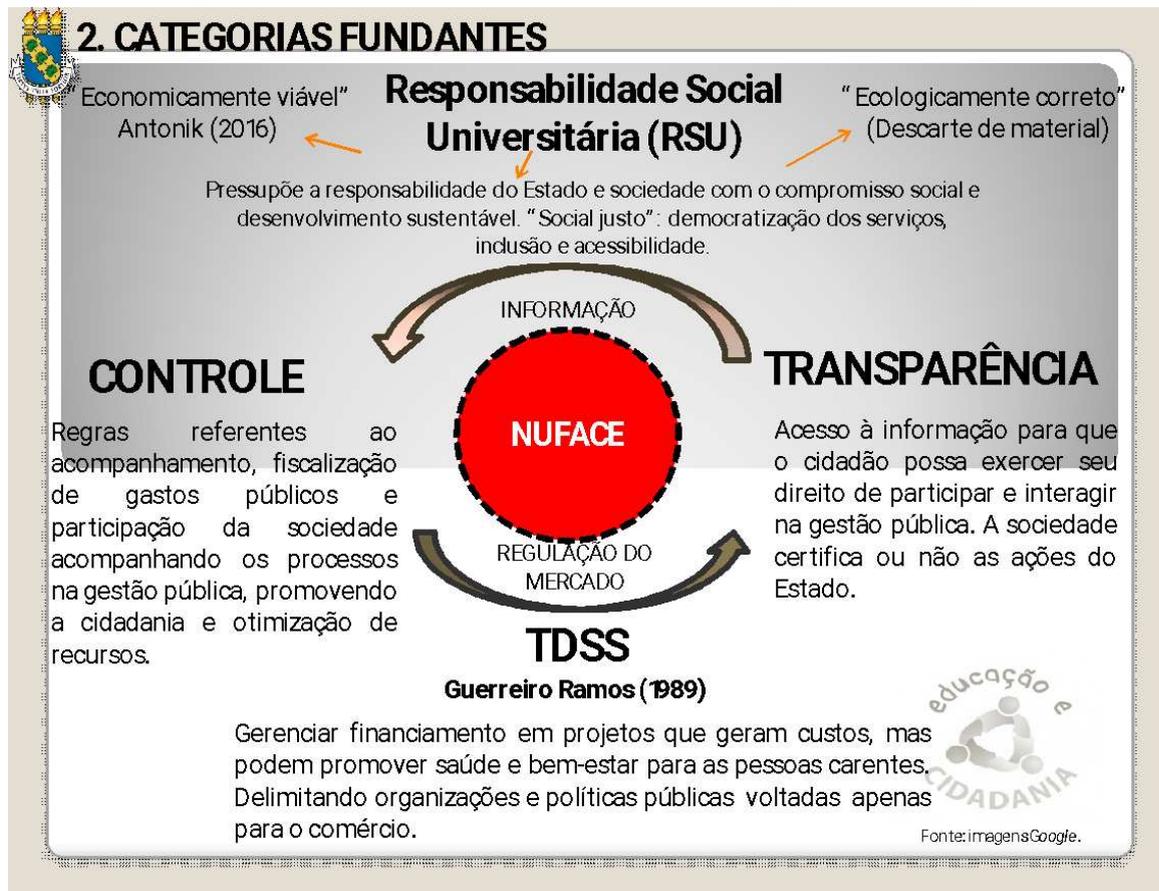
Aguiar (2009) refere à distância existente entre normas e a prática do acesso à informação pública que, muitas vezes, não é clara, mas destaca que a simples promulgação já significa um avanço importante para construção de governos mais transparentes. São fundamentais para a execução de políticas efetivas em que o interesse público possa predominar.

### Quadro 2 - Explicativo das Categorias Fundantes da Pesquisa do projeto NUFACE.

CATEGORIAS	RELAÇÃO COM O PROJETO
Responsabilidade Social Universitária (RSU): surgiu vinculada a lógica de mercado, porém pode fazer parte de estratégias para beneficiar a sociedade e o seu entorno.	✓ Relação com o NUFACE - Ponto fundamental para a base do trabalho. Observar valores de sustentabilidade, democratização do serviço, prioridade para o ensino e o social.
Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais (TDSS) de Guerreiro Ramos (1989): propõe um “modelo social multidimensional”, denominado “paradigma paraeconômico” (existe espaço para outras organizações sem vínculo apenas comercial). Traz uma ideia contrária ao que Friedman pregava. Nesse caso, o Estado é fundamental para articulação de um planejamento adequado de políticas públicas voltadas à população carente; o mercado e as empresas legitimadas por ações de RS devem ser reguladas.	✓ Relação com o NUFACE - Destacar a importância das ações sociais desenvolvidas pela Universidade para comunidade acadêmica e sociedade. Proporcionar discussões sobre o <u>financiamento de projetos que geram custos</u> , mas promovem valores como à saúde e bem-estar das pessoas carentes. E, ainda, pode delimitar as ações voltadas apenas para o comércio, ampliando espaço para parcerias e investimento de projetos importantes para a comunidade.
Controle - faz parte de um mecanismo do Estado com vistas a estabelecer regras referentes ao acompanhamento, fiscalização de gastos públicos, em que a sociedade participa acompanhando os processos da gestão pública, promovendo a cidadania e otimização de recursos.	✓ Projeto NUFACE – Pressupõe a qualificação da formação discente, fiscalização das ações, e faz parte do exercício de cidadania da população. A Lei nº 13.460, de 2017 - instituiu o conselho de usuários no serviço público para participação defesa dos direitos dos usuários; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 – Carta de Serviços ao Usuário; disponibiliza através do Acesso à Informação, Dados Abertos da UFC informações a respeito das atividades desenvolvidas para aplicação eficaz de recursos públicos.
Transparência – O poder público disponibiliza o acesso à informação para que o cidadão possa exercer seu direito de participar e interagir na gestão pública. França (2016) afirma que é indispensável a engrenagem da máquina pública concatenada para o contínuo oferecimento de proteção e promoção do bem comum.	✓ Projeto NUFACE – Participação da sociedade nos processos da Administração pública. Através da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, o Portal da Universidade Federal do Ceará (UFC) : Ouvidoria - reclamações, denúncias, elogios e o projeto possui também <i>instagram</i> e e-mail para comunicação com o público. Fala.BR e SIC- os usuários podem solicitar informações diretas sobre serviços.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora de acordo com a referência bibliográfica do trabalho.

**Quadro 3 - Explicativo da Relação existente entre as categorias e o Projeto NUFACE.**



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com referência nos autores da Fundamentação Teórica.

### 3. DESENHO METODOLÓGICO DO PROJETO NUFACE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

#### 3.1 Delineamento da Pesquisa

Este projeto de pesquisa propõe avaliar a responsabilidade social da ação de extensão NUFACE com o intuito de verificar o projeto como um instrumento de democratização de ensino e serviços, acessibilidade das atividades direcionadas à população, assim como a disponibilidade dos meios de comunicação com os usuários, observando aspectos de sustentabilidade do projeto.

Procura-se compreender a ação com enfoque qualitativo, sem desconsiderar a análise quantitativa, sob as perspectivas dos sujeitos, documentos, portais e contexto que

envolve a política, por meio das metodologias da avaliação em profundidade de Ribeiro (2011) e Gussi (2019) e a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977).

Para a análise dessa proposição de pesquisa será em um enfoque de interpretação da realidade através dos referidos métodos que se complementam com a pretensão de explorar valores e significados da realidade apresentada. A complementação de métodos representa uma lupa sobre a realidade do que se deseja compreender, por Minayo (2001, p.22):

Não existe um "continuum" entre "qualitativo-quantitativo", em que o primeiro termo seria o lugar da "intuição", da "exploração" e do "subjetivismo"; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido "objetivamente" e em "dados matemáticos". A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas.

Para a avaliação em profundidade, proposta por Léa Ribeiro, será realizada uma investigação bibliográfica e documental, em uma abordagem “ampla e multidimensional”, conforme afirma Gussi, *apud* Rodrigues *et al* 2016, definida através da análise de quatro eixos. A análise de contexto que versa sobre a compreensão do momento político, as circunstâncias sócio-econômicas, observando o vínculo referente às esferas local, regional e nacional.

Já na análise de conteúdo são revelados em três dimensões como os documentos de institucionalização e formulação da política, requisitos para implantação e exame do material institucional.

A análise de trajetória institucional do projeto a autora destaca ser o mais importante, refere à investigação de documentos para a execução da política, “vida das instituições”. Assim, será examinada a política de extensão na UFC, normativos sobre a implantação da ação, trajetória do projeto e, sob o ponto de vista da sustentabilidade (ambiental), o descarte de material do NUFACE. (Rodrigues, *apud* Gussi *et al* 2011) .

Para Gussi (2019) o último eixo, espectro territorial e temporal, abrange as dimensões sociais, culturais, econômicas, territoriais, trata-se da “fusão de texto e contexto” que está contemplado em todo trabalho da pesquisa em que será realizada dentro da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Em relação à metodologia da Análise de Conteúdo definida por Laurence Bardin objetiva averiguar dados de comunicações seja pela observação, entrevistas, vídeos, entre outros. Para esse trabalho serão verificados os meios de comunicação da UFC, observação de campo e entrevistas aplicadas aos participantes do projeto NUFACE, com o intuito de trazer relações entre o empírico e teórico abordado pelas categorias teóricas estudadas na pesquisa, que possam garantir o “corpus”, documentos submetidos a processos analíticos. Análise de conteúdo por Bardin (1977, p. 9):

[...]um conjunto de instrumentos metodológicos [...] que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extracção de estruturas traduzíveis em modelos é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem.

Considerando as fases propostas pelo autor será organizado da seguinte forma: a Pré-análise que traça um roteiro para a realização da pesquisa, reunindo materiais tais como investigação de Portais da UFC, documentos, gráficos, gravação de entrevistas e pesquisa de campo; Exploração do material com a triangulação de dados entre entrevistas, questionário e observação de campo; e, o Tratamento dos resultados que versa sobre a transformação de dados brutos, adquiridos na fase inicial, em significados para a interpretação do problema da pesquisa.

Por conseguinte, para alcançar o objetivo da proposta em estudo será aplicada a técnica de análise temática, como uma das opções indicadas por Bardin, com vistas a identificar as proposições a serem trabalhadas. Destaca-se para a pesquisa a sustentabilidade, formação discente, gestão do projeto e percepção dos usuários para verificar a compatibilidade das ações com os princípios de uma Universidade Pública e RSU. Análise temática por Bardin (1977, p. 77 e 80):

Se nos servirmos da análise temática - quer dizer, da contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada, apercebemo-nos de que se torna fácil escolhermos, neste discurso, a frase [...] como unidade de codificação. [...] Isto ilustra bem o aspecto de «Vai vem» da análise de conteúdo, entre a teoria e a técnica, hipóteses, interpretações e métodos de análise.

Na prática, de acordo com a metodologia apresentada, será levada em consideração a história do NUFACE, no período de 1996 a 2024, com referência institucional e documental, como também entrevistas, observação, diálogos e pesquisas de campo e análise dos principais meios de comunicação da UFC. Envolvendo a percepção dos sujeitos da pesquisa, professores, alunos e usuários, a fim de verificar se os princípios estabelecidos pela Universidade estão alinhados com os preceitos da Responsabilidade Social Universitária.

Buscar-se-á identificar critérios de controle e transparência, explorando a Responsabilidade Social Universitária (RSU) da ação NUFACE, sob a ótica da de desenvolvimento sustentável de Antonik (2016), “economicamente viável e socialmente justo e ecologicamente correto”. Avaliando a acessibilidade da política, o impacto na vida social e bem-estar dos usuários, a formação discente e a gestão do projeto no que se refere à cobrança de taxas.

Em relação aos meios de comunicação, irá considerar o controle e transparência dos principais meios de comunicação dos portais da Universidade com o público-alvo. Será averiguado como é realizada a interlocução do projeto (comunicação com o público), observando a disponibilidade de dados e a clareza das informações.

Em referência a pesquisa de campo e as entrevistas serão realizadas nas dependências do curso de odontologia, local onde o serviço é ofertado pela Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem e na secretaria da Diretoria da FFOE para gravação de entrevista. Registra-se que para esta pesquisa ser realizada obteve autorização do Comitê de Ética da UFC em 05 de agosto de 2024. Com relação aos pacientes, a entrevistadora irá considerar diálogos com os usuários, além da aplicação do questionário. O modelo para destacar as entrevistas foi feito com base no trabalho de dissertação de Barros (2009).

Os participantes da entrevista e da pesquisa de campo serão recrutados na Clínica 4 do curso de odontologia/FFOE). No caso da aplicação do instrumento de pesquisa, será feito segundo a conveniência de cada paciente, antes ou depois do seu atendimento. São perguntas fechadas e abertas contendo 15 questões, tendo como base princípios da RSU por meio da sustentabilidade, e requisitos de controle e transparência.

O questionário será aplicado pessoalmente e deverá investigar dados sociodemográficos (faixa etária, gênero, renda familiar) e perguntas referentes ao serviço prestado pelo projeto, considerando a perspectiva dos cidadãos-usuários.

A entrevista com os docentes e discentes ficará estruturada em torno dos seguintes questionamentos: interação de alunos com a comunidade e influência na formação dos

discentes; principais aprendizados que levarão dessa experiência para futura carreira; importância do projeto NUFACE no contexto da Universidade; a prática de cobrança de taxas como se alinha aos princípios de uma Universidade Pública e o risco de mercantilização do projeto.

Resumidamente, haverá uma complementação de métodos para análises dos dados, através da triangulação de teorias e dados, interpretados por diferentes perspectivas de autores e a percepção dos usuários do projeto, tal como a triangulação metodológica, devido à realização de métodos distintos, conforme (Santos *et al*, 2018).

Sob o ponto de vista metodológico a análise de dados será fundamentada com a tradição hermenêutica dialética com o intuito de analisar o contexto e apresentar os diferentes olhares de cada sujeito, além de procurar trazer uma interpretação crítica sobre o principal indicador dessa pesquisa a sustentabilidade, procurando esclarecer os sentidos do projeto, conforme Oliveira *et al* justifica ( 211, p. 244):

A articulação da hermenêutica com a dialética é, portanto, um importante caminho para fundamentar pesquisas qualitativas, na medida em que é possível valorizar as complementaridades e divergências entre elas, dentre as quais podem-se destacar que: ambas trazem a idéia do condicionamento histórico da linguagem, das relações e das práticas; [...] ambas reúnem o poder para “aproximação da verdade” investigada.

Essa compreensão da política objetiva projetar um possível desenho da ação de extensão, vislumbrando a visibilidade do projeto com a possibilidade de incentivar melhorias para o atendimento e despertar mais discussões sobre investimentos em ações que, de fato, sejam voltadas à população carente.

Por fim, apesar de a política proposta está inserida em um universo que predomina uma compreensão mais positivista, direcionada, na maioria das vezes, por parâmetros de eficiência, qualidade e eficácia. Busca-se contemplar o ambiente que envolve a ação de extensão, verificando através da pesquisa de campo a percepção dos sujeitos, fazendo o enlace entre teoria e contexto (GUSSI *et al*, 2019). Sem desconsiderar que a ação está inserida na educação superior, que é parte estratégica para o desenvolvimento social e econômico do país.

#### Quadro 4 - Explicativo da Avaliação em profundidade - estudo bibliográfico e documental.

PROPOSTA DE DESENHO METODOLÓGICO	
EIXOS ANALÍTICOS	AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE (RODRIGUES, 2008a, 2011a) ESTUDO BIBLIOGRÁFICO/PESQUISA DOCUMENTAL/PESQUISA DE CAMPO
Análise de Contexto (contexto político e sócio-econômico)	Estrutura do Estado Brasileiro (1996 - 2024) e a Política do Banco Mundial - Mercantilização das Ações Educacionais. <b>Fonte:</b> Reis, João M. Mendes & Prônio (2015). Livro a demolição de direitos: Besser (2012), Reforma Gerencial de 1995: Ferrer (2011), Abramides (2014, 2016a) Movimentos Social e Serviço Social, Américo e Sebóg (2014), Um novo Padrão Exportador: Valeriano Costa (2015); Vilas (2014); Calixto e Fagnani (2017) Estenssoro (2015); Tânia Bacelar (2003), Política Públicas: Moderno (2018), Filosofia do Golpe de Estado: José Murilo (2016), cidadania no Brasil, Paulani (1999), Neoliberalismo e Individualismo e Darcy Ribeiro (2011), entre outros.
Análise de Conteúdo (formulação da política)	História da Extensão na Educação Superior Brasileira com base nas normas <b>Fonte:</b> Parecer CNE/CEB nº 606/2011, LEI nº 13.005, DE 25 de junho de 2014, que aprovou Plano Nacional de Educação - PNE, Portal da Pró-reitoria de Extensão (PREX), Resolução nº 04 e 06 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e demais normativos Federais e Institucionais.
Trajectoria Institucional (implementação da política)	Política de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), implementação da ação com base em normativos Federal e institucional, História do Projeto NUFACE e Sustentabilidade - descarte de material, "Análise do material institucional, leis, portais" - Léa Rodrigues (2008). <b>Fonte:</b> Normas UFC, coordenador do projeto, prof. Wagner de Araújo Negreiros, do curso de odontologia, FFOE, cadastro da ação no sistema da Universidade, trabalhos científicos, Portal da Universidade, Dados de 2023 do Instituto Nacional do Câncer - INCA, Diário do Nordeste e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Notícias do portal globo.com, Portal da Universidade, dentre outros.
Análise Territorial e Temporal	A análise será a partir da ação de extensão NUFACE, no período de 1996 a 2024, e abrangem docentes, discentes e os usuários da referida ação, aos quais tem participar de uma pesquisa de campo e entrevista com vistas a verificar questões socioculturais. O grupo a ser estudado pode fazer parte de uma população majoritariamente carente de recursos financeiros e com deformidades bucomaxilofacial, conforme proposta do projeto. Todo trabalho realizado nessa pesquisa contempla esse eixo.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com referência em Rodrigues, 2008a, 2011a e Gussi, 2019.

#### Quadro 5 - Explicativo da Análise de Conteúdo - estudo documental, entrevistas e pesquisa de campo.

PROPOSTA DE DESENHO METODOLÓGICO	
Fases da Análise	Análise de conteúdo por Bardin (1977)
Pré-análise	Constituição e organização de um roteiro para realizar a pesquisa por meio dos portais da UFC, normativos, gravação de entrevistas e pesquisa de campo para constituir o "corpus" documentos submetidos a processos analíticos.
Exploração do material preparado	Realizar a triangulação de dados de entrevistas (questionário e observação de campo); e,
Tratamento dos resultados	Propõe a transformação dos dados brutos, gráficos, fatos em significados de acordo com as categorias que pretende analisar, é a interpretação do problema da pesquisa.
Técnicas - Constituição de áreas temáticas	Será verificado a sustentabilidade do projeto; formação discente (teoria e prática); gestão do projeto; e, a percepção dos usuários a fim de investigar se existe a compatibilidade das ações do NUFACE com os princípios de uma Universidade Pública.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com referência em Bardin, 1977.

## **4. ANÁLISE E RESULTADOS DO PROJETO NUFACE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE**

### **4.1 Análise de Contexto do Projeto NUFACE**

#### ***4.1.1 Configuração da Estrutura do Estado 1996-2024***

No panorama político-econômico do Brasil, as últimas décadas têm sido marcadas por transformações significativas na configuração do Estado em que o país foi buscando alternativas para sair de crises importantes, especialmente no que diz respeito à sua atuação na promoção de políticas de saúde, educação e segurança.

Na década de 1990, o Brasil foi palco de profundas mudanças. Bacelar (2003), destaca o movimento de globalização, com a ampliação de mercado em um cenário mundial, reestruturação produtiva, em razão das novas formas de produção e financeirização da riqueza com o gasto social, altas de juros. O país atravessava uma forte recessão com preços altos e dívida externa.

Assim, devido ao financiamento externo, a promoção de políticas públicas ficou por muito tempo dependente das exigências internacionais, que eram voltadas ao desenvolvimento da economia de mercado. Esse período foi marcado por uma jornada complexa e multifacetada, repleta de desafios, avanços e retrocessos.

Ferrer (2011) argumenta que as políticas econômicas realizadas no país foram intensificadas durante a era neoliberal, que teve seu pontapé inicial nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). A ordem vigente era a reestruturação do capitalismo em um novo eixo econômico o que chamou de “mundialização do capital financeiro”.

Bresser Pereira (2012) indica que entre 1980 e 2004 a economia brasileira enfrentou uma das maiores crises da história do Brasil independente. Agravando os problemas estruturais do país, pobreza e desigualdade econômica.

Então, apesar do destaque da estabilidade econômica com o Plano Real, do ex-presidente, Fernando Henrique, as reformas realizadas no país tiveram enormes impactos na vida dos cidadãos a partir da perspectiva de desconstrução de direitos sociais, pois atuavam no sentido de libertar o mercado das amarras do modelo de bem-estar social e enfraquecer os

movimentos sociais, principalmente o da classe trabalhadora. Ideia baseada no ponto de vista Abramides, que define (2014, p. 180):

No Brasil, do conjunto das políticas da seguridade social, sobressai a desconstrução de direitos sociais como resultado dos ajustes regressivos efetuados nos anos 1990 e 2000. Como exemplo desse processo, temos: o fomento à previdência privada, aos fundos de pensão; a privatização e o subfinanciamento da política pública de saúde; a centralização nos programas de transferência de renda pela política de assistência social, tratando-se de assistencializar a proteção social (Mota, 2008).

Assim, durante o período do governo de FHC, com o Estado necessitando ser revitalizado devido à instabilidade econômica, insatisfação da elite brasileira, e a pressão dos movimentos sociais. Houve a ruptura do modelo liberal-desenvolvimentista para o neoliberalismo, trazendo modificações no funcionamento do Estado com políticas mais ajustadas para transferência de renda. Sobre essa ruptura, Pauliani argumenta (1999, p. 119).

Cria-se, com isso, uma espécie de consenso a respeito da necessidade de uma certa regulação externa ao próprio sistema, que soma, à perda de espaço social já experimentada concretamente pelo liberalismo, também um adversário teórico à altura da ortodoxia neoclássica. Os liberais estão, então, completamente na defensiva. Na etapa que então se inicia, o mercado tem papel inegavelmente importante, mas não menos importantes são o Estado, o planejamento, as políticas públicas.

Nos anos seguintes, setores progressistas ganham espaço no cenário político e chegam ao poder em defesa do desenvolvimento nacional e políticas contrárias ao modelo neoliberal, mas a política social não esteve em total imposição. Oportuno mencionar, que mesmo nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, em que promoveu um grande espaço para o investimento em políticas sociais, não desprezou a perspectiva neoliberal.

Contudo, Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006/2007-2010), em sua atuação na presidência do Brasil, trouxe uma abordagem diferente do que vinha acontecendo no país, denominada em consonância com alguns autores de “novo desenvolvimentismo”, que buscava conciliar um modelo de desenvolvimento nacional, associado com as políticas públicas sociais de reparação/compensação dos anos vividos e ampliando para àqueles que estavam à margem da sociedade. Análise baseada na abordagem de Moreira e Sebag (2014, p. 10):

No caso Brasileiro, a trajetória de ampliação do salário mínimo se faz notória. A expansão do emprego formal transparece na ampliação da dimensão dessa parcela da população assalariada no consumo doméstico. Pode-se assim dizer que para o Brasil, o momento iniciado em 2003 apresenta-se como de expansão do poder de

compra da classe trabalhadora e de ampliação de sua participação no mercado interno. (AMÉRICO; SEBAG, 2014, p. 99).

Segundo Calixtre e Fagnani (2017) a eleição de 2002 para os brasileiros trazia esperança por mudanças que se mostraram não apenas na promoção dos princípios do bem-estar social estabelecidos na Constituição Federal, mas também no crescimento econômico e na distribuição de renda.

Os autores mencionam, ainda, que o principal legado do experimento neodesenvolvimentista de (2003-2016), foi o crescimento consistente da renda das famílias com melhor distribuição, o que acelerou a redução das desigualdades e da extrema pobreza com políticas públicas voltadas para a transferência de renda.

No que se refere à ampliação de redistribuição de renda a partir de 2002 foi considerável, mas ainda era necessário superar entraves sobre a centralidade das questões essenciais de interesse público. “Pretende-se superar a dicotomia entre administração e política por meio da centralidade das questões sociais de interesse coletivo no desenvolvimento nacional. (ESTENSSORO, 2013, p. 5).

Apesar disso, não houve uma transformação que possibilitasse uma mudança significativa na estrutura social, mas apenas reflexo das ações do governo em cada período. A ideia seria uma mudança de paradigma, em que o Estado pudesse assumir responsabilidades mais amplas em relação aos serviços sociais e se engajasse na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. Argumentos de Bacelar (2003, p. 7):

Reformar aquele Estado desenvolvimentista, que só patrocinava o crescimento da economia, e abrir espaço para um Estado que patrocine saúde, patrocine educação, patrocine segurança. Um Estado com políticas sociais. Existe uma proposta a favor do Estado transformador.

Nessa lógica, nos governos do PT, os ex-presidentes Lula da Silva (2003 – 2010), e Dilma Vana Rousseff (2011 - 2014), promoveram uma maior transparência nas ações do Estado e fortaleceram a participação ativa no combate à pobreza, porém beneficiaram outros setores. Sobre o argumento de “duplo redirecionamento” justificam Paccola e Alves (2018, p.272):

O modelo desenvolvido pelo PT como resultado da correlação de forças que se materializou no período foi responsável, portanto, por um duplo redirecionamento da política nacional, primeiro por vincular ao programa neoliberal uma rede de proteção social com intuito de reduzir os altos índices de miséria e pobreza enfrentados pelo país e uma política de expansão da renda que apesar do ritmo ameno, se mostrou constante. E segundo, por beneficiar através da política

econômica, outros setores da burguesia, neste caso nacional, que obtiveram ganhos significativos com esta política, entre eles os setores produtivos como a indústria, o agronegócio exportador, o setor petrolífero entre outros.

Embora tenha sido dessa forma, as ações dos governos do PT demonstram um forte direcionamento para políticas públicas sociais. O portal do Ministério da Educação registra que, em 2003, foi criado o Programa de Extensão Universitária (Proext), refletindo parte dessas iniciativas, com a finalidade de integrar as universidades à sociedade por meio de atividades de extensão. Percebe-se que o Proext, financiado pelo Ministério da Educação (MEC), foi descontinuado, em 2016, devido à fusão de ministérios e cortes orçamentários promovidos pelo governo de Michel Temer, como parte de um ajuste fiscal que pode ter encerrado o referido projeto. (El País, 2016).

Em 2010, ainda sob a presidência de Lula, foi instituído o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS, objeto do Decreto nº 7.385/2010, com o fim de atender as demandas de capacitação e educação permanente dos profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), guiado pelo Ministério da Saúde e articulado com a Secretaria de Gestão do Trabalho, Educação na Saúde (SGTES/MS) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com propostas direcionadas às necessidades da população. (Portal UNASUS).

Igualmente, o governo Lula também trouxe para o país programas que são reconhecidos mundialmente como a ampliação do programa bolsa família, condicionando a exigências importantes para o desenvolvimento da sociedade como à permanência na escola, conforme Portal Lula:

O Bolsa Família e suas condicionalidades – como a permanência das crianças na escola, as vacinas em dia, o pré-natal das mulheres grávidas [...] políticas cruciais como o aumento sistemático e anual do salário mínimo [...] a geração de empregos, as políticas de incentivo a pequenos e médios agricultores, a inclusão educacional, a reestruturação da previdência social, a retomada de investimentos públicos e privados.

Com efeito, diante do cenário controverso da política brasileira, é possível observar as tensões entre o Estado Mínimo e o Estado Social, haja vista que, apesar de não romperem com a política neoliberal no plano econômico, os governos do Partido dos Trabalhadores adotaram políticas sociais que não correspondiam ao antigo modelo, que passou a ser chamado de corrente neodesenvolvimentista.

Contudo, apesar dos avanços da ampliação de transferência de renda, iniciou-se uma forte crise política que culminou no enfraquecimento do modelo neodesenvolvimentista,

agravando os problemas estruturais do Brasil que resultou no *impeachment* da presidente Dilma em 2016, conforme o Portal da Agência Senado:

Especialistas ouvidos nesta segunda-feira (2) pela Comissão Especial do Impeachment reforçaram a tese de que a presidente Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade ao praticar as chamadas "pedaladas fiscais" e ao editar decretos de suplementação sem prévia autorização legislativa.

Esse episódio ocorreu em um momento de fragilidade política, resultado de uma manobra política que alegava que a ex-presidente havia perdido o controle sobre as contas públicas, cujo intuito era restaurar antigas práticas políticas no país e desviar o foco de alguns políticos envolvidos no esquema da operação Lava Jato, que estava em destaque à época, segundo informações do Portal do Ministério Público Federal:

A Operação Lava Jato, uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil, teve início em março de 2014. Na época, quatro organizações criminosas que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigadas perante a Justiça Federal em Curitiba. A operação apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, e contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3.

Ademais, o próximo governo foi de Miguel Elias Temer (2016 - 2018), com a “bandeira da democracia”, porém revelando uma pauta diversa voltada para políticas de mercado. Traz à tona novamente a redefinição do papel do Estado mais ajustador e com menos proteção social.

Trata-se de um momento de subtração de direitos sociais com a precarização do trabalho, através da Reforma Trabalhista, que alterou as relações de emprego. Retirando garantias do trabalhador e ampliando a liberdade aos empregadores que passaram a dispor de uma maior segurança jurídica, sob o suposto objetivo de reduzir a burocracia para contratar trabalhadores. Sobre a “defesa da democracia”, Moderno argumenta (2018, p. 05):

Uma das mais usadas e eficazes “fórmulas” de aplicação do golpe contemporâneo é a chamada “defesa da democracia”. A democracia é uma necessidade para um cripto golpe de Estado. As regras democráticas tornam-se atraentes sob determinadas condições históricas, e o cripto golpe somente é desvelado por meio de críticas aproximações sucessivas, indicando não só o que está por trás das políticas públicas, mas, sobretudo, para onde elas conduzirão o Estado e a sociedade.

Nesse entendimento, apontamos o próximo presidente do Brasil, inicia-se o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), que trouxe a continuidade desse governo

ajustador, acrescentando políticas mais conservadoras voltadas ao modelo neoliberal, e contou com o agravante de a população do país estar dividida.

Assim, em meio a mais uma crise política e econômica, com a população fragmentada devido à revolta contra o PT, a prisão do ex-presidente Lula, desconstrução de direitos e privatizações. Experimentamos resquícios dos tempos coloniais, fundamentalismo religioso, patrimonialismo, além de um Estado ajustador ao capitalismo financeiro. Ampliou-se a concentração de riqueza, contribuiu com a desigualdade social, além de estagnar a educação.

Esses componentes fizeram parte de uma narrativa mais ampla que impactam significativamente no contexto nacional do Brasil. Nesse momento da história foi possível observar a forte tendência conservadora que influenciou a forma como a sociedade brasileira se organizava, gerando polarizações, além de questionar valores democráticos e o respeito aos direitos humanos. Argumentos conforme Schwarcz (2019, p. 16):

No Brasil também andamos “surfando” numa maré conservadora. Afinal, uma certa demonização das questões de gênero, o ataque às minorias sociais, a descrença nas instituições e partidos, a conformação de dualidades como “nós” (os justos) e “eles” (os corruptos), a investida contra intelectuais e imprensa, a justificativa da ordem e da violência, seja ela produto do regime que for, o ataque à Constituição e, finalmente, o apego a uma história mítica, fazem parte de uma narrativa de mais longo curso, a qual, no entanto, tem grande impacto no nosso contexto nacional e contemporâneo.

Atualmente, conforme registro do Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pela terceira vez, Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), foi eleito presidente novamente com pouco mais de 50% dos votos válidos “Lula foi considerado eleito após receber 50,83% dos votos válidos, contra 49,17% dos votos válidos de Bolsonaro”.

A diferença apertada nos faz refletir sobre o movimento da política que é reflexo de posicionamentos da população, vindo à tona situações que acreditávamos já estarem superadas como o preconceito e o retorno do poder centralizado, beneficiando a poucos.

Nessa perspectiva, a pauta do atual dirigente é complexa, vai desde ajustes fiscais a políticas sociais, sem deixar de lado projetos antigos neoliberais, mas, sobretudo, ajustar a proteção dos direitos humanos, na educação, saúde e ambientais.

Indagamos se estamos diante de um futuro promissor, com mais humanidade. E se é possível vislumbrar a transformação do país em um lugar mais justo e democrático. Podemos inferir que sim, nutrimos sempre a esperança por tempos melhores e mais calmos, e

que a nossa gente seja de paz e acolhedora com mais humanidade, conforme afirma Darcy Ribeiro (2011, p. 411):

O Brasil é já a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso autosustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades.

Carvalho (2016) ratifica esse pensamento afirmando que apesar da desvantagem da inversão de direitos, como foi observado ao longo da história, com o continuado exercício da democracia aos poucos vamos podendo avançar no gozo dos direitos civis, criando um círculo virtuoso em que também poderá modificar a cultura e a política.

Nesse ponto de vista, a notícia do canal de televisão CNN registrou que em fevereiro de 2024, houve um avanço significativo do Brasil na economia, ficando entre os países que se destacam no cenário internacional. Impulsionado pela agricultura, indústria e serviços.

#### ***4.1.2 A Política do Banco Mundial - Mercantilização das Ações Educacionais***

Considerando que a Universidade por meio do ensino pode contribuir com a sociedade através das suas ações de extensão, na assistência a indivíduos preferencialmente carentes de serviços essenciais. E que a proposta deste estudo é uma ação desenvolvida no universo da educação e saúde, cujo atendimento poderia ser gratuito. É relevante descrever alguns aspectos do financiamento em educação negociada por intermédio da política do Banco Mundial (BM).

A seguir, será abordada uma ideia central do livro *A Demolição de Direitos: Um Exame das Políticas do Banco Mundial para a Educação e a Saúde*, que discute como as políticas educacionais no Brasil nas últimas décadas foram amplamente influenciadas por diretrizes internacionais. A obra critica o foco exclusivo dessas políticas em transformar a educação em um mercado, sem considerar outros aspectos fundamentais.

Estabelece também que as universidades públicas ao longo dos anos foram preteridas em detrimento da educação primária e ensino médio, devido outras prioridades para movimentar a economia, tendo em vista o analfabetismo ser uma condição urgente para o progresso dos países subdesenvolvidos.

No entanto, o ensino superior aos poucos foi ganhando destaque na medida em que o desenvolvimento tecnológico foi avançando, havendo necessidade de pessoas capacitadas para fornecer uma mão-de-obra especializada. E como a educação superior estava defasada, a Universidade passa a ser direcionada para assumir um papel crucial.

A literatura reporta que a oportunidade para ensino superior havia crescido significativamente, especialmente durante o período da ditadura, porém, majoritariamente no setor privado, revelando uma forte mentalidade empresarial, desvinculada de propósitos genuinamente acadêmicos. O setor público enfrentava um declínio acentuado em todos os níveis, resultando em um estado de sucateamento.

Nesse cenário complexo e desafiador, o Banco Mundial traçou direcionamentos de investimento na política da educação do Brasil. Há registros bibliográficos sobre os países ricos terem utilizado a estratégia do pós-guerra com a justificativa de reconstrução e apoio aos países subdesenvolvidos.

Nessa direção, Costa (2015) destaca a tendência voltada ao setor empresarial cujo intuito foi enxugar a máquina pública. Além disso, existiam divergências de agendas da União, Estados e Municípios.

Arretche (2003) salienta o paradoxo da descentralização ocorrido no ensino básico, em que houve a redefinição de atribuições e competências transferindo autonomia aos Estados e Municípios dos programas educacionais. Devido ao aumento de gastos governamentais e baixo desempenho da economia.

A autora esclarece que ocorreu um descompasso de ritmo, resultado e qualidade das atividades, fazendo com que aumentasse as funções do Estado na regulamentação e fiscalização.

Sobre esse ponto de vista, é oportuno mencionar que o BM encontrou a oportunidade perfeita para a prática de direcionamentos internacionais, tendo em vista que tanto o Brasil quanto outros países da América Latina foram afetados por várias crises internas com o aumento da dívida externa, desemprego, dentre outras. Esse período impactou fortemente a economia trazendo recessão e inflação.

Dessa maneira, a ingerência do Banco Mundial, como um instrumento dos Estados Unidos, determinava políticas de interferências nos países subalternos através de dívidas contraídas para investimento com o propósito de influenciar na política, economia e cultura dos países, mediante empréstimos.

E a educação passou a ser um ponto de exigência do pacote econômico, modificando as funções do Estado e reorientação das políticas de saúde e educação, conforme compreensão de Vilas (2014, p. 70):

As condições para obter os empréstimos de ajuste estrutural significaram uma transformação severa dos objetivos e das funções do setor público e da organização político-institucional do Estado: liberalização do comércio exterior, livre circulação de capitais e fomento ao investimento externo, eliminação ou redução de barreiras protecionistas e qualquer outro instrumento de regulação estatal da atividade econômica [...] além da reorientação da política social para atenção primária em saúde e educação básica, focalizando-a em setores considerados de pobreza extrema.

Nessa orientação, mesmo a educação sendo uma das exigências dos órgãos internacionais e apesar de ter sido tratada como necessidade básica, os diagnósticos e recomendações trazidas ao longo dos anos pelo Banco Mundial foram reformas baseadas em rentabilidade econômica, educação como mercadoria, preocupação com redução de custos e a qualidade dos serviços. Conforme Mello (2015, p. 154):

O BM começou a atuar na área de educação nos anos 1960 e, desde então, houve adaptações no seu discurso a respeito dela. Vinculou-a ora à formação de mão de obra, ao combate à pobreza e ao controle demográfico, ora ao desenvolvimento humano e à sociedade do conhecimento, sem, no entanto, jamais vê-la como um direito.

Em tempo, indicamos as principais ações propostas pelo Banco Mundial cronologicamente, conforme o livro *A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde*.

**Quadro 6 – Resumo das Ações propostas pelo Banco Mundial para Educação nos países da América Latina.**

PERÍODO/ANO	AÇÕES PROPOSTA DO BM
1962	BM aprova empréstimos para educação.
Década de 70	Os empréstimos estavam orientados para infraestrutura, equipamentos e educação técnica e, posteriormente, foram ampliados para outras áreas.
1980	BM focou na educação como necessidade básica, instrumento para resolver diversas necessidades e atividades voltadas a fomentar e sustentar o desenvolvimento. Os empréstimos eram destinados para países com baixa renda <i>per capita</i> , com vistas a incrementar a produtividade e eficiência máxima na gestão.
1990	Foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em <i>Jomtien /Tailândia</i> – 1990, que estabeleceu a Educação como direito humano como palavra-chave para o crescimento econômico, desenvolvimento social e redução da pobreza, cujo foco era investir na educação básica para redução da pobreza e atender à crescente demanda por tecnologias. No que se refere ao financiamento, nesse período as recomendações eram orientadas para o gasto com o nível primário em detrimento ao superior. E na educação superior o direcionamento era diversificar fontes de financiamento, cobrança de taxas, expansão de escolas privadas, bolsas seletivas, programas de ensino à distância e vincular ao setor produtivo através de programas conjuntos indústria e universidade.
PERÍODO/ANO	AÇÕES PROPOSTA DO BM
2000	O Banco Mundial participou da Organização do Fórum Mundial da Educação em Dakar/Senegal, para avaliar os resultados das metas estabelecidas em <i>Jomtien</i> , que haviam sido cumpridas, aprovando novas metas para 2015. Na Estratégia Setorial para a educação o banco reiterou sua visão da educação como instrumento-chave. Nesse momento, foi debatida a necessidade de desenvolver novas competências para um mercado mais flexível (força de trabalho capacitada com as inovações tecnológicas, reconhecendo a necessidade da educação em todos os níveis.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com referência em Pereira e Pronko(2014).

Com base nos argumentos dos autores, salientamos que alguns direcionamentos do Banco Mundial para a política da educação trouxeram debates importantes devido à falta de democracia e transparência em suas abordagens.

Isso se deve ao fato de os países da América Latina terem pouca influência sobre as políticas programadas pelo BM, apesar de serem fortemente afetados por elas, causando o endividamento por direcionamento de um pacote de medidas único. Além de trazer consequências como o aumento da desigualdade, devido às políticas de austeridade, cortando

gastos públicos em áreas como saúde e educação sob a perspectiva dos países mais ricos do mundo.

Vale pontuar que a reforma educacional articulada na América Latina foi realizada em um contexto do consenso de Washington (1989), em que ocorreu a convergência de propostas do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Departamento do Tesouro. Resultando em um conjunto de recomendações de políticas econômicas neoliberais com o suposto objetivo de enfrentar a crise dos países em desenvolvimento, especialmente na América Latina. Para Márcio *et al* (2015, p. 264):

Esse ambiente propício para a intervenção do BM decorria de uma conjuntura internacional em que o pensamento neoliberal já se tornara dominante como modo de compreender e explicar a relação entre Estado e mercado, e de uma conjuntura interna de crise econômica, com desdobramentos que minaram o poder de organização da classe trabalhadora, desmobilizaram os movimentos populares e fizeram recuar as reivindicações da questão social.

Importante mencionar que além de um ambiente favorável, houve a anuência também dos governantes do Brasil e de intelectuais da época, bem como de alguns organismos aliados a esse pensamento de educação como produto para o desenvolvimento econômico.

Bresser Pereira (2012) argumenta que a alienação da nossa elite brasileira foi uma consequência da pressão ideológica e econômica dos Estados Unidos e demais países desenvolvidos que não dispunha de mão-de-obra barata como a do Brasil, e enxergavam esses países como concorrentes.

O autor acrescenta que por esse motivo os países subdesenvolvidos adotaram políticas antinacionais que não atendiam ao seu desenvolvimento, mas aos interesses daqueles países. Segundo o autor, a lógica dos países ricos era lucrar com os países em desenvolvimento através da abertura comercial e financeira.

Por conseguinte, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO se tornou um ponto central de articulação com outros organismos internacionais na concretização de políticas de educação, no sentido de “planejamento nacional e dimensão econômica” com registrou Marcela Pronko (2014, p. 92 e 93):

A difusão de uma ideologia que liga fortemente educação e desenvolvimento não foi tarefa apenas da Unesco. Outros organismos tiveram enorme importância: o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), as grandes fundações norte-americanas (Ford, Rockefeller e Carnegie, principalmente), além do próprio BM. Foi a difusão

dessa ideologia que permitiu à Unesco tornar-se, também, ponto nodal de articulação com outros organismos internacionais relacionados à educação, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Em contrapartida as exigências internacionais, ressaltamos um avanço significativo no Brasil com a introdução do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que determinou metas e estratégias para a Educação Nacional do país com vistas à execução de políticas públicas da educação do Brasil, conforme [Plano Nacional de Educação (PNE)] 2014:

O Plano Nacional de Educação aprovado por lei representa uma vitória da sociedade brasileira, porque legitimou o investimento de 10% do PIB em educação e adotou o custo-aluno-qualidade. [...] É preciso completar o processo de planejamento tendo em vista a organização federativa do Estado brasileiro, com a elaboração e o alinhamento dos planos de educação decenais dos estados e municípios. Da mesma forma, cabe atenção para alinhar e harmonizar os planos plurianuais (PPAs), e demais peças do ciclo orçamentário com o PNE, de forma a garantir que aqueles assegurem a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes [...].O maior desafio refere-se ao papel que a Constituição atribuiu ao PNE: articular o sistema nacional de educação.

Registra-se que bases legais para promoção do PNE foram articuladas nos termos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que refere ao regime de colaboração e cooperação federativa.

E, ainda, através da Emenda Constitucional nº 59/2009, proporcionou o avanço da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, como uma exigência constitucional de periodicidade decenal e previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB), para o financiamento da educação, desprendendo-se da égide única do Banco Mundial.

Conforme registros bibliográficos, oportuno destacar que para construção do Plano houve a ampla participação de vários setores e atores governamentais, conselhos e fóruns de educação institucionais, bem como movimentos sociais, gestores da sociedade civil vinculados ao setor privado na área educacional, dentre outros.

## 4.2 Análise de Conteúdo do Projeto NUFACE

### 4.2.1 *Relato sobre a história da Extensão na Educação Superior Brasileira*

Minayo (2001) esclarece que o objeto das ciências sociais é histórico compreendendo, assim, que cada campo a ser estudado tem sua especificidade. Não é apenas o pesquisador que dá sentido ao trabalho, mas, sobretudo as construções sociais ao qual está inserido.

Assim, com vistas a circunscrever as principais camadas que envolvem o projeto NUFACE, é preciso compreender o que é extensão universitária no ensino superior e como surgiram os primeiros debates sobre o tema.

De acordo com o Parecer CNE/CES nº: 608/218, de 17 de dezembro de 2018, as primeiras discussões em torno da temática da ação de extensão universitária no Brasil aconteciam através de conferências, palestras, cursos em torno da população rural, através da prestação de serviços agrícolas e pecuários os quais não estavam voltados para questões socioeconômicas da comunidade.

Com a proposta da reforma do ensino superior, em 1931, surgiram os primeiros debates orientados para o social. O Decreto nº 19.851, de abril de 1931, faz referência à extensão universitária, elencando o formato e a quem se destinava:

A extensão universitaria destina-se à diffusão de conhecimentos philosophicos, artisticos, litterarios e scientificos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e colectivo [...] cursos de extensão universitaria, destinados a prolongar, em beneficio colectivo, a actividade technica e scientifica dos institutos universitarios.

Baseado na Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases para Educação Nacional, a participação da sociedade foi promovida pela extensão como parte relevante para educação, mediante cursos e programas com a finalidade de “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente [...] prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Dessa maneira, a importância da matéria foi crescendo de modo a ampliar debates sobre a educação e sua prática de ensino, abordando a relação entre as universidades e comunidade com a finalidade de fortalecer e ampliar o conhecimento.

A sociedade passou a ser parte integrante do ensino, uma vez que, poderia validar o conhecimento adquirido pelos futuros profissionais, aprimorando técnicas antes somente

conhecidas pela teoria sem gerar conhecimento que é obtido somente por meio da prática. Sobre a função da extensão universitária, Pimentel *et al* (2013, p. 29):

As práticas institucionais refletem conflitos e contradições que se superam continuamente. As ações de extensão são influenciadas tanto por propostas políticas da instituição, ou do governo, quanto por circunstâncias históricas que interferem no cotidiano das relações acadêmicas. Nas últimas décadas, essa dimensão universitária tornou-se importante foco de discussão no meio acadêmico, no processo de redemocratização [...] iniciado em meados dos anos 1980 – possibilitou uma ampla discussão dentro das universidades brasileiras, buscando redimensionar sua função e acentuando seu comprometimento e responsabilidade social com as classes menos favorecidas.

Ante o exposto, o engajamento das ações, programas e projetos da Universidade com a comunidade, unindo ensino e extensão, destacado no (PNE 2001-2010), aprovado pela Lei n. 10.172/2001 e, atualmente, no (PNE 2014-2024), instituído pela Lei nº 13.005/2014, exigindo que a extensão universitária ficasse entre 10% a 15% da carga horária total de cada curso, em uma interação dialógica entre comunidade acadêmica e sociedade. (DIAS, *et al*, 2019 e GARCIA, *et al*).

Importante ressaltar que as restrições impostas para a realização da pasta de extensão nas Universidades, são desde pensamentos arcaicos e elitistas em algumas estruturas dentro das instituições, como também a falta de recursos financeiros e organizacionais, que impõem limites significativos para a implantação e execução das regras. (ROSA, *et al*, 2015, p.26).

Com relação à previsão de recursos para a prática da extensão dentro das Universidades, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, da Presidência da República, Art. nº 77, parágrafo 2º, estabelece que as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público, inclusive de bolsas de estudo, sendo referendado pelo Decreto nº 7.416/2009/Presidência da República, que trata da concessão de bolsas para o fomento de atividades de ensino e extensão universitária. (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Além disso, a Lei da Presidência da República nº. 8.958/1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica, tecnológica e fundações de apoio também determina um suporte financeiro para as atividades universitárias. Em seu Art. 1º institui que IFES poderá realizar convênios e contratos, por prazo determinado, com o objetivo de colaborar com as atividades de ensino, pesquisa e extensão no

desenvolvimento de suas atividades, assim como na gestão administrativa e financeira para execução desses programas. (BRASIL, Lei nº. 8.958, de 20 de dezembro de 1994).

Dessa forma, o Parecer CNE/CES Nº. 576/2023 aponta alguns pontos de discussão sobre as limitações das práticas extensionistas que podem exceder a capacidade de ação da Universidade. A primeira delas, segundo o documento, é a posição assistencialista devido atender a grande demanda da sociedade. A outra limitação é a transformadora, em que através da interação entre Universidade e sociedade buscam uma mudança social que pode ser inatingível e por fim a parceria com outras instituições que poderá ficar caracterizada unicamente como uma unidade produtora de apenas bens e serviços. (ARISTIDES, 2023, p. 2).

Apesar disso, Pimentel (2013) mostra que a extensão é um instrumento fundamental de aprimoramento e transferência de conhecimento. Não podendo ser acessória ou voluntária, mas o centro da vida universitária para assegurar a qualidade da própria Universidade, “a qualidade política é a razão de ser da formação universitária”.

A extensão passou a apresentar um novo significado para as aulas tradicionais, capaz de exceder os muros da academia sem a limitação de espaços físicos para a aprendizagem. Por intermédio da interação com a comunidade pode ampliar o trabalho realizado tanto em sala de aula, quanto fora das instituições de ensino. (DIAS, *et al*, 2019).

A literatura reforça que, em 2017 e 2018, iniciou-se uma longa discussão com vários encontros para definir o panorama das práticas das ações de extensão no país, denominado de “marco regulatório para a extensão na educação superior brasileira”. Os Pareceres CNE/CES nº: 608/2018 e 576/2023 trouxeram um arcabouço de ideias em torno do assunto, sob o prisma da história da extensão na educação superior brasileira, justificando sua importância para o ensino e como é estabelecida a interação da extensão com a comunidade.

Sobre o período pandêmico, a bibliografia refere que houve uma pausa no progresso das atividades práticas, permitindo a flexibilização por meio da modalidade de educação à distância, em formatos assíncronos e síncronos. “As profissões experimentaram novas formas de fazer, sendo que muitas delas adaptaram ao *modus operandi* virtual” como relata o documento do Conselho Nacional de Educação.

Neste seguimento, as diretrizes para a extensão da educação superior foram estabelecidas na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, definindo que a atividade deverá integrar a matriz curricular em um processo de interação com a sociedade e articulação com ensino e pesquisa. Pimentel *et al* argumenta (2013, p. 18):

A extensão, como uma das dimensões acadêmicas da Universidade, ao lado do Ensino e da Pesquisa, desempenha um papel de suma relevância, seja na construção do conhecimento, tendo a própria sociedade como sujeito parceiro, seja na validação de conhecimentos instituídos, os quais, por meio das ações extensionistas, são transmitidos, testados e reelaborados.

Por conseguinte, a extensão vem se tornando um avanço importante e democrático para a Universidade no desempenho de suas atividades. Funciona como um método avaliativo das práticas de ensino ao mesmo tempo em que aprimora conhecimento, e, ainda, proporciona o aperfeiçoamento continuamente.

O prazo estabelecido em lei para que as Universidades pudessem programar as novas diretrizes de curricularização e empreender nas atividades práticas do ensino seria de até três anos, até 2022.

### **4.3 Análise de Trajetória**

#### ***4.3.1 Política de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC)***

A política de extensão no âmbito da Universidade Federal do Ceará é promovida por meio da Pró-reitoria de Extensão (PREX), que iniciou suas atividades em 31 de janeiro de 1969. Registro (Portal da UFC, 2024):

[...] o registro de fundação da Prex data de 31 de janeiro de 1969 está documentado em ata arquivada na Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFC. Desde seu início, sua atuação é direcionada em levar para a sociedade o conhecimento gerado pelo ensino e pela pesquisa no formato de projetos, programas, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações.

Primeiramente, é importante apresentar que a PREX se constitui em 05 coordenadorias com divisões internas para análise de projetos, área jurídica e outras providências referentes à execução das ações desenvolvidas pelos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade.

Assim, o destaque para esse trabalho será a Assessoria e gestão de controle CAFAAE – Coordenadoria de Apoio, Fomento e Avaliação das Ações de Extensão, que gerencia e coordena as atividades das ações desenvolvidas pelas faculdades. Essa coordenadoria promove o monitoramento da avaliação e desempenho das ações, promoção de

bolsas, articula a prestação de serviços por meio de parcerias, alimenta painéis estratégicos, proporcionando o controle e viabilizando a transparência das atividades desenvolvidas.

As ações de extensão cadastradas devem atender aos requisitos institucionais em que haja interdisciplinaridade, combinação de áreas de conhecimento, métodos e conceitos. Além disso, devem estar vinculadas ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão que contribui de forma efetiva na formação do discente, promovendo direitos humanos e justiça social.

No que concerne aos indicadores e resultados referentes às ações, a PREX/UFC define que sejam estabelecidas informações claras a respeito dos resultados qualitativos e quantitativos em uma interação dialógica com a comunidade, para que seja possibilitado um direcionamento adequado nas tomadas de decisões futuras, permitindo que o poder público possua referência para a implantação de políticas públicas, além de fazer com que a sociedade civil possa pressionar os governantes sobre os problemas percebidos pelos cidadãos. (DIAS, 2019, p.3).

Destarte, a Resolução do nº 06 de 1989, de Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), regula as atividades de extensão na UFC e refere que as ações devem atender primordialmente o processo de educação, articuladas ao ensino e pesquisa de forma a viabilizar a relação entre comunidade acadêmica e sociedade. Estabelece, ainda, que a matéria deverá ser de interesse da comunidade e deverá ser aprovada pelos Departamentos e respectivos Centros e Faculdades.

A referida Lei determina no Art. 5º, parágrafo 1º e 2º, a viabilidade financeira e os recursos humanos para uma ação de extensão existir, mencionando que poderão vir da própria Universidade ou demais entidades. Podendo ser fomentadas taxas para manutenção dos serviços realizados. Isto posto, indica-se que o NUFACE promove taxas e possui parcerias importantes para desenvolver suas atividades.

Nesse sentido, para prestação de serviços dentro da Universidade, além de normativos que regulam a eficiência e qualidade dos trabalhos prestados pela extensão, as fundações ou empresas parceiras oferecem o suporte ao gerenciamento de recursos financeiros que as atividades venham solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos, a fim de que não se estabeleça uma relação comercial.

Nunes *et al* (2017) refere que as atividades de extensão são um instrumento de avaliação externa que está ligada a pesquisa e ensino, ou seja, não deve ser um instrumento

direcionado unicamente ao comércio, mas um aprimoramento do ensino para devolver à sociedade profissionais capacitados.

Ademais, a Resolução nº 4/CEPE, de 2014, indica como a ação deverá ser cadastrada dentro da Universidade, observando objetivo, área de conhecimento, áreas temáticas, modalidade e linhas de extensão. Esclarece que após serem deliberadas pelos conselhos, as ações são encaminhadas para análise da PREX, via sistema.

Verifica-se que o cadastro do projeto no âmbito da Universidade é realizado por meio de formulário em uma plataforma da Universidade, chamada de Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) no módulo – Extensão. E, após cadastro, é aprovado no seu respectivo Departamento e, posteriormente, nas Faculdades.

Registra-se, ainda, que o primeiro cadastro da ação NUFACE, via sistema, foi realizado em 2020, e foi renovado na reunião de 07 de dezembro de 2023, no Conselho Departamental da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE).

Importante mencionar que consoante a referida norma, docentes, técnico-administrativos e discentes poderão propor ações, desde que estejam sob a responsabilidade de um professor ou técnico-administrativo de nível superior.

Igualmente, no portal da PREX/UFC relaciona as normas utilizadas para gestão, acompanhamento e monitoramento das atividades das ações acadêmicas da Universidade Federal do Ceará.

Dentre elas podemos destacar a Resolução nº 08 de 2013, que ampliou a concessão de bolsas e auxílios financeiros para estudantes regularmente matriculados e os técnico-administrativos do quadro efetivo da UFC ligados ao projeto, deixando expresso que deve haver a relação bidirecional entre universidade e sociedade.

Já a Resolução nº 28/CEPE, de dezembro de 2017, aponta as regras sobre a curricularização da extensão e menciona a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, conforme o Art. 207 da Constituição Federal de 1988. A referida curricularização faz parte de um processo recente e importante para sacramentar o conhecimento à prática que deverá ser incluída obrigatoriamente no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), para complementar a carga horária da formação discente.

No que tange a Resolução nº 38/CONSUNI, de 18 de agosto de 2017, regula a promoção de atividades para formação e capacitação científica e tecnológica. Fomenta o incentivo a pesquisa e as atividades de transferência de tecnologia no âmbito da UFC.

Ante o exposto, a ação de extensão pode ser compreendida como empreender ações de produção de conhecimento geradas pelo ensino e pesquisa, sem desvincular do foco na educação e transformação social. Contribuindo para pensar em sistemas de produção e serviços sustentáveis no fortalecendo da formação profissional através da prática.

#### **4.3.2 Implementação da ação NUFACE no âmbito da UFC**

Com vistas a atender as exigências de controle e transparência para a realização de ações de extensão, como o NUFACE, é imprescindível atender aos requisitos institucionais e normativos para que a ação seja realizada no âmbito da Universidade, cujo direcionamento é realizado pela Pró-Reitoria de Extensão (PREX).

Deste modo, vale relacionar, conforme descritos no Portal da PREX, as bases legais para a realização das ações de extensão na Universidade são orientadas por Legislação Federal como Resolução nº 7/Conselho Nacional de Educação, de 7 de dezembro de 2018, Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Decreto nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Assim como, os normativos da UFC tais como a Resolução nº 09/CEPE, de 12 de abril de 2024, Resolução nº 18/CEPE, de 30 de junho de 2021, Resolução nº 2/CEPE, de 23 de março de 2021, Resolução nº 28/CEPE, de 1 de dezembro de 2017, Resolução nº 38/CONSUNI, de 18 de agosto de 2017, Resolução nº 11/CEPE, de 06 de junho de 2016, Resolução nº 04/CEPE, de 27 de fevereiro de 2014, Anexo IX – Resolução nº 08/CEPE, de 26 de abril de 2013, Resolução nº 32/CEPE, de 30 de outubro de 2009, Resolução nº 06/CEPE, de 19 de setembro de 1989, Resolução nº 06/CEPE, de 19 de setembro de 1989, Regimento da Consulta para Escolha de Representantes no CEPE e Consuni, de 14 de outubro de 2011 e Regimento Geral da UFC e Estatuto da UFC.

Igualmente por Portarias e memorando da Pró-reitoria de Extensão (PREX) da UFC mediante as Portarias nº 20/PREX/UFC, de 11 de abril de 2024; nº 3/PREX/2023, de 7 de março de 2023, nº 2/PREX/2023, de 23 de fevereiro de 2023, nº 1/PREX/2023, de 01 de janeiro de 2023 e Memorando Circular nº 02/PREX/2015, de 12 de agosto de 2015, dentre outras.

Nessa lógica, com o propósito de atender o próximo ponto de estudo dessa pesquisa foram realizadas buscas no site da PREX, contato por e-mail, e editais publicados para compreender como se dava o processo de elaboração de novas ações, cadastro e

concessão de bolsas. Identifica-se que a partir das normas vigentes são publicados editais pela Pró-reitoria de extensão com a finalidade de selecionar bolsas e projetos curriculares de extensão.

Os certames realizados pela PREX elencam os principais critérios estabelecidos em lei para que uma ação de extensão seja aprovada dentro da Universidade. As normas estabelecidas estão dispostas também em forma de orientação para cadastro das ações no Manual SIGAA- Extensão, sistema utilizado pela UFC no site da PREX.

Dentre os critérios determinados para a existência da ação está a formação profissional, através da curricularização da extensão. Igualmente, a proposta cadastrada é analisada sob o parâmetro de interdisciplinaridade, indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação, interação dialógica com a comunidade, promoção de direitos humanos e justiça social.

Ademais, a ação de extensão é avaliada por sua estrutura em que é pontuada pelo objetivo, justificativa, público-alvo, cronograma, indicadores e resultados esperados. Quanto à análise técnica dos projetos é realizado com base no Memorando Circular nº 02/PREX/2015, em que verifica a equipe e orçamento estabelecido no projeto.

A PREX estabelece também regras para o coordenador com relação à viabilidade operacional e logística para a realização das atividades do projeto. Sendo necessário participar de reuniões como avaliador, realizar a avaliação da ação de extensão por ele coordenada junto ao público beneficiário, comunicar por ofício a descontinuidade da ação, supervisionar e acompanhar a equipe de trabalho, dentre outras.

No tocante a carga horária de extensão, a Pró-reitoria de Extensão e Pró-reitoria de Graduação determinam registro de frequência mensal em que é creditada a carga horária e submetida à coordenação de cada curso para fins de complementação do cumprimento de carga horária discente.

E por fim, o documento informa que é de responsabilidade do coordenador acompanhar a divulgação de todos os atos referentes ao processo seletivo, informados através do site da PREX que auxilia no processo de cadastro e desenvolvimento das atividades de cada ação de extensão.

Ante o exposto, em concordância com o cadastro do NUFACE de 2024.1, código da ação: 2012.PJ.0062/2024, constata-se que o projeto atende aos requisitos indicados nos normativos da Universidade em consonância com os editais publicados. Está voltado para formação discente viabilizando a pesquisa, pois possui trabalhos desenvolvidos na sua área de

atuação em próteses e reconstrução de face. Tal como a extensão em que promove através das atividades do projeto o conhecimento consolidando-se com a interação do ensino e o serviço prestado à comunidade.

Em tempo, o NUFACE atende aos parâmetros relacionados em Lei, possui fonte de financiamento através das bolsas e financiamento externo (captação de taxas). Seu público-alvo é referenciado como sendo de todas as idades, acometidos por câncer e demais deformidades decorrentes de traumas ou doenças congênitas. A equipe de trabalho é composta por seis discentes bolsistas e voluntários, dois docentes e dois participantes externos.

Além dessa equipe o projeto desenvolve suas atividades com a colaboração de dentistas especialistas em prótese e implantodontia. Clínicos gerais, artista plástico, que faz as esculturas e pinturas, bem como profissionais da fisioterapia bucomaxilofaciais, atendendo ao requisito multidisciplinar da atividade.

Importante destacar que no resumo do projeto cadastrado pelo coordenador do NUFACE estabelece a abrangência do programa que vai além do Estado do Ceará, integra as regiões do Norte e Nordeste. O documento reafirma o seu compromisso com o social, esclarecendo que atende pacientes com deformidades severas interferindo fortemente nas relações sociais. Por isso, o coordenador considera que o serviço prestado é de alta relevância clínica com impactos sociais significativos.

Há um destaque no cadastro do projeto para a importância da captação de taxas por pacientes que são atendidos pelo NUFACE para custear os serviços realizados. E comunica que a gestão desses recursos é executada pela Fundação FCPC.

Logo, pode-se concluir que o projeto NUFACE da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE) atende aos parâmetros estabelecidos em Legislação Federal e recepcionados pela Pró-reitoria de Extensão/Universidade Federal do Ceará.

#### **4.3.3 Trajetória Institucional do Projeto NUFACE**

A política pública a ser estudada foi concebida como um projeto de extensão na área da saúde e família, e está sendo realizada há aproximadamente 27 anos na Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem - FFOE da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Importante ressaltar que, para esclarecimento sobre a leitura a seguir, a história do projeto do Núcleo de Defeitos da Face (NUFACE) foi descrita com base em informações

colhidas no Departamento de Odontologia da Faculdade, registros e informes sobre a ação pelo coordenador, cadastro do programa na Pró-Reitoria de Extensão (2019 a 2023 a), em conformidade com a Resolução No 04/CEPE, de 24 de julho de 2019. Bem como através de resumos de trabalhos publicados na Revista dos Encontros Universitários da UFC, em portais da Universidade e através da Carta de Serviços ao Usuário.

A princípio o projeto iniciou suas atividades em meados de 1996, e posteriormente, foi registrado como um projeto de extensão na Pró-reitoria de Extensão da Universidade, pelo saudoso professor Marcos Aurélio Rabelo Lima Verde, docente do Departamento de Odontologia Restauradora da FFOE.

No que se refere à história do NUFACE, há relatos de que tenha sido iniciada durante a realização da pós-graduação do referido docente, nos Estados Unidos, em que teve a oportunidade de participar de um “*Fellowship* em Prótese bucomaxilofacial no Memorial Sloan-Kettering Cancer Center, 1993-1994, Nova York-EUA, que “é considerado um dos maiores centros de reabilitação do mundo”, segundo o coordenador. Em seguimento, passou aproximadamente um ano estudando diversos tipos de tratamentos realizados em pacientes oncológicos que tinham deformidades de face.

Ante ao exposto, ao retornar para o Brasil na cidade de Fortaleza, com uma bagagem recheada de conhecimento e técnicas modernas, e a expertise da utilização de materiais tipo silicone que no estado do Ceará não havia profissionais que trabalhassem com esse tipo de material.

O docente trouxe a incorporação de tecnologias específicas voltadas para o tratamento de implantes, com o intuito de assegurar a retenção de próteses faciais e outras aplicações. Abrindo portas para oferta de serviços de elevado padrão do exterior para o Brasil.

Como resultado, a ideia do projeto foi moldada mediante articulação com diversos profissionais da área, tais como cirurgiões de cabeça e pescoço e bucomaxilofaciais que tratavam pacientes com câncer.

Denota-se que durante essa interação ele percebeu uma lacuna na reabilitação desses pacientes que tinham pouca atenção ao seu bem-estar físico e emocional após o tratamento, ou seja, a falta de suporte para que pudessem retomar suas vidas sociais sem as limitações impostas pelas máscaras e curativos.

A estratégia para a realização do programa está inserida em um contexto da Pró-reitoria de Extensão da UFC, no qual fornece atendimento a pacientes promovendo

também o ensino aos alunos do curso de graduação em odontologia e pós-graduação. Na ação de extensão NUFACE, cadastrada em 2023, no sistema da Universidade, refere:

O Núcleo de Defeitos da Face (NUFACE) é um Projeto de Extensão atuante na reabilitação de pacientes com deformidades bucais e faciais no Curso de Odontologia da Universidade Federal do Ceará. O ambulatório atende predominantemente pacientes do Estado do Ceará, assim como outros advindos de Estados das regiões Norte e Nordeste que precisam de reabilitação oral, ocular, nasal e auricular [...].

Atualmente o projeto é coordenado pelo professor Wagner Araújo de Negreiros, que faz parte do curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem – FFOE/UFC, cujo número da ação cadastrada na Pró-reitoria de extensão é 2012.PJ.0062/2024.

A política em tela ainda se constitui em um ambulatório no Departamento de Odontologia Restauradora - Clínica de Prótese 4 do Curso de Odontologia da Faculdade com o atendimento a pacientes direcionados pelos hospitais de referência de Fortaleza como o Hospital das Clínicas, Walter Cantídio, Santa Casa de Misericórdia e Hospital Geral de Fortaleza - HGF.

Ressaltamos, ainda, que a inclusão do projeto como uma ação de extensão foi justificada devido ao grande número de pessoas mutiladas com lesões severas por traumas decorrentes do câncer, acidentes de trânsito e doenças congênitas.

Em conformidade com o Instituto Nacional do Câncer – INCAR, a estimativa para cada ano do triênio 2023-2025 é de até 704 mil casos novos de câncer no Brasil. O jornal Diário do Nordeste, de 18 de setembro de 2023, registrou que a doença é apontada pelo Governo do Estado como um dos principais problemas sanitários locais.

Em relação aos acidentes de trânsito, no Portal Globo.com informou que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), de 2023, registrou mais de 700 mil ocorrências no Ceará, apresentando um aumento de 18% referente aos anos anteriores. No planejamento do NUFACE de 2020, referem esses fatores justificando os motivos pelos quais os pacientes são direcionados para tratamento através do projeto:

Apesar de medidas de prevenção e controle, as neoplasias e os traumas ainda responderão por um grande número de mutilações na face nos próximos anos no Ceará. [...] Adicionalmente, doenças congênitas como fendas palatinas e a microtia levam a grandes dificuldades funcionais e estéticas dos portadores. Seja qual for a origem da deformidade facial (neoplasia, congênita ou adquirida) a grande maioria desses pacientes deixa hospitais de referência do Estado. [...] A partir desse momento, dificuldades psico-sociais aparecem, levando à falta de interação social e

laboral. Sentimentos de angústia e depressão surgem em pacientes e familiares próximos.

Sobre o objetivo do projeto NUFACE, a princípio era promover a reabilitação clínica, psicossocial e estética dos pacientes, mas, seguidamente expandiu seu escopo para incluir também a prevenção do câncer de cabeça e pescoço.

A Revista dos Encontros Universitários, volume I, destacou a importância do trabalho ao longo dos anos. Por Martins *et al* (2016, p. 3.464):

A reabilitação aloplástica, anatômica, funcional e estética das perdas e malformações faciais é função do cirurgião-dentista no âmbito da especialidade de Prótese Bucomaxilofacial. O Núcleo de Defeitos da Face (NUFACE) atua há 20 anos, sendo considerado como Projeto de Extensão a partir de 2013, promove a reabilitação de forma integral quanto à anatomia, à estética, à função e quanto aos aspectos psicológicos e sociais por meio da instalação de próteses bucomaxilofaciais. Assim, objetiva-se relatar a importância do projeto no âmbito social e científico.

No que tange às parcerias externas, recentemente o projeto realizou mais uma colaboração importante junto ao Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará – NUTEC, que disponibiliza a utilização do scanner industrial e impressora, equipamentos de tecnologia em 3d essenciais para desenvolver procedimentos de face, conforme notícia publicada no Portal do NUTEC, no dia 3 de maio de 2022:

O Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nuteq) e o Núcleo de Defeitos da Face do curso de Odontologia da UFC (Nuface) firmaram, na última quinta-feira (5), uma parceria para a confecção de próteses bucomaxilofaciais a partir do escaneamento 3D dos pacientes. A tecnologia consiste em analisar um objeto ou parte do corpo, e criar o seu modelo 3D a partir de uma nuvem de pontos, que serão conectados gerando um objeto.

Outra participação significativa é a parceria com o Centro de Hematologia do Ceará (HEMOCE) que fornece instalações e equipamentos. De acordo com o coordenador do projeto faria uma grande diferença se tivessem acesso direto a esses equipamentos porque aperfeiçoaria o tempo de atendimento para cada indivíduo.

Vale ressaltar a importância das parcerias entre tecnologia e o compromisso com o bem-estar social em que oferece benefícios significativos, tais como ampliação do atendimento e um trabalho mais direcionado para cada usuário. Nesse intuito, a Universidade tem tido discussões para aumentar os atendimentos através de convênios com o Estado e Município.

No que concerne ao fator financeiro, o coordenador enfatiza que é uma das principais dificuldades que o projeto vem enfrentando ao longo dos anos, tendo em vista que a grande maioria dos pacientes é de classe baixa sob o ponto de vista financeiro, que possuem grandes dificuldades para pagar os tratamentos com próteses, que são procedimentos com custos relativamente altos.

Esses custos se devem ao fato de o material ser confeccionado fora da Universidade por técnicos e laboratórios de próteses particulares, utilizando também outros serviços externos à faculdade.

Logo, o NUFACE realiza suas atividades por intermédio de financiamento externo, taxas populares para custear o tratamento de pacientes referentes aos serviços prestados pelos laboratórios de próteses e para apoio administrativo, bem como possui financiamento interno através de bolsas. As taxas são pagas diretamente na conta da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC, que é mais uma parceria externa que o projeto dispõe.

A FCPC é uma fundação vinculada a Universidade que, através de convênio, realiza as atividades administrativas do Projeto, controla a utilização de recursos financeiros para compra de materiais odontológicos, bem como o pagamento de técnico de prótese dentária com vistas à confecção das próteses bucomaxilofaciais. Em conformidade com o Portal da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), comunica:

A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos, com autonomia financeira e administrativa, instituída por escritura pública em 21 de Janeiro de 1977, caracterizando-se por ser a fundação de apoio da Universidade Federal do Ceará – UFC, nos termos da Lei 8.958, de 20 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto N.º 7.423/10 [...] apoio como “instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais contratantes.

Sobre os profissionais, o programa conta com a colaboração de dentistas especialistas em prótese e implantodontia. Clínicos gerais, artista plástico, que faz as esculturas e pinturas, bem como profissionais da fisioterapia bucomaxilofaciais, bolsistas e alunos de graduação todos são voluntários do projeto. Apresenta-se na ação de extensão cadastrada no sistema da Universidade em 2023:

A sistemática do ambulatório permite o envolvimento de docentes do Curso de Odontologia, profissionais voluntários, funcionários e acadêmicos, em um ambiente de ação de extensão, ensino e pesquisa, ao mesmo tempo em que presta um serviço odontológico de alta relevância clínica e impacto social.

Em relação aos pacientes, o projeto promove atendimento gratuito ou em alguns casos, com taxas mínimas daqueles que podem contribuir a fim de subsidiar o tratamento de outras pessoas que não têm condições financeiras para pagar, e alguns são atendidos através de doações.

Vale salientar que, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelo projeto, foi relatado que nenhum paciente é deixado sem assistência, devido à realização dessas pequenas doações para o tratamento desse público específico.

Através de suas ações sociais o NUFACE beneficia usuários da cidade de Fortaleza, e também presta assistência a indivíduos do Norte e Nordeste. No Portal [ooptimista.com.br/panorama](http://ooptimista.com.br/panorama), informa:

Fundado em 1996, é coordenado pelo dentista Wagner Negreiros, também docente, que ingressou ainda como aluno. Segundo ele, são cerca de 100 pacientes por ano, do Norte e do Nordeste, por meio da confecção de próteses faciais e/ou obturadores palatinos. Os pacientes do Nuface se dividem em vítimas de câncer (80% dos atendimentos), traumas (10%) ou alguma doença congênita (10%). Cada reabilitação dura em média de cinco a sete sessões.

Destaca-se que através de pesquisas realizadas não foram localizados serviços com as mesmas atividades do projeto NUFACE. Há registros na área de atuação de odontologia como o Núcleo de Estudos em Pacientes Especiais (NEPE), um projeto de extensão realizado pelos discentes do curso de odontologia da FFOE/UFC, que trata pessoas com necessidades especiais sob a supervisão de professores e pós-graduandos, cujos procedimentos são: cirúrgicos, periodontais, endodônticos e restauradores.

Acrescentamos o serviço da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Projeto Prótese da Face (PROFACE), o qual possui atendimento odontológico em geral e prótese bucomaxilofacial ao paciente portador de lesão de face, cabeça, maxilar e áreas afins.

Foi localizada também, a Clínica Escola de Odontologia da Unichristus, que possui atendimento clínico na área de Odontologia, inclusive tratamento de pacientes com patologia bucal. E o Posto de Saúde do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) serviços ofertados pela Prefeitura de Fortaleza com diversas áreas odontológicas. Desta forma, o professor Wagner Negreiros registrou no projeto em 2020:

O NUFACE é dos únicos é o maior centro especializado na reabilitação bucomaxilofacial do Ceará. Há mais de 15 anos, esse ambulatório vem modificando a vida de pessoas de pacientes com deformidades de face.

Ademais, em relação às ações de responsabilidade social podemos inferir que o projeto valida o compromisso com o social, promovendo valores de democratização de serviços, valorização humana, sustentabilidade e transparência. Aliado aos serviços de reabilitação de pessoas em decorrência de doenças e traumas, o projeto tem o compromisso com o ensino no sentido em que desenvolve atividades com discentes de graduação e de pós-graduação.

No tocante à extensão, promove atividades práticas no curso de odontologia e prepara profissionais voluntários com técnicas realizadas no programa, visto que nessa área de prótese bucomaxilofacial, ainda existe uma carência muito grande de cursos voltados para essa especialidade no Brasil, segundo alguns profissionais da área.

Já no campo da pesquisa, o NUFACE vem promovendo a investigação na área de epidemiologia de cabeça e pescoço, epidemiologia nos tratamentos de reabilitação bucomaxilofacial, trabalhos laboratoriais com materiais usados para reabilitação facial, tais como, o silicone facial.

Igualmente existe em curso uma pesquisa com vários scanners de algumas instituições para confecção de próteses de pacientes mutilados. E por fim, o programa está iniciando um trabalho referente à prevenção de câncer de cabeça e pescoço juntamente com o curso de medicina da Universidade da UFC. No cadastro a ação de extensão 2023, informa:

Os defeitos da face podem ser tratados com cirurgia plástica, por meio de prótese e até com transplante de face. [...] O grande objetivo do projeto é ter a reintegração do paciente ao convívio na sociedade de uma forma digna e , desenvolvendo ainda parte de sua anatomia, função e estética. [...] Nesse ambiente, a presença de acadêmicos se faz desde as atividades de exame clínico até a fase de manutenção de próteses, sendo importante nas atividades do NUFACE, e atualmente dois estudos estão em andamento: 1) utilização de tecnologias digitais no planejamento e execução de próteses faciais; 2) avaliação da qualidade de vida em pacientes com deformidades faciais.

Nesse encadeamento de ideias, o projeto ao longo dessas duas décadas de existência vem se empenhando e se especializando no atendimento de um público extremamente carente. Direcionado na maioria das vezes pelos hospitais para clínica do projeto com a incumbência de receberem tratamentos para reabilitação física que reflete diretamente no trato emocional.

Nessa perspectiva, Soares (2015), menciona sobre a lógica do financiamento na política da saúde que não deveria ser considerada como gasto público, mas, como um

investimento. Remete-nos a política não somente da saúde, mas da educação que necessitam de um aporte maior dos governos.

No contexto da trajetória do NUFACE é possível verificar na prática, conforme relatado na bibliografia, as limitações impostas sob o ponto de vista financeiro para o desenvolvimento das atividades de extensão.

Percebe-se que o projeto necessita de doações de materiais, empréstimos de equipamentos e instalações para providenciar o tratamento, que é complexo e minucioso, necessitando de vários profissionais no envolvimento das práticas para prestação do serviço.

Deste modo, salientamos que ao investir recursos em um projeto que une ensino, saúde e benefícios sociais é como um coração pulsando dentro da universidade faz parte de um investimento que enriquece não apenas a instituição, mas toda a comunidade.

#### ***4.3.4 Sustentabilidade do Projeto NUFACE - Descarte de material do NUFACE***

O próximo ponto a ser investigado nesta pesquisa envolve a gestão dos resíduos gerados pelas práticas odontológicas do NUFACE. Essa gestão deve seguir as Normas de Gerenciamento de Resíduos de Saúde para ambientes de saúde, conforme, Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/ANVISA nº 222/2018, que estabelece o Regulamento Técnico para o gerenciamento desses resíduos.

Além disso, os serviços de saúde devem cumprir a norma do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA Nº 358/ 2005, que institui a política Nacional do Meio Ambiente, definindo regras para o tratamento e a destinação final dos resíduos das atividades de saúde, definindo os critérios técnicos e ambientais para a segregação dos resíduos nessa prática.

Desta maneira, com o intuito de investigar o descarte de materiais da atividade da ação de extensão em tela, foram realizadas visitas a Clínica 4 da FFOE, mantendo contato direto com os profissionais responsáveis técnicos pela Central de Esterilização do Curso de Odontologia/FFOE, bem como consultas a Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental (UFC infra) e a Prefeitura do *campus* Porangabussu.

Nessa perspectiva, ficou compreendido que os referidos normativos definem a classificação dos resíduos, os diferenciando por biológicos, químicos e radioativos. Ficou esclarecido que além da legislação Federal são disponibilizados para as Faculdades os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para o descarte de cada tipo de material com

vistas a preservar a saúde pública e o meio ambiente, de modo a minimizar os riscos da disposição final dos resíduos.

Foi relatado pelos profissionais do curso de odontologia que o NUFACE segue os protocolos prioritariamente de materiais comuns. Em que as moldagens de silicone vão para o lixo contaminado. Instrumentos como os parafusos, que não podem ser reprocessados, são levados para o lixo perfurocortante. Os demais materiais utilizados no atendimento clínico são depositados também no material contaminado como as lâminas, agulhas e lixos perfurocortantes. Os papéis e embalagens cirúrgicas seguem para o lixo comum.

Os profissionais do curso de Odontologia da FFOE elaboraram um conjunto de documentos como o Manual de Biossegurança contendo boas práticas com recomendações e protocolos de limpeza e desinfecção das clínicas odontológicas, orientado por normas da Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental (UFCINFRA), Consenso ABENO: biossegurança no ensino odontológico, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2020).

Assim como o Manual de Normas e Rotinas e POP's da Central de Esterilização, que contém as rotinas de trabalho e procedimentos operacionais; Manual de Instrumental Odontológico, que apresenta os instrumentais com suas respectivas fotos; e, o Manual de Atividades Complementares, o qual informa todo o percurso das atividades do curso de graduação para os 5 anos de graduação com “estratégias pedagógicas-didáticas”, fundamentado na Resolução nº 07 CEPE/2005 e nas Diretrizes Nacionais do curso de graduação em Odontologia Resolução CNE/CES nº 3, 19/2/2).

Portanto, observa-se que o curso de Odontologia elenca uma série de normas e procedimentos, disponíveis por meio do site da FFOE para a graduação e em relação aos descartes de resíduos, higienização do ambiente e adequação de roupas e materiais utilizados nos serviços da área da saúde. O curso é alicerçado também pelo Guia de Procedimentos de Gerenciamento de Resíduos da UFC, que determina a coleta de resíduo comum para o ambiente desta área, em que é executada através de contêineres pretos para depósito de restos de alimentos, lixo de banheiro, infectantes, embalagens dentre outros.

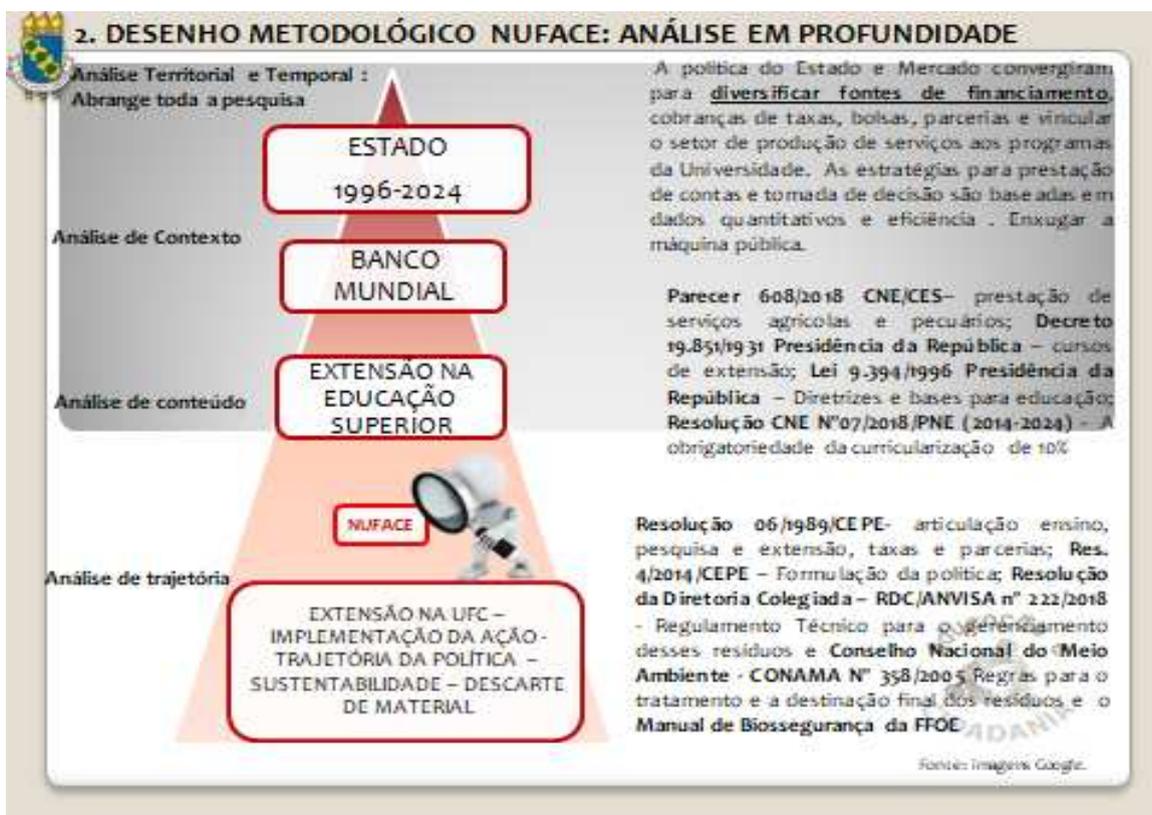
Nesse direcionamento, conforme referenciado pelos profissionais do curso é indicado à coleta de resíduos de serviços de saúde em locais estratégicos, por meio de contêineres brancos devidamente identificados como “substâncias infectantes”, em que são acondicionados resíduos de serviço de saúde como perfurocortante, ampolas, frascos, vidros, dentre outros que são devidamente depositados em caixas específicas.

No tocante a coleta de resíduos químicos que estão voltados especificamente para os serviços de laboratórios, é necessário realizar um cadastro no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) para solicitar a coleta desse tipo de material.

No caso do NUFACE, não há necessidade de preencher o cadastro no SIPAC como acontece com os laboratórios e materiais de Raios-X, que se enquadram em resíduos químicos considerados perigosos.

Diante do exposto, é possível constatar que os procedimentos de descarte dos materiais utilizados pelo NUFACE são corretamente descartados, não havendo prejuízos, nessa etapa, para o meio ambiente e pessoas atendidas pelo programa. É possível inferir que o projeto contribui de forma significativa com o processo preventivo de coleta de lixo, facilitando a segregação dos materiais e reduzindo os riscos à saúde pública de um modo geral, portanto, o projeto está contribuindo de forma satisfatória com o meio ambiente.

### Quadro 7 - Explicativo da Avaliação em profundidade - estudo bibliográfico e pesquisa documental.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com referência em Rodrigues, 2008, 2011a e Gussi, 2019.

#### **4.4 Análise de Conteúdo por Laurence Bardin (1977) - Meios de Comunicação em Massa - NUFACE/FFOE/UFC**

Nesta análise procura investigar como os principais portais da UFC promovem o controle e a transparência em relação ao projeto NUFACE, além de identificar as formas de comunicação em massa disponíveis para os cidadãos sobre os serviços oferecidos pela universidade. Será avaliada a clareza dessa comunicação e as maneiras pelas quais os usuários do projeto podem participar. Entende-se que para se constituir o corpus para a análise de uma pesquisa pode ser por diferentes formas de comunicação, conforme a metodologia de Bardin (1977, p. 174):

O exemplo apresentado aqui aplica-se a entrevistas não directivas, mas o corpus pode ser de natureza muito diversa: comunicações de massa, discussões de grupos restritos, entrevista clínica ou de psicoterapia, discurso político.

Primeiramente, sobre os serviços disponibilizados, assim como demais esclarecimentos e prestação de contas a sociedade, é realizado pelo Portal da Universidade Federal do Ceará (UFC), em consonância com a Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, conforme informação descrita no referido Portal.

Assim, verifica-se que a Universidade possui canais como o Painel de Acesso à informação, Dados abertos da UFC, atendendo ao princípio do controle e transparência ativa da instituição, tal qual a Plataforma Integrada da Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, em que o cidadão-usuário pode solicitar informações diretas sobre os projetos e demais assuntos relacionados a universidade.

Na página de Acesso à informação é possível verificar meios para o cidadão conhecer a Instituição e trabalhar com dados como os disponibilizados pelo Anuário Estático estatístico de 2023, ano base de 2022, que possibilita verificar o desempenho da instituição em relação aos indicadores das ações de extensão da UFC.

No referido Anuário, localizado em extensão universitária, possui a apresentação das atividades de toda Universidade, contendo informações sobre o quantitativo de pessoas beneficiadas e participantes dos projetos cadastrados como docentes e discentes. Equipes de trabalho de graduação e pós-graduação, tal qual o número de ações por Faculdade, dentre outras informações atualizadas em 2023.

**Figura 1 - Número de Participantes das Ações por Área Temática.**

5. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA APRESENTAÇÃO MENU

Tabela 5.3 – NÚMERO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES POR ÁREAS TEMÁTICAS - 2022

ÁREAS TEMÁTICAS <sup>5</sup>	Total de Ações <sup>1</sup>	Total de público atendido presencial <sup>2</sup>	Total de público atendido remoto <sup>3</sup>	PARTICIPANTES DAS EQUIPES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO DA PRÓPRIA UFC				Alunos pós-graduação <sup>6</sup>	Total
				Docentes <sup>3</sup>	Alunos <sup>4</sup> Graduação				
					Bolsistas <sup>5</sup>	Não bolsistas			
Comunicação	55	22.645	562.557	73	36	346	5	460	
Cultura	131	88.556	11.283.148	234	44	282	17	577	
Direitos Humanos e Justiça	63	36.283	83.173	105	45	361	22	533	
Educação	335	251.168	6.241.625	882	165	1.269	146	2.462	
Meio Ambiente	53	19.813	72.426	121	31	197	17	366	
Saúde	399	165.055	483.993	736	235	3.078	201	4.250	
Tecnologia e Produção	125	13.597	40.467	310	58	645	48	1.061	
Trabalho	33	38.840	8.267	52	34	144	8	238	
<b>TOTAL</b>	<b>1.194</b>	<b>635.957</b>	<b>18.775.656</b>	<b>2.513</b>	<b>648</b>	<b>6.322</b>	<b>464</b>	<b>9.947</b>	

**Fonte:** Pró-Reitoria de Extensão, 2022.

(1) Ações de Extensão envolvem programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços.  
 (2) Somatória do público beneficiado/atendido pelas ações de extensão.  
 (3) Professores da Instituição envolvidos na execução das ações de extensão.  
 (4) Alunos matriculados nos cursos de graduação da UFC envolvidos na execução das ações de extensão (bolsistas e não bolsistas).  
 (5) Número de bolsistas do programa de extensão universitária da UFC.  
 (6) Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação da UFC envolvidos na execução das ações de extensão (bolsistas e não bolsistas).

ANUÁRIO ESTATÍSTICO UFC 2023 | BASE 2022 | 146

Fonte: <https://acessoainformacao.ufc.br/pt/plano-de-dados-abertos/>

Já na Participação Social, Plataforma Integrada da Ouvidoria por meio do Acesso à Informação, o usuário possui um canal direto com a Instituição para requerer informações sobre qualquer projeto realizado no âmbito da Universidade. O cidadão pode registrar reclamações, sugestões, elogios ou denúncias, atendendo ao requisito de transparência. As solicitações são registradas através de protocolos, cujo usuário poderá acompanhar sua solicitação.

**Figura 2 - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.**

Fala.BR  
Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Damos as boas-vindas ao Fala.BR

Aqui você pode fazer um pedido de acesso à informação, fazer denúncias, elogios, reclamações, solicitações ou enviar sugestões.

**Ouvidoria**  
Ajude a aprimorar os serviços públicos por meio de reclamações, elogios ou sugestões, ou ainda, registre uma denúncia.

**Acesso à informação - LAI**  
Faça um pedido de acesso à informação

**Ouvidoria Interna**  
Canal destinado a servidores e trabalhadores das instituições federais para registro de manifestações.

Consulte seu protocolo

Perguntas frequentes

Fonte: <https://falabr.cgu.gov.br/web/home>

Atendendo ao requisito de controle, segundo a Lei nº 13.460, de 2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos e consoante ao Decreto nº 9.094, Art. 18, de 17 de julho de 2017, que institui a “Carta de Serviços ao Cidadão”. A Universidade disponibiliza esclarecimentos e informações acerca dos serviços prestados mediante a divulgação da Carta de Serviço ao Usuário.

O documento pode ser encontrado no site da Universidade Federal do Ceará, no *menu* Documentos Oficiais, Carta de Serviços, assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Relatório de Gestão, entre outros. Importante mencionar que a referida carta foi atualizada em 30 de agosto de 2021, e publicada em 16 de fevereiro de 2022, conforme registro do portal.

A carta exhibe os principais meios de interação com a sociedade através da Ouvidoria Geral, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CCM). Esclarecendo em cada instrumento como o cidadão deverá entrar em contato para manifestações e pedidos de informação sobre as atividades disponíveis ao cidadão ou quaisquer outros esclarecimentos.

Em referência a ouvidoria apresenta, ainda, o site (<https://www.ouvidoria.ufc.br/>), e-mail e o acesso à Fala.br. Como parte integrante a Ouvidoria podendo ser visto também o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que contém os modos de acesso a informações, tais como o site <https://www.acessoainformacao.ufc.br/>, endereço e telefone para contato. E a Coordenadoria de Comunicação e Marketing, fica responsável pelo gerenciamento dos canais de comunicação da UFC.

Além desses recursos disponíveis de comunicação para o acesso direto com a Universidade a Carta de Serviços ao Cidadão também viabiliza ao usuário a possibilidade de obter de informações de todos os serviços ofertados pelas Universidades, sob o domínio da UFC, contendo esclarecimentos quanto aos tipos de serviços, responsáveis e contato de forma clara e acessível que é guiada por princípios de sustentabilidade e inclusão.

**Figura. 3 – Carta de Serviços ao Cidadão.**

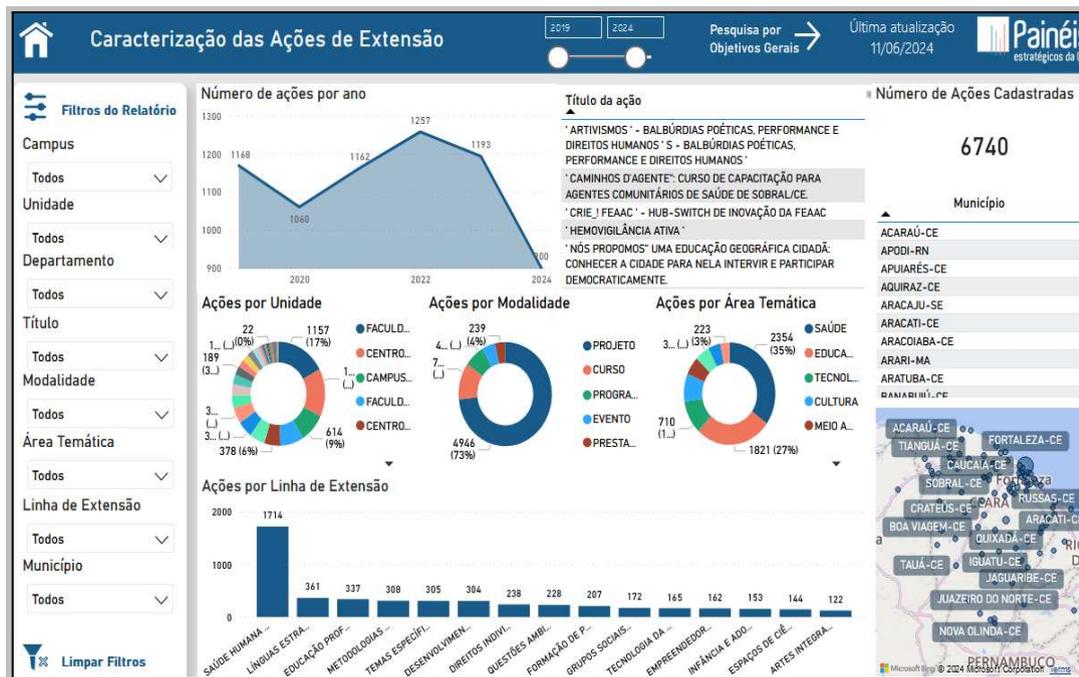


Fonte: <https://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/320-carta-de-servicos-ao-cidadao>

No que concerne aos Painéis Estratégicos da UFC estão organizados com base em três pilares: gestão, governança e transparência, contendo na página todas as ações da Universidade como gestão de pessoas, graduação, planejamento, orçamento e extensão. Essa estratégia de organização tem por finalidade facilitar o acesso e ampliar a disposição de informações, viabilizando tomadas de decisão e a prestação de contas junto à população e aos órgãos de controle.

No Painel de Extensão compreende relatórios de acompanhamento de processos das Ações de Extensão, Agência de Estágios e Coordenadoria de Desenvolvimento Familiar (CDFAM), por unidade, modalidade, localidade e área temática como saúde, educação, cultura, tecnologia, dentre outros. É possível obter informação da ação de extensão NUFACE, filtrando o tipo de informação que deseja obter. Última atualização 11 de junho de 2024.

Figura 4 – Painel de Extensão da UFC.



Fonte: Painéis Estratégicos da UFC.

Em referência ao portal da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (<https://ffoe.ufc.br/pt/>) na aba de Serviços Odontológicos, Departamento de Clínica Restauradora - Clínica 4 – NUFACE – Núcleo de Defeitos da Face. Estão disponibilizadas informações relativamente à equipe técnica e contato por meio do *instagram* do projeto @nufaceufc e *link* na *Bio* para agendamento de consulta e demais esclarecimentos sobre o projeto. Atualizado em 2024.

Figura 5 - Contatos Projeto NUFACE.

Universidade Federal do Ceará  
**FACULDADE DE FARMÁCIA, ODONTOLOGIA E ENFERMAGEM**  
**FFOE**

Você está em: Início > Serviços > Clínicas > Departamento de Odontologia Restauradora – DOR – Clínica 4

**Departamento de Odontologia Restauradora – DOR – Clínica 4**

**Contato**

- **Chefe do DOR:** Profa. Ana Cristina de Mello Fiallos

Endereço: Rua Cap. Francisco Pedro, 1210 – Rodolfo Teófilo – CEP 60430-370 – Fortaleza – CE  
 Fone: (85) 3366-8411/8401

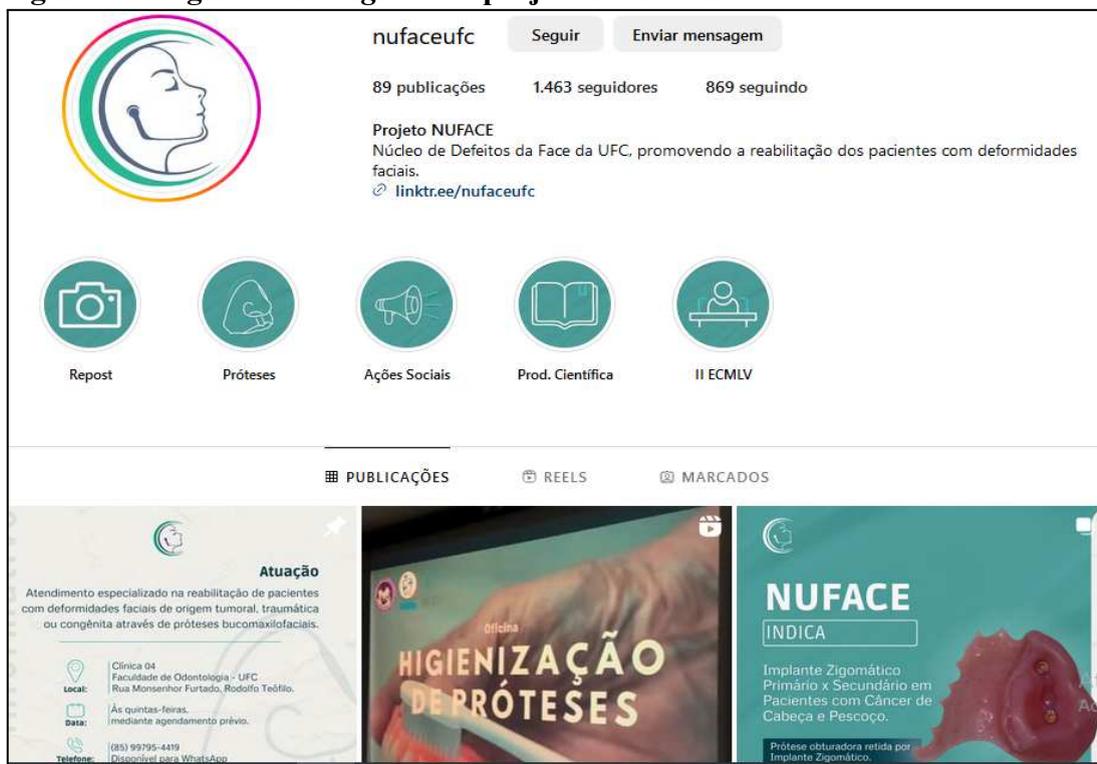
**Clínica 4**

- Clínica 4 – NUFACE – Núcleo de Defeitos da Face
- Clínica 4 – GEDO – Grupo de Estudo de Dores Orofaciais

Fonte: Site da FFOE: <https://acesse.dev/ffoe-ufc-br-servicos-Clinica4>

Em tempo, no *Instagram* do projeto NUFACE, consta a rotina de trabalho dos profissionais e estudantes do projeto, contendo ações promovidas como a Campanha de Conscientização sobre o Câncer Bucal, atividades de prevenção ao câncer bucal, assim como apresentação de seminários, encontros científicos, relatos clínicos e a divulgação de eventos como a jornada OdontoPET, Congresso Internacional de Odontologia (CIOCE 2023), entre outros e trabalhos de próteses fáceis e auricular.

**Figura 6 – Página do *Instagram* do projeto NUFACE.**



Fonte: <https://www.instagram.com/nufaceufc/>

Neste enquadramento de ideias, após investigar os principais recursos de interlocução do público com o projeto e a disponibilidade de informações nos principais meios de comunicação, é possível constatar que o NUFACE contempla o requisito de informações disponíveis dentro da Universidade ao usuário.

A divulgação nas páginas de informes da Universidade sobre o projeto e demais atividades da Faculdade promove a democratização dos serviços prestados e o exercício da cidadania, mediante a participação dos cidadãos-usuários, porém, não é fácil a localização de algumas informações.

Importante exemplificar que os cidadãos podem ter a oportunidade de conhecer melhor o projeto e apresentar sugestões, reclamações, denúncias, assim como fiscalizar as ações de uma das áreas de atuação do Estado, que é a Universidade, recorrendo aos recursos de comunicação disponibilizados.

Ressalta-se que existe carência de ampla divulgação por intermédio das mídias televisivas, jornais, revistas que compreendem as grandes massas de pessoas, possibilitando a população, em geral, mais esclarecimentos quanto aos serviços oferecidos pela Universidade e sobre os recursos disponíveis para interação com o público.

## **4.5 Análises das Entrevistas**

### ***4.5.1 Formação e Prática do NUFACE (Visão Discente)***

Nesta análise, foram entrevistados 5 discentes dos 6 que realizaram suas atividades práticas no projeto. A pergunta inicial foi sobre as experiências dos alunos na ação de extensão NUFACE para fins de cumprimento de carga horária prática com a intenção de permitir que compartilhassem suas impressões gerais a respeito do projeto. A resposta que sobressaiu entre os discentes foi a do interesse pela área de reabilitação bucomaxilofacial.

Evidenciaram a excelente oportunidade de aprender nessa área clínica, assim como a manipulação de materiais que estavam praticando, visto que no curso não era muito estudada. Além disso, referiram sobre o aprendizado de técnicas variadas e a humanização que o projeto trazia que era um dos fatores que impulsionava no tratamento dos pacientes. Para o entrevistado C:

Tem sido uma experiência diferente da graduação, visto que essa área não é muito abordada no curso de odontologia. Aproxima a gente do aspecto mais humano da especialidade odontológica. São pessoas estigmatizadas, deixadas de lado, no sentido de não sair muito, como por exemplo, não ter o nariz. Elas se expõem ao sair de suas casas, com rostos mutilados e se mostram pra gente, confiam no trabalho realizado e isso é importante para mim. Conseguimos nos apaixonar pela área e construímos vínculos fortes (ENTREVISTADO C).

Dando prosseguimento, foi perguntado a cada participante se a prática no projeto complementava de maneira adequada a formação teórica do curso. Os entrevistados responderam que no curso de Odontologia a preparação para prática não era muito abordada, principalmente, a área de prótese. A prática logo nos primeiros semestres, destacaram os

alunos, era fundamental porque os aproximavam da técnica, manuseio de instrumentos e do aspecto humano deixando mais aptos para as disciplinas seguintes do curso. Sobre esse prisma o entrevistado respondeu:

Destaco a prática das partes de bucomaxilofacial e da implantodontia que são as áreas que eu quero atuar, e não são muito trabalhadas no decorrer do curso de graduação. No projeto eu tenho a oportunidade de toda semana estar auxiliando cirurgias, participando de planejamento, tendo contato com a parte clínica, laboratorial, pós-laboratorial com a parte de instalação das próteses, resolvendo problemas que vão surgindo. Essa parte de próteses é extremamente complexa nos ajudando a ter uma visão extra-oral da odontologia. (ENTREVISTA A).

No tocante a interação entre discentes com a comunidade, os participantes comunicaram que se tratava de uma experiência de muito aprendizado e se sentiam reconhecidos pelo trabalho realizado, as pessoas eram gratas. Todos evidenciaram que esse público era de pessoas muito sofridas pelo tipo de tratamento que vinham se submetendo e as dificuldades impostas pela vida. As pessoas do interior tinham problemas com deslocamento porque o transporte não era oferecido pela Prefeitura.

Os discentes mencionaram, ainda, que era estabelecida uma relação de aprendizado e confiança e o projeto buscava meios de conseguir tecnologias e parcerias para viabilizar todos os atendimentos, pois eles eram uma referência nessa área, refere com orgulho um discente.

É possível inferir por essa fala e por impressões da pesquisadora ao conversar com eles que os alunos se sentem parte da equipe do projeto. É um ponto imprescindível para ser enaltecido em trabalhos voltados para a comunidade, transparece comprometimento e dedicação com a prestação do serviço social. Resposta de um entrevistado que coaduna com o que foi dito:

Vejo nos atendimentos que os pacientes sentem gratidão pelo nosso atendimento no projeto. Eles vêm o nosso esforço, ficamos muitas vezes até depois do horário de atendimento para realizar ajustes, problemas decorrentes das próteses que precisam ser pigmentadas ou precisam retornar ao laboratório. Temos contato também com as empresas parceiras como o NUTEC para proceder à parte do planejamento digital e escaneamento. No Hemoce tem uma impressora 3D *Bio Plotter* que imprime tecidos biológicos, temos essas oportunidades para levar um tratamento de referência. Estamos implementando o fluxo digital no nosso projeto utilizando o scanner. Faz parte de um planejamento pelo computador e contamos também com uma impressora 3D que foi adquirida pelo departamento de reabilitação (ENTREVISTADO A).

Ainda sobre a interação com a comunidade durante a prática no NUFACE, ao serem questionados sobre as relações estabelecidas com esse público específico e o que significou para eles. Responderam a valorização do aspecto social, no sentido das relações positivas entre os participantes do projeto e pacientes que refletia no tratamento e na formação profissional dos discentes. Essa constatação denota a ligação existente entre o projeto de extensão, desenvolvido pela Universidade, que está interligado com os princípios da RSU, impactando de forma positiva nos problemas enfrentados pela sociedade. Sob a perspectiva da discente:

Era um momento de escuta, os deixar falar como tudo aconteceu até chegar ali, diante nós, com a perspectiva de melhorar. São traumatizados pelo o que viveram e a questão da humanização é fundamental para o tratamento. (ENTREVISTADO D).

Quanto ao que poderia ser melhorado no projeto NUFACE, o que predominou na opinião dos entrevistados foi a de que deveria ser abordada na teoria a parte prática do curso de odontologia desde o início. Trazer por meio de procedimento operacional padrão (POPs), livros digitais (*ebooks*), recursos que poderiam ter acesso para as atividades práticas. Relataram também a falta de pessoal para atender a demanda de pacientes, assim como um armazenamento digital para agilizar a marcação de consultas e indicações de prognósticos. Sobre esse aspecto, um entrevistado respondeu:

Muitos alunos não sabem nem se paramentar. Também poderia ser melhorada a dinâmica na organização, agora temos uma pessoa para marcação de consultas, mas antes não tínhamos e nos próximos anos como será? Porém, o principal é a infraestrutura e o financeiro para compra de materiais, ainda cobramos dos pacientes. Para mim, é muito impactante ver pacientes sem nenhuma condição financeira, vir para Fortaleza e ter que arcar com essa despesa. (ENTREVISTADO A). Acho que a graduação deveria dar uma oportunidade a mais para subsidiar a parte teórica, não temos muita noção quando chegamos à prática. Acredito que a teoria poderia ser abordada como será a prática desde o início do curso. (ENTREVISTADO B).

Vale fazer uma ressalva de que os manuais do curso de odontologia, conforme pesquisa anterior sobre o descarte de materiais do projeto NUFACE, disponibiliza, ainda, o Manual de Biossegurança do Curso de Odontologia, o Manual de Normas e Rotinas Pop`S da Central de Esterilização, Manual de Instrumental Odontológico e o Manual de Atividades Complementares.

Outra dificuldade do projeto relatado por todos foi à falta de tempo para a prática, afirmando que poderia haver uma adequação mais eficiente de modo que deixasse as aulas práticas, que são muito importantes, com uma disponibilidade maior de horários. Resposta do entrevistado:

Uma das dificuldades que percebo na parte acadêmica é não saber os nomes dos materiais que são utilizados nas aulas práticas e a disponibilidade das aulas, não temos tempo. A clínica é somente em um dia e em um determinado horário e não consigo acompanhar, não consigo ir. Na gestão, vejo as dificuldades das fichas, não sabemos o que foi feito com o paciente. Acho que deveria ter uma padronização, ter um cuidado maior com isso. (ENTREVISTADO E).

O próximo ponto a ser abordado foi em relação aos principais aprendizados que os discentes levariam para as futuras carreiras. O objetivo desse questionamento foi permitir aos discentes fizessem uma reflexão sobre as lições mais importantes que o projeto estava proporcionando.

Ficou evidenciado pelos participantes que a experiência prática permitia um contexto de trabalho e aprendizado multidisciplinar devido à participação de outros especialistas que eram envolvidos nas atividades e isso enriquece a experiência. Acrescentaram também a riqueza do atendimento desse público-alvo com diferentes tipos de necessidades que era necessário adquirir competência e habilidade para lidar com cada um.

Logo, percebe-se que a interação com os pacientes é fundamental para possibilitar o aprendizado porque, com a vivência, as possibilidades da prática clínica são irremediavelmente trabalhadas no processo de cuidar, gerando conhecimento.

Na opinião dos participantes devolver um sorriso, a autoestima faz parte da essência da odontologia, além de proporcionar para a profissão perspectivas acadêmicas e ampliar a rede de contato com pessoas importantes da área. Um dos entrevistados registrou a relevância do NUFACE:

Quando eu consegui entrar no NUFACE tive a oportunidade de participar do Congresso Latino Americano de Prótese Bucomaxilofacial, em São Paulo, ocasião em que fui premiado e ganhei o primeiro lugar na categoria acadêmica. E nessa premiação fui convidado por uma das doutoras da Banca para fazer parte de uma linha de pesquisa nos EUA. Ampliou minhas oportunidades de conhecimento, além da questão curricular para escrever capítulos de livros, artigos, relatos de casos, e a experiência com a multidisciplinaridade através da interação com o hospital auxiliando o cirurgião para planejar a prótese, ou seja, é um aprendizado que vai muito além da graduação. Importante destacar que o projeto precisa de apoio financeiro e de infraestrutura para ampliar o atendimento. Temos uma lista de espera muito grande, estamos fazendo milagre. (ENTREVISTADO A).

Importante destacar como a participação da população é fundamental promovendo o aprendizado, fazendo com que os alunos saiam dos muros da teoria, para prestar serviços à comunidade. Assim como pode auxiliar pessoas que precisam de um tratamento especializado, fortalecendo o apoio às pessoas carentes.

Portanto, pode-se afirmar que a participação da comunidade fortalece a ação de extensão universitária e é imprescindível para a formação e a prática dos discentes, além de certificar a qualidade dos serviços ofertados pela Faculdade, conforme descrito na legislação.

Recomenda-se um estudo futuro para viabilizar um sistema de armazenamento digital por meio da STI, que se adapte às ações de extensão da FFOE que atendem ao público. O objetivo seria garantir à Universidade relatórios sobre informações de dados demográficos, tipo de ação, prognósticos, aprendizado dos discentes, além de registrar reclamações e dúvidas dos usuários, promovendo um banco de dados para facilitar o controle e a transparência.

#### ***4.5.2 Importância, Acessibilidade e Transparência - NUFACE (Visão do Gestor)***

Nesta proposição foram entrevistados 2 docentes que trabalham no projeto, considerando inicialmente que a ação NUFACE é um projeto de extensão destinado a pessoas carentes financeiramente e a formação discente, conforme preconizam os normativos Federais e da UFC. O primeiro questionamento foi sobre a importância do projeto para a comunidade e sociedade. O entrevistado referiu que:

O NUFACE é um projeto de extensão com capacidade para reabilitar pacientes decorrentes de deformações, muitas vezes por processos oncológicos que perdem um olho, nariz e parte da cavidade bucal e essas pessoas precisam ser reabilitadas. Daí a importância fundamental do projeto para a sociedade, a partir do momento que você consegue dar vida a essas pessoas, pode estar exercendo de fato o que a Universidade preconiza. Devolver para a sociedade aquilo que a Universidade oferece em formação para os alunos e nós, professores. (ENTREVISTADO A).

O participante complementou relatando que um dos requisitos fundamentais para uma ação de extensão ser desenvolvida dentro da Universidade, era o princípio da indissociabilidade das atividades, afirmando que o NUFACE, além de abranger a extensão, ensino e pesquisa, é um dos únicos serviços que oferece o tratamento de reabilitação com prótese para pacientes com deformidades.

Dessa forma, verifica-se a relação existente entre a ação de extensão e RSU em que na articulação das atividades da Universidade com base na inseparabilidade do ensino, pesquisa e extensão, faz com que ao mesmo tempo em que atua na formação discente, presta um serviço especializado de acordo com a demanda da comunidade. E é aprimorado na medida em que promove a pesquisa com o intuito de melhorar o atendimento, viabilizando o desenvolvimento social, econômico e bem-estar das pessoas.

A seguir, o docente foi questionado sobre a formação discente, cuja resposta foi destacar a vivência odontológica na prática do curso que possibilita uma bagagem maior que a capacidade técnica, a de vivenciar o dia a dia com as dificuldades que iam se apresentando. A prática para a formação discente segundo o entrevistado:

Vão abrindo outras oportunidades na prática da pesquisa por meio do acompanhando e tratamento desses pacientes, eles conseguem desenvolver habilidades não apenas de escuta e visualização. Com a vivência os discentes apresentam casos em eventos que contribuem muito na formação deles. O projeto oferece a oportunidade para vivenciarem a área na prática de prótese e a pesquisa agrega informações para melhorar o trabalho realizado pelo projeto. Então, o NUFACE está nos três pilares da Universidade. (ENTREVISTADO A).

No tocante à interação dos alunos com a comunidade, o entrevistado esclareceu que se dava diretamente através do atendimento e que, eventualmente, também faziam palestras e visitas à comunidade de cunho informativo. Registrou que o contato clínico era sempre auxiliado por um professor, conforme relato abaixo:

No projeto eles atuam junto aos professores para fornecer um suporte na execução desses tratamentos. Então, ao mesmo tempo em que aprendem, eles orientam como utilizar as próteses e como higienizar. No momento em que são percebidas certas habilidades, é permitido que eles executem algumas etapas do tratamento com o paciente. Assim, além da prática com o paciente, divulgam as ações do NUFACE, capturando pessoas que precisam do tratamento. É dessa forma que os alunos interagem com a comunidade. (ENTREVISTADO A).

Em relação às dificuldades enfrentadas para o NUFACE desenvolver suas atividades na Universidade, o entrevistado enfatizou o problema financeiro como uma das principais. Listou também a falta de outros profissionais para atuar juntamente com os professores no projeto, mesma informação fornecida pelos discentes. E a importância da inter-relação entre profissionais dos hospitais em atendimentos cirúrgicos e dentistas que atuam no projeto com a finalidade de facilitar a reabilitação do paciente. Um participante relatou que:

A primeira dificuldade é a de aquisição de materiais porque muitas das reabilitações precisam de materiais para confecção de prótese que tem um custo e nem sempre a comunidade tem condições para arcar. Às vezes é necessário instalar um implante para que sirva de retenção para a prótese, senão não fica firme. Então, do ponto de vista material, talvez seja umas das dificuldades primordiais que a gente tem. Oferecemos o serviço, mas não tem ajuda de custo por se tratar de uma extensão, por esse motivo é vinculado a uma Fundação com o intuito de permitir angariar recursos para realizar esse trabalho. Outra dificuldade é do ponto de vista do tratamento, muitas vezes nós recebemos os pacientes já curados de câncer e falta uma interdisciplinaridade entre as profissões. Precisamos executar as próteses junto ao trabalho do médico cirurgião, que faz o procedimento cirúrgico, com um psicólogo e um fisioterapeuta para acompanhar os pacientes. Faltam também profissionais para ajudar no projeto porque como explicado anteriormente, muitas vezes os alunos não têm habilidade técnica para isso, estão aprendendo. E às vezes precisam de especialistas da área para otimizar o trabalho e consigam tratar mais pacientes porque a fila de espera é grande e não conseguimos fazer isso da melhor forma possível. É preciso de suporte financeiro, multidisciplinaridade e humano para oferecer um melhor tratamento aos pacientes. (ENTREVISTADO A).

Vale reforçar que a interdisciplinaridade faz parte de uma nova ferramenta na proposição de trabalhos na área da saúde e educação. É uma inovação que realça a proposta dos projetos e pode ampliar a visão tanto na formação de discentes quanto dos profissionais envolvidos. Representava um ganho para sociedade que se beneficia com os atendimentos ofertados com uma maior qualidade.

Sobre esse ponto de vista, sugere-se que essa prática fosse adicionada na proposta do projeto NUFACE, já envolvendo profissionais dos hospitais, fisioterapeutas, cirurgiões, psicólogos dentre outros, conforme relatou o entrevistado, “para ampliar o atendimento e um tratamento mais resolutivo para o paciente”.

Acerca da transparência de recursos do projeto, conforme normativo Federal e institucional descritos nesse trabalho existe a previsão legal da participação da FCPC, para fornecer o suporte na administração de recursos financeiros das atividades universitárias. Inclusive há a possibilidades de convênios e contratos. Sobre esse ponto em que o NUFACE recolhe taxas dos usuários que são direcionadas à Fundação, o entrevistado referiu como as taxas são empregadas para beneficiar os participantes do projeto:

A cobrança dessas taxas foi uma maneira de manter o projeto em funcionamento. Alguns materiais utilizados para confecção das próteses bucomaxilofaciais não são comprados pela Universidade. São materiais extras, nesse sentido, foi visto juntamente com a Procuradoria da Universidade essa forma de realizar a cobrança de taxas ditas populares, apenas para a compra de alguns materiais e insumos. Assim como pagamentos de serviços terceirizados para os laboratórios que confeccionam as próteses que estão fora do ambiente da Universidade. As taxas são revestidas para essas duas condições: compra de materiais, que não são comuns dentro da Universidade, e para o pagamento de laboratórios que fazem a confecção dessas próteses. (ENTREVISTADO B).

Levando em consideração a RSU sob o prisma da sustentabilidade do projeto NUFACE, o qual Antonik (2016) descreve como “socialmente justo e economicamente viável”. Foi questionado ao entrevistado se existe a preocupação com a acessibilidade do projeto para que pessoas que tenham dificuldades em pagar as taxas não sejam excluídas por questões financeiras. Respondendo o entrevistado:

Nenhum paciente que chega ao NUFACE deixa de ser atendido, seja para qualquer tipo de tratamento que precisar, mesmo que não tenha condições de realizar o pagamento dessas taxas. A cobrança dessas taxas já é revestida para aqueles pacientes que não tenham condições mínimas para fazer essa contribuição. Importante mencionar que, temos também algumas parcerias externas que também suprem os custos das próteses desses pacientes que não conseguem contribuir. Essa é uma missão do projeto não deixar nenhum paciente sem o atendimento devido, no que diz respeito à reabilitação bucomaxilofacial dentro da UFC. (ENTREVISTADO B).

Nesse mesmo enfoque, foi questionado como a cobrança de taxas se alinhava aos princípios de uma Universidade Pública, como universalidade e gratuidade dos serviços, que pressupõe ter a missão educativa e social, contrapondo diretamente ao pagamento de taxas para a realização de serviços públicos. O participante respondeu que:

Na verdade, dentro da Universidade, no curso de Odontologia, a grande maioria dos tratamentos não tem qualquer custo, atendendo ao princípio da gratuidade dos tratamentos. No entanto, alguns tratamentos exigem serviços terceirizados, como exemplo as próteses dentais do curso de odontologia da UFC, *campus* Fortaleza, que são confeccionadas fora do ambiente da Faculdade, já que a Universidade não dispõe de um laboratório de prótese próprio. Então, já de muito tempo, é realizado o pagamento dessas próteses fora do ambiente da Faculdade e o projeto NUFACE segue nesse mesmo formato pelo fato de não haver laboratório próprio que execute todas as fases de confecção das próteses. Essa cobrança de taxas é revestida para esse fim. No futuro, possivelmente, haverá uma melhora da infraestrutura física que contemple a criação de um laboratório próprio dentro da UFC possibilitando com que todos os tratamentos sejam confeccionados dentro da Universidade, o que levará a não cobrança de taxas. Nesse momento, a única forma de manter esses tratamentos ativos dentro da Universidade é através da cobrança de taxas, apesar de esse não ser um desejo dos docentes da Universidade. (ENTREVISTADO B).

Seguidamente, foi perguntado sobre a preocupação com a mercantilização do projeto de extensão ao cobrar taxas. Qual seria a perspectiva do docente sobre o equilíbrio entre a necessidade financeira e valores institucionais e como essa prática era discutida dentro da universidade.

O entrevistado respondeu que o entendimento da Universidade era de que 100% dos tratamentos fossem totalmente gratuitos tanto dentro do curso de graduação, quanto na

extensão, que é onde o projeto NUFACE se adéqua. A princípio, o docente afirmou que o entendimento inicial era que todo o material de consumo usado no emprego das próteses, assim como a confecção dessas fossem dentro da Universidade e totalmente gratuito. Porém, a Universidade não dispunha de recursos suficientes. O docente expôs sua preocupação para obter recursos em prol do NUFACE, abordando a importância das parcerias e as diversas tentativas de conseguir apoio junto a União, Estado e Município:

Nesse sentido, ficamos em uma situação em que ou não temos o projeto funcionando, já que não dispomos de 100% da verba para essa atividade ou funcionamos de forma que, parte dos pacientes contribua financeiramente para que as atividades aconteçam. Importante mencionar que a verba destinada ao curso que temos hoje não possui um aporte suficiente para reverter para a gratuidade total desse serviço, tendo que contar com parte dessa verba por meio dos pacientes. Ressaltamos que temos total consciência de que essa não é a melhor forma para atender a demanda desses pacientes. Todavia, estamos sempre procurando parcerias externas e privadas, divulgando o projeto junto às nossas autoridades governamentais, junto ao Município, Estado e União com o intuito de mostrar a necessidade de o projeto está funcionando (ENTREVISTADO B).

Na sequência, esclareceu que sempre que houver alguma forma de financiamento extra para o projeto será muito bem-vinda para que no futuro possa não haver mais nenhuma cobrança de taxas e um alcance maior dos pacientes. Vale ressaltar que ambos entrevistados mencionaram que poderia ser ampliado o atendimento, tendo em vista a demanda social que era extensa, porém, neste momento não era possível devido às adversidades apresentadas. Nesse sentido, entende-se que o projeto atende aos requisitos de acessibilidade, transparência e importância para a comunidade.

E como exemplo de que a ação de extensão corresponde às práticas de RSU ao estar voltada para atender a demanda da população, e que, por esse motivo, a formação universitária pode gerar ondas de transformação social e de conhecimento, agregando valores e técnicas com a intenção de devolver à sociedade o aprendizado alcançado, o entrevistado comentou como tem contribuído com o projeto:

Posso dizer que esse é um projeto que muda vidas, entrei aqui na Faculdade, em 2019, como docente, não conhecia o NUFACE. Sou especialista na área, mas aqui foi o primeiro campo na área que eu passei a desenvolver minhas atividades, colaborando com o desenvolvimento do projeto. (ENTREVISTADO A).

#### 4.6 Pesquisa de Campo – Percepção dos Usuários do NUFACE

A próxima abordagem do trabalho foi por meio da pesquisa de campo com os usuários do projeto NUFACE foi realizada por meio de diálogos, observação e aplicação de um questionário específico, visando explorar o campo estudado. O questionário abordou dados demográficos dos participantes, como faixa etária, que variou entre 18 e 50 anos, e gênero, com predominância do sexo masculino, constatando que a maioria dos entrevistados reside na capital. Também foi investigado como os usuários tomaram conhecimento sobre o projeto e a maior parte foi por recomendação de profissionais de saúde.

Para começar, é necessário pontuar as dificuldades encontradas na realização da pesquisa de campo e registrar que foram obtidos 7 questionários preenchidos. Os participantes com mais de 50 anos optaram por não participar da pesquisa ou foram impedidos devido a dificuldades de compreensão, analfabetismo ou limitações decorrentes de problemas de saúde. Algumas pessoas também se sentiam envergonhadas devido ao problema de saúde que estavam enfrentando, outras não tiveram paciência para participar devido ao sofrimento que já vinham passando.

Diante disso, a pesquisadora passou a considerar o diálogo com os usuários e a observar o campo às quintas-feiras, nos dias 22 e 29 de agosto e 05 de setembro de 2024. Percebeu-se que muitos dos participantes realmente enfrentavam dificuldades financeiras significativas. Alguns relataram suas experiências com os tratamentos anteriores até chegar ao projeto, destacando os desafios que enfrentaram ao longo desse percurso.

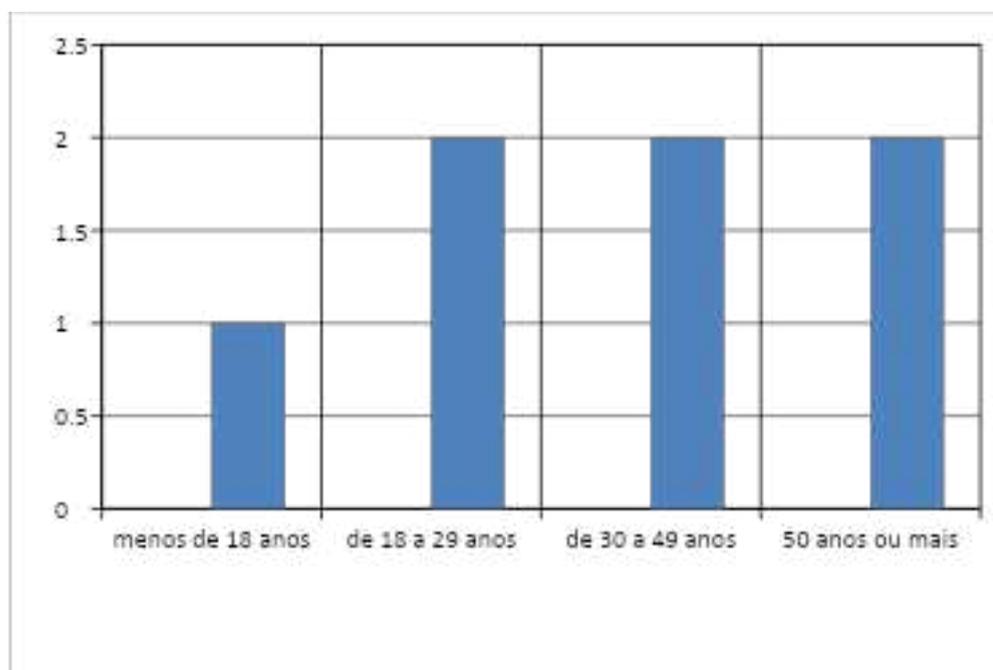
Um senhor que tinha dificuldade para falar devido à ausência do nariz, expôs estar em tratamento médico há mais de 8 anos. Ele relatou ter tido uma inflamação causada pelo suporte nasal utilizado em sua reabilitação. Sua expressão triste refletia a longa e difícil jornada que enfrentaram, ocasionando problemas para se alimentar e convívio difícil até com as pessoas da família porque não tinham paciência com o sofrimento dele. Fato que corrobora com o que foi relatado pelos docentes em relação a importância de trabalhar mais próximo com os cirurgiões para ser definido um tratamento eficaz aos pacientes.

Já uma jovem, acompanhada pela mãe, contou que descobriu a doença durante um exame de rotina ao dentista. Ela precisou remover parte da gengiva e do céu da boca, o que lhe causou dificuldades em suas relações sociais. Foram muitas histórias de vidas relatadas com dificuldades de convivência social, financeira, limitações para realizar as necessidades básicas do dia a dia impostas pelas doenças.

Em relação ao questionário aplicado foram destacados alguns pontos importantes para a análise do projeto NUFACE tais como a predominância do conhecimento do Projeto por recomendações de profissionais de saúde. Podemos inferir que existe um bom relacionamento e reconhecimento dentro da rede de saúde com o projeto, o que é positivo para a disseminação das ações do projeto. No entanto, isso também pode significar que o NUFACE depende fortemente dessas conexões para alcançar novos usuários, o que poderia limitar o alcance a outros públicos que não estivessem dentro desse ambiente. Vale abrir um parêntese para citar que docentes e alunos mencionaram a importância dessa interação e apoio de outras especialidades para fornecer um tratamento com mais chance de obter sucesso e ampliar o conhecimento.

Sobre os dados demográficos coletados aponta uma variação, no momento da aplicação dessa entrevista, de uma faixa etária entre 18 a 50 anos. Podendo indicar, em termos de idade, que o projeto atinge um público diversificado, o que pode sugerir que as ações do projeto têm potencial para beneficiar tanto jovens quanto adultos e indivíduos de meia-idade. Refletindo de forma positiva na avaliação da acessibilidade da ação de extensão, pois demonstra que não está limitada a um grupo etário específico, promovendo inclusão social.

**Gráfico 1 - Faixa etária - pacientes do NUFACE.**



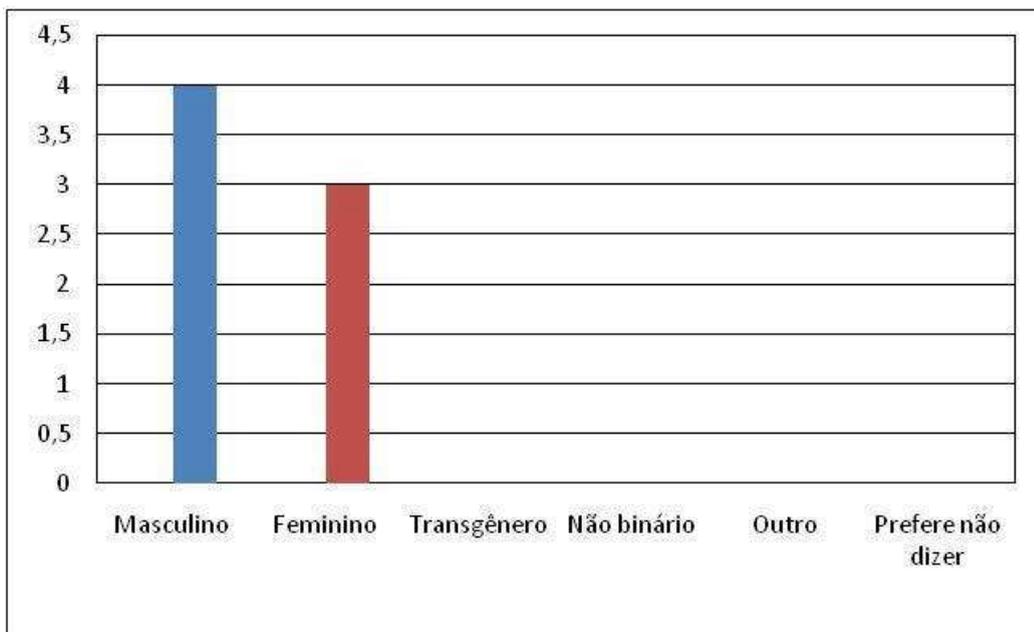
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

O próximo gráfico sobre identidade de gênero, verifica-se a predominância do sexo masculino. Pode indicar haver uma maior demanda do serviço ao público masculino, possivelmente, devido à exposição ao sol, conforme informado pelos discentes que acompanham esse público no NUFACE, ou por desenvolver atividades que mantenha contato com substâncias nocivas à saúde,

De acordo com a Biblioteca Virtual, do Ministério da Saúde, em conformidade com a Lei nº 13.230/2015, que institui a Semana Nacional de Prevenção do Câncer Bucal, o câncer bucal é mais comum aos homens acima de 40 anos de idade. Os fatores de risco podem ser exposição ao sol, excesso de peso, trabalhos agrícolas, construção civil, barbearias, pintores, mecânicos, além disso, podem ter o risco aumentado devido ao tabagismo, conforme Conselho Federal de Odontologia, Instituto Nacional de Câncer (INCA), do Governo Federal, e o Ministério da Saúde. (Biblioteca Virtual em Saúde, 2011).

Importante destacar que o projeto empenha-se na prevenção, isso corrobora com a relevância do NUFACE que integra ensino, pesquisa e extensão em suas ações.

**Gráfico 2 - Identidade de Gênero.**



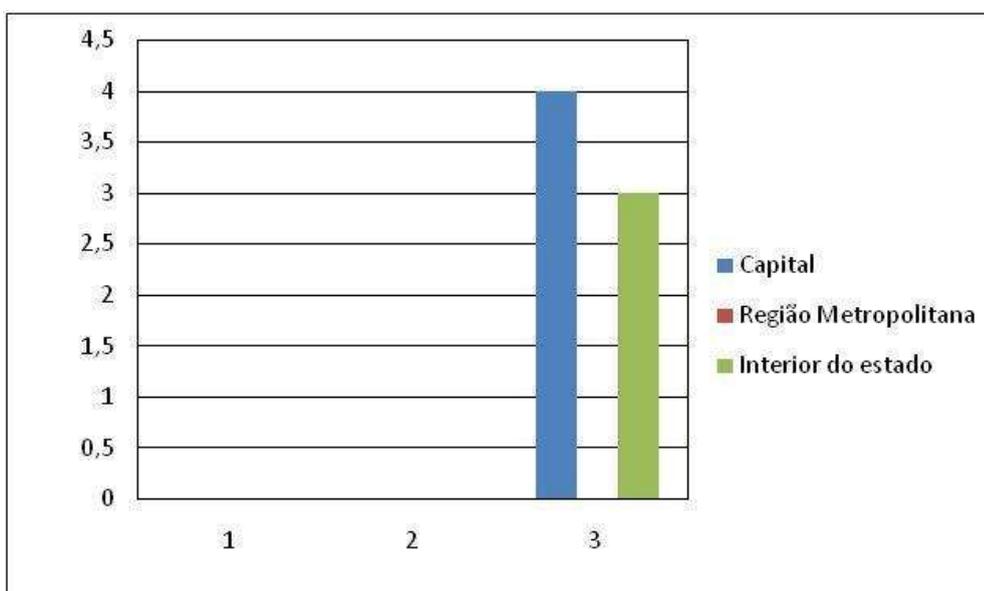
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Com relação a uma maior concentração de usuários na Capital pode significar que o projeto está mais acessível às pessoas que moram em áreas urbanas. O que nos leva a

considerar que representa um desafio do alcance da ação para inclusão das pessoas que residem em áreas rurais ou periferias.

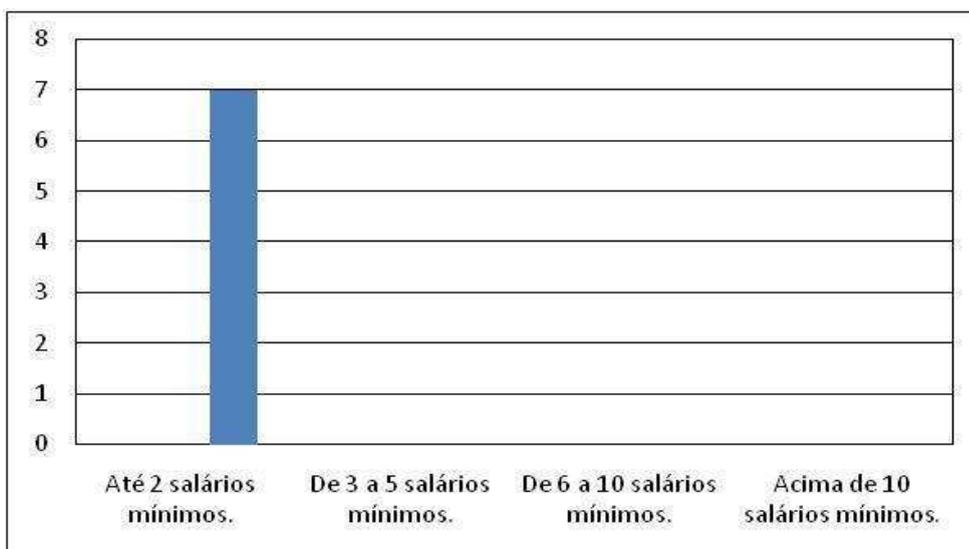
Esse aspecto reflete uma questão relevante a ser discutida porque vai de encontro com o que preconiza a RSU e os próprios princípios da Universidade em relação à inclusão e acessibilidade aos serviços. Todavia, é oportuno mencionar que os usuários e discentes do projeto comunicaram a falta de disponibilidade de transporte público do interior para Fortaleza, portanto, existe a possibilidade de ser um problema que envolve responsabilidades nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

**Gráfico 3 – Localização.**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

No tocante a renda mensal familiar dos participantes, todos informaram que recebem até 2 salários mínimos. Podemos inferir que o projeto NUFACE está alinhado aos requisitos estabelecidos em lei para a existência da ação de extensão dentro da Universidade, assim como o compromisso com a Responsabilidade Social Universitária (RSU) sob a luz da sustentabilidade (inclusão) e alcance social em relação ao apoio às comunidades vulneráveis.

**Gráfico 4 - Renda Mensal Familiar.**

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa

No que concernem aos demais questionamentos realizados aos participantes da pesquisa foram revelados que, em relação ao atendimento prestado pelo projeto, a maioria respondeu que estavam satisfeitos com o serviço ofertado. Quando perguntado se tinham ciência da cobrança de taxas, referiram ter ciência de que era mais acessível que os valores cobrados em clínicas particulares, porém, a cobrança poderia gerar barreiras para alguns grupos socioeconômicos, limitando o acesso.

Apesar de os participantes não terem compreendido muito bem, mesmo explicando, a relação existente entre a cobrança de taxas com a política de RSU. A resposta da maioria foi a de que limitava o acesso. Portanto, pode indicar que nesse ponto há um descompasso, apesar disso a gestão do projeto comunicou que não existe outra possibilidade de o projeto funcionar sem a cobrança de taxas.

Nos questionamentos seguintes, foi perguntado como a política influenciava clinicamente na vida das pessoas, vida social e familiar e sobre o acesso ao projeto. A maior parte das pessoas respondeu que houve uma melhora significativa, o NUFACE possui um bom atendimento e o pagamento das taxas, mesmo sendo difícil de pagar, era facilitado, mas, em relação às consultas, o tempo de espera era muito longo. Informou também que conheceram o projeto por indicação de profissionais da área da saúde. E nenhum participante conhecia a Carta de Serviços ao Usuário e a Ouvidoria ou qualquer outro meio de comunicação da Universidade.

Quando questionados sobre a importância do tratamento em suas vidas, recebi as respostas através de diálogos e por meio do questionário com perguntas abertas, prevaleceu a

de que era uma renovação, havia melhorado a autoestima, relacionamento com as pessoas e consigo mesmo. Registrou um participante que “faz parte de uma vida nova”. Resposta de um dos entrevistados: “Está sendo uma renovação, é uma alegria que voltei a ter.” (USUÁRIO, 2024).

Ante o exposto, os registros evidenciam que, embora o NUFACE apresente incompatibilidade com a cobrança de taxas para pessoas em situação de vulnerabilidade, conforme os princípios que regem as Universidades Públicas e a Responsabilidade Social Universitária (RSU), a cobrança se faz necessária para cobrir os custos do serviço prestado. É importante destacar a relevância da ação para o público, além da existência de previsão legal para a obtenção de apoio financeiro, seja da própria Universidade ou de entidades públicas, privadas, físicas ou jurídicas, para viabilizar as atividades de extensão. (Resolução nº. 06/CEPE, de 19 de setembro de 1989).

Nesse encadeamento de ideias, a ação ainda atende aos critérios de interdisciplinaridade, indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, fortalece a formação discente, promovendo direitos humanos e justiça social. Tendo em vista, que o serviço é ofertado para todos e acessível para pessoas com limitações funcionais permanentes ou temporárias, tais como dificuldades para falar, mastigação, dentre outras. Assim como atende a pessoas de todas as idades e de classes sociais vulneráveis.

No entanto, há a necessidade de desenvolver estratégias para garantir a sustentabilidade econômica do projeto e melhorar o atendimento, ampliando o alcance para áreas mais afastadas. Trata-se de um serviço relevante que poderia ser considerado como de utilidade pública, requerendo suporte das esferas Federal, Estadual e Municipal.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentro do panorama político-econômico do Brasil, nas últimas décadas, houve muitas transformações do Estado que fez com que a educação se tornasse uma moeda valiosa para impulsionar o desenvolvimento do país, sim, moeda, porque, por anos, foi trabalhada com fins mercadológicos. O país foi investindo na busca desenfreada pelo progresso do comércio, resultando em uma saúde precária, subempregos, trabalho escravo, estabelecendo o analfabetismo, que ainda perdura até os dias atuais.

Em decorrência desse contexto, a extensão universitária sobressai para atender, as lacunas instituídas no país ao longo dos anos, a precariedade de serviços públicos, principalmente, na área da saúde, prestados à população nas esferas Federal, Estadual e Municipal é evidente, mesmo tendo um dos melhores serviços de saúde do mundo. Segundo o Portal Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), que promove a capacitação permanente de profissionais, indica que “o SUS é o único sistema de saúde pública do mundo que atende mais de 190 milhões de pessoas”, mesmo com suas limitações promove a inclusão e justiça social.

Sob esse ponto de vista, a política do NUFACE se sobressai como uma pequena semente dentro da FFOE/UFC que pode florescer com a capacidade de integrar ensino e saúde, trazendo grande impacto social. É possível perceber que as atividades de extensão vinculam-se diretamente às ações propostas da Responsabilidade Social Universitária (RSU). Essa ligação propicia o propósito das organizações na sociedade, e pode sim, garantir que as ações sejam empreendidas com o propósito de estabelecer o compromisso social e desenvolvimento sustentável.

A pesquisa procurou trabalhar com foco na sustentabilidade do projeto NUFACE sob o conceito de desenvolvimento sustentável, considerado por Antonik (2016) “socialmente justo, ecologicamente correto, culturalmente ético, economicamente viável e espacialmente harmônico” orientando ao bem público, proteção do meio ambiente e crescimento econômico.

É evidente que as organizações são formadas por todos nós e tudo que está interligado as pessoas como a vida social, a economia, saúde e questões econômicas, mas, apesar das adversidades, é possível que haja convergência de interesses entre organizações e sociedade em prol do bem comum porque somos parte do todo.

Reproduzir a história político-econômica do país através do estudo da RSU, Controle Social, Transparência e a TDSS, reflete a trajetória das ações do Estado e organizações e como fomos evoluindo ao buscar mecanismos para aproximar o social como um fator fundamental ao desenvolvimento humano. As questões sociais, geralmente, surgem como movimentos importantes para exigir um espaço mais democrático, reivindicando direitos básicos como saúde, educação, alimentação, transporte, saneamento básico, moradia.

Assim, a intervenção do Estado por meio de políticas públicas é essencial em um país como o Brasil. A atual decadência política pode ser reflexo da falta de empatia, preconceito e desrespeito, fatores que se agravam conforme o comportamento do chefe de

Estado. No entanto, apesar dos desafios, observamos mais humanidade no cenário político atual.

Diante do exposto, é realçado o papel das IES que, por intermédio das suas ações sócio acadêmicas, a sociedade passa a ser relevante para o ensino porque há uma interdependência com a comunidade acadêmica, vinculando-se diretamente ao projeto de RSU, comportamentos que visam o bem-estar público. Fazendo com que se mantenha o compromisso entre Universidade e sociedade, ampliando saberes, sendo possível obter equidade social e desenvolvimento econômico.

Sob esse ponto de vista, a concepção de controle social é primordial porque através desse mecanismo o Estado estabelece regras referentes à participação da população na gestão pública, que é essencial para socializar o sistema do país, a inclusão e cidadania. Vale reforçar que, por meio da Lei nº 13.460/2017, foi instituído o conselho de usuários no serviço público para participação e defesa dos direitos dos usuários, assim como a Lei 14.129/2021, que determina a atualização da Carta de Serviços ao Usuário para comunicação com a população.

Por conseguinte, a Transparência antes direcionada apenas a questões orçamentárias, foi evoluindo depois da Constituição de 1988, em que consolidou um sistema baseado nos princípios de legalidade, moralidade, finalidade pública, motivação, impessoalidade, publicidade e eficiência. A publicidade representou um avanço importante para a democracia brasileira. (Zuccolotto; Teixeira, 2019).

Nesse contexto, a Universidade Federal do Ceará oferece meios importantes para a divulgação e transparência das ações de que a comunidade pode participar, conhecer serviços, apresentar sugestões, reclamações, denúncias e fiscalizar, mediante as tecnologias disponíveis. Por isso, a Lei nº 13.460/2017, assegura a participação do usuário com vistas a requerer direitos referentes aos serviços oferecidos pela Administração pública.

Vale enfatizar, que o país possui normas para endossar a colaboração da sociedade na gestão pública como, a Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação e a Universidade por meio do Portal da Universidade Federal do Ceará (UFC), a qual disponibiliza instrumentos como Dados abertos da UFC, Acesso à Informação – Fala.BR, Ouvidoria. E por sua vez o NUFACE oferece o *Instagram* e *e-mail* institucional para essa interlocução com seu público alvo. Articulando ações sociais como a Campanha de Conscientização do Câncer Bucal e atividades de prevenção.

A partir da investigação proposta neste trabalho, foi possível perceber alguns aspectos a serem destacados, sob o ponto de vista da RSU, como a contribuição do projeto NUFACE para a sustentabilidade e o bem-estar social do público-alvo, atendendo pessoas com câncer de cabeça e pescoço e demais deformidades que enfrentam severas deformações e muitas dificuldades de saúde e financeira, impactando consideravelmente sua vida cotidiana e social dessas pessoas.

A análise revelou, ainda, algumas fragilidades com relação ao financiamento do projeto, constatando a necessidade de doações, taxas e parcerias públicas e privadas para garantir a continuidade das atividades porque de outra forma não funcionaria. Assim como uma comunicação mais abrangente sobre o projeto. Sob o aspecto das disponibilidades das mídias da Universidade, é possível depreender que atende aos requisitos normativos, porém, nem um dos participantes reconheceu os dispositivos disponibilizados pela Universidade.

Vale esclarecer que existe a divulgação dentro da universidade, mas há uma carência de maior visibilidade por parte da população de uma forma geral que não conhece os serviços, tendo em vista que nenhum dos participantes conhece a Carta de Serviços ao Usuário e o projeto foi recomendado aos usuários, na maioria das vezes, por indicação de profissionais da área da saúde.

A referida divulgação pode ser uma estratégia importante para fortalecer as ações de extensão, como o NUFACE, com vistas a garantir o atendimento de mais pessoas que necessitam desse serviço para retornar à vida normal e os discentes terem uma maior oportunidade de aprendizado humano e técnico. Apesar dessa lacuna na comunicação, na questão ambiental, o projeto apresenta uma excelente gestão de resíduos.

Importante frisar que o curso de Odontologia da FFOE elaborou um Manual de Biossegurança da FFOE contendo boas práticas com recomendações e protocolos de limpeza e desinfecção das clínicas odontológicas e o projeto obedece aos procedimentos de forma correta, conforme disposto nas normas vigentes, reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade ambiental.

O trabalho também permitiu uma comunicação mais próxima com o público do projeto por meio da pesquisa de campo. O contato com as histórias de pacientes que enfrentam traumas difíceis devido a doenças que perduram por anos, além de diversas dificuldades financeiras, nos faz refletir sobre a relevância das ações de extensão. Logo, no quesito inclusão e acessibilidade o projeto está alinhado aos princípios da RSU. Devido à predominância de participantes com baixa renda indicando que o NUFACE atende

inquestionavelmente a uma população vulnerável, o que ressalta a importância do projeto na promoção da equidade e melhoria social.

No tocante ao ensino e a prática, é possível entender que o NUFACE ilumina as oportunidades científicas dos discentes oferecendo conhecimento. Desenvolve habilidades humanas e técnicas, aprimoramento dos sentidos acadêmicos e profissionais dos participantes. Além de oferecer o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, o projeto possui um ambiente valioso para pesquisas clínicas que podem contribuir para o aprimoramento de tratamento, reabilitação e cuidados com os pacientes.

Ademais, o contexto multidisciplinar projetado pela ação NUFACE, o qual envolve diversas áreas da saúde como medicina, fisioterapia, psicologia, dentre outras. Possibilita uma interação entre mestres, discentes e usuários em que promove um aprendizado colaborativo, onde os discentes podem aplicar teorias acadêmicas em um cenário real, enfrentando diversos desafios fora das salas de aula, como foi reportado pelos docentes e discentes na pesquisa de campo.

Essa experiência fomenta o entendimento mais profundo do papel de uma Universidade Pública, a academia vinculada à sociedade e alinhada aos princípios de RSU. Porque discentes e voluntários do projeto aprendem a habilidade de comunicação, empatia e de um atendimento mais humanizado devido ao envolvimento direto com pacientes que enfrentam dificuldades físicas e emocionais rigorosas. Enfim, incrementa os requisitos fundamentais para qualquer carreira na área da saúde e da educação.

Assim, surge a contribuição grandiosa para a sociedade de um projeto pequeno, mas, enorme de importância para a população carente e para a formação discente, podendo esse exemplo influenciar na luta e defesa por mais investimentos em projetos de extensão como o NUFACE.

Logo, convém estabelecer o *link* com a TDSS, cujo posicionamento é direcionar investimentos públicos em ações que realmente atendam as demandas da sociedade. Devido o alcance social significativo, deveria ser ampliado por meio da participação de organizações porque vai além da lógica mercantil ao promover a justiça social. O NUFACE possibilita uma contribuição relevante para a comunidade e gera valores que possivelmente podem se perpetuar entre discentes, docentes e voluntários que exercem suas atividades no projeto.

Por essa importância, objetivada pela procura da compreensão da relevância da ação de extensão, através de um levantamento bibliográfico, documental e a pesquisa de campo, forneceu subsídios para enaltecer o significado de uma ação como o NUFACE,

reafirmando que é voltada para a população extremamente carente e para o ensino. Estimulando a contribuir com o trabalho que já vem sendo desenvolvido há mais de 20 anos, e que conta com a expertise de docentes e discentes que foram construindo essa história.

Constata-se que o projeto ultrapassou o escopo de uma ação de extensão, expandindo-se além dos muros da Universidade para atender uma população que necessita de um cuidado diferenciado, frequentemente acessível apenas por meio de indicações de profissionais de saúde. No entanto, enfrentamos desafios econômicos, sociais e culturais que podem dificultar a busca por mudanças sociais. Embora algumas dessas mudanças pareçam inatingíveis, elas ainda têm o potencial de fazer a diferença, sem desviar o foco de um espaço voltado à formação, como preconiza o Conselho Nacional de Educação no Parecer nº 576/2023.

Nesse sentido, sem a presunção de esgotar todos os aspectos discutidos neste trabalho, sugere-se a realização de mais estudos sobre o projeto com vistas à ampliação e transformação de um Centro de Estudo NUFACE para obter uma maior participação financeira Federal, do Estado e/ou Município, por analogia ao trabalho realizado pelo Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), em que há uma abordagem interdisciplinar com combinação de áreas de conhecimento, aulas práticas e atividades de grupos em uma visão holística e colaborativa. Estabelecendo uma integração proativa entre ensino-serviço, contribuindo de forma efetiva na formação discente, promovendo direitos humanos e justiça social.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**, 1ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Cortez, 2014.

ABRINQ, Fundação.

<https://www.fadc.org.br/noticias/871-responsabilidade-corporativa-o-caminho-para-sua-empresa-ajudar-a-construir-um-mundo-melhor.html>. Acesso em 26 de setembro de 2023.

AGUIAR, Cristiano Lopes. 2009. **O uso das Tecnologias da Informação e Comunicações nas políticas de acesso à informação pública na América Latina**. Consultoria Legislativa – Câmara dos Deputados. [http://compolitica.org/novo/anais/2009\\_cristiano\\_aguiar\\_lopes.pdf](http://compolitica.org/novo/anais/2009_cristiano_aguiar_lopes.pdf). Acesso em 12 de março de 2024.

ALVES, Ana Paula Negreiros Nunes... [et al.]. **Manual de biossegurança**. Grupo Educação, Tecnologia e Saúde da Universidade Federal do Ceará : UFC-SUS Biossegurança: Liga de Infectologia da Universidade Federal do Ceará, 2021. ISBN 978-65-00-16458-9. Disponível em: <https://pega.ufc.br/wp-content/uploads/2023/07/residos-cartilha-procedimentos.pdf>.

ANDRADE, M.M. D.; Maria, L. E. **Técnicas de Pesquisa**, 83 edição. [São Paulo, Editora Atlas LTDA, 2018]: Grupo GEN, 2017. 9788597013535. Disponível - em: <https://in.tegrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013535/>. Acesso em 2021 ago.28.

ANTONIK, Luis R. **Compliance, Ética, Responsabilidade Social e Empresarial**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2016.

AZEVEDO, Ariston e Albernaz, Renata Ovenhausen. 2004. A Paraeconomia como modelo e paradigma para a análise e a formulação de Políticas Públicas: o Resgate de uma Possibilidade. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 n. 1 (2), janeiro-junho/2004, p. 20-32.

BACELAR, Tânia. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios, In **Políticas Públicas e Gestão Local: Programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Distribuidor no Brasil: Livraria Martins Fontes. Rua Conselheiro Ramalho - 330 – 340, São Paulo. Edições 70.

BARROSO, João. **O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005 751 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

BARROS. Conceição de Maria Pinheiro. **RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: Um Estudo de caso no Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará – Campus de Sobral**. FORTALEZA. 2009.

BERTO, A. B. F. (2011). **Responsabilidade Social Universitária: princípios e valores em prol do Desenvolvimento da Comunidade. Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, 1(2). <https://doi.org/10.25242/8876122011229>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.230, DE 28 de Dezembro de 2015.. **Institui a Semana Nacional de Prevenção do Câncer Bucal**. Biblioteca Virtual em Saúde, do Ministério da Saúde.

Disponível em:

<https://bvsmis.saude.gov.br/01-a-07-11-semana-nacional-de-prevencao-do-cancer-bucal-2/link>. Acesso em 16 de setembro de 2024.

BRASIL, **Estatuto da Universidade Federal do Ceará**.

[https://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/estatuto\\_ufc/estatuto\\_ufc.pdf](https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/estatuto_ufc/estatuto_ufc.pdf). atualizado em 23 de agosto de 2023. Acesso em 03 de setembro de 2024.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação ; n. 125)

BRASIL. Câmara dos Deputados.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>, site acessado em 15 de janeiro de 2023.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**. Promulgada no dia 5 de outubro de 1998. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso: 22 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) acessado em 23/05/2023 às 11h.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES** e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.005, de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. In: Brasil. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação; n. 125).

BRASIL. Lei nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017. **Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública**.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/113460.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113460.htm)  
Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Resolução ABMES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimental o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resol\\_7cne.pdf](https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resol_7cne.pdf).

BRASIL. Resolução CEPE nº.06, de 19 de setembro de 1989. Fixa normas para regulamentar as atividades de Extensão da UFC. Disponível em:  
<https://prex.ufc.br/pt/normativos/normativos-ufc/>.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. **(Publicação - Diário Oficial da União –04/05/2005)**.  
<https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5046>.

BRASIL. RESOLUÇÃO CEPE Nº 04, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014. Baixa normas que disciplinam as Atividades de Extensão da Universidade Federal do Ceará. Disponível em:  
<https://prex.ufc.br/wp-content/uploads/2016/12/ufc-cepe-resolucao-04-27fev2014-nomas-ativs-extensionistas.pdf>.

BRASIL. RESOLUÇÃO CEPE Nº 28, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017. Dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Disponível em:  
<https://prex.ufc.br/wp-content/uploads/2018/01/ufc-resolucao-28-1dez17-curricularizacao.pdf>.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 38, DE 18 DE AGOSTO DE 2017. Dispõe sobre a definição, geração e gestão de direitos relativos à Propriedade Intelectual e à Inovação Tecnológica no âmbito da Universidade Federal do Ceará, delega competências e dá outras providências. Disponível em:  
<https://prex.ufc.br/wp-content/uploads/2021/08/resolucao38-consuni-2017.pdf>.

BRASIL. Resolução RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, **Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária.  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306\\_07\\_12\\_2004.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html).

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **Reflexões sobre a Reforma Gerencial Brasileira de 1995**. Revista do Serviço Público Ano 50. Número 4. Out-Dez 1999.  
<file:///C:/Users/FFOE%20DIR01/Downloads/354-Texto%20do%20Artigo-1330-1-10-20140224.pdf>. Acesso em 13 de março de 2024.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **Os três ciclos da Sociedade e do Estado**. 2012. FGV EESP. Escola de Economia de São Paulo. Texto para discussão 308. Abril de 2012.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Carta de Serviços ao Cidadão da UFC de 2011.

[https://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/carta\\_de\\_servicos\\_ao\\_cidadao/carta\\_de\\_servicos\\_ao\\_cidadao\\_2021.pdf](https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/carta_de_servicos_ao_cidadao/carta_de_servicos_ao_cidadao_2021.pdf). Acesso em 06 de março de 2024.

CALIXTRE, A. e Fagnani, E. A política social e os limites do experimento desenvolvimentista. Campinas: IE-UNICAMP, maio de 2017.

CEARÁ, Universidade Federal do Ceará. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**.

Disponível em: [https://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/plano\\_desenvolvimento\\_institucional /cartilha pdi 2018 2022.pdf](https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/plano_desenvolvimento_institucional/cartilha_pdi_2018_2022.pdf) . Acesso em: 29 ago. 2021.

COSTA, Valeriano. **Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas**. Rev. Inst. Filhos. Ciência. Hum.. UNICAMP, v6, n. 2, p.135-166, jul/dez. 2015.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade social: fundamentos e gestão**. [São Paulo, Editora Atlas S/A, 2012]: Grupo GEN, 2012. 9788522484461. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484461/>. Acesso em: 2021 ago. 29.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade social: fundamentos e gestão**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012.

EIDT, Elise Cristina e CALGARO, Rosane. **Responsabilidade social universitária – histórico e complexidade implícitos na constituição do conceito**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 01, p. 89-111, mar. 2021.

ESCAVADOR. <https://www.escavador.com/sobre/9095395/reinaldo-dias>. Acesso em 13 de março de 2024.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle Social versus Transparência Pública: Uma Questão de Cidadania**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, como requisito para obtenção do título de especialista em Orçamento Público. Brasília, DF. 2010.

ESTENSSORO, L. **Estado e Política Públicas no Brasil: questões pendentes**. Disponível em <https://pt.slideshare.net/estenssoro/estado-e-polticas-pblicas-no-brasil-luis-estenssoro>. Acesso em 11 de março de 2024.

FARIA, Alexandre e Sauerbronn, Fernanda Filgueiras. **A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica**. Revista Administração Pública (RAP) — Rio de Janeiro 42(1):07-33, Jan./Fev. 2008.

<file:///C:/Users/ok/Downloads/admin,+ACF2AC.pdf>. Acesso em 12 de março de 2024.

FEDERAL. Ministério Público.

<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em 18 de setembro de 2023.

FRANÇA, Phillip G. **Controle da administração pública**. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Editora Saraiva, 2016.

Gerenciamento de Resíduos da UFC. **Guia de Procedimentos**. Universidade Federal do Ceará. Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental. Prefeitura de Gestão Ambiental.

<https://pega.ufc.br/wp-content/uploads/2023/07/residos-cartilha-procedimentos.pdf>.

GIAMBIAGI, Fabio. **Reforma do Estado Brasileiro - Transformando a Atuação do Governo**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2020.

GOUVEIA, Sergio Santos; VINICIO, Lauro de Almeida Lima; AMILTON, Paulo Maia Leite Filho; DANTAS, Robério de França. **Incentivos Fiscais e a Responsabilidade Social Corporativa das Organizações**. 2022.

<https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3702.pdf>. Acesso em 18 de março de 2024.

GUSSI, Alcides Fernando; Nogueira, Tiago Amorim; Júnior, Paulo Torres; Silva, Paulo Júnior Barbosa. Revista Aval. **Outras epistemologias: experiência do mestrado de avaliação em Políticas Públicas**, Vol. 2. Nº 16, 2019, p. 168.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos 2011. <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area9/area9-artigo5.pdf>. Acesso em 2023 julho. 11.

INCAR

<https://bvsmms.saude.gov.br/inca-lanca-a-estimativa-2023-incidencia-de-cancer-no-brasil/>. Acesso em 12 de setembro de 2023.

JURID, jornal,

<https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/primeiro-cinico-cinismo-na-filosofia-e-no-direito>. Acesso em 28 de setembro de 2023.

KOERICH at. 2006. **Tecnologias de cuidado em saúde e enfermagem e suas perspectivas filosóficas**. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000500022>, acessado em 08 de janeiro de 2024.

KOPELKE, André Luiz, Aires, Nadja e Boeira, Sérgio Luís. **Guerreiro Ramos: Trajetória e Interlocutores de Guerreiro Ramos: TRAJECTORY AND INTERLOCUTORS**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. Rio de Janeiro, Volume 11, nº 2. abr./jun. 2017.

[file:///C:/Users/ok/Downloads/11299-Texto%20do%20Artigo-45267-1-10-20180810\(2\).pdf](file:///C:/Users/ok/Downloads/11299-Texto%20do%20Artigo-45267-1-10-20180810(2).pdf). Acessado em 12 de março de 2024.

LULA, Portal. <https://lula.com.br/politicas-sociais-de-lula-e-do-pt-revolucionaram-o-brasil/>. Acesso em 10/09/2023.

MORAES, Camila. A Cultura é (novamente) degolada em tempos de ajuste fiscal. *Jornal El País*. São Paulo - 18 may 2016.

[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470\\_097192.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470_097192.html). Acesso em 06 de setembro de 2024.

MÁRCIO, João Mendes Pereira. Pronko, Marcela. 2015. **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde**. (1980-2013. <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l240.pdf>. Acesso em 12/06/2023, às 12h03min.

MATIAS, Pereira, José. **Governança no Setor Público**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social. Teoria, Método e Criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MODERNO, João R. **Filosofia do Golpe de Estado**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2018.

MOREIRA, Carlos Américo Leite. Magalhães, Emanuel Sebag de. **Um Novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro**. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Jun-2014.

MEC, Ministério da Educação.

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2023.

MELLO, Hivy D. Araújo. **O Banco Mundial e a reforma educacional no Brasil: a convergência de agendas e o papel dos intelectuais**. 2015. In: PEREIRA, João M. Mendes & O Brasil na década de 1990: o início do processo de inserção no mercado mundial. Artigo <https://www.diritto.it/generate-pdf/?postid=45042>. Acesso em 21 de junho de 2023.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires, Isabel Cristina Auler Pereira e Maria José de Pinho. **A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais**. Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil.. 2017.

NUTEC, Portal.

<https://www.nutec.ce.gov.br/nutec-e-nuface-se-unem-para-confeccionar-proteses-e-orteses-personalizadas/> acessado em 04/06/2023 às 10h25min. Nutec e Nuface se unem para confeccionar próteses personalizadas.

OOTIMISTA, Portal.

<https://ootimista.com.br/panorama/nuface-da-ufc-produz-proteses-faciais-para-mais-de-100-pessoas-por-an/>. Assado em 06/06/2023, às 11.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **A transformação da educação em mercadoria no Brasil**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, Brasil. 2009.

OLIVEIRA, Fernando Antônio Sodré D. **O Direito De Punir em Thomas Hobbes**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Unijuí, 2021.

OLIVEIRA, Carla Montefusco. **Entre tradições e inovações: percepções e práticas de responsabilidade social empresarial**. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil, 2013. PERÍODICOS UFC. <http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/15504>. XXV Encontro de Extensão.

PAULANI, Leda Maria. **Economia e Sociedade**. Campinas, (13): 115-127, dez. 1999. Neoliberalismo e individualismo. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643138/10688>. Acesso em 12 de março de 2024.

PORTAL da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC). <https://fcpc.ufc.br/sobre/institucional/>. Acesso em 07 de março de 2024.

PORTAL Globo.com. <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/05/30/ceara-tem-mais-de-7-mil-acidentes-de-transito-em-2023-veja-dicas-de-prevencao.ghtml>. Acesso em 07 de março de 2024.

PIMENTEL, Nogueira (Organizadora) et al. **Avaliação da extensão universitária práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão**. Coleção extensão universitária – 8. Sonia Regina Mendes dos Santos, Fernando Setembrino Cruz Meirelles, Ana Inês Sousa Edite da Penha Cunha Marília Barcellos Guimarães Rossana Souto Maior Serrano Belo Horizonte, 2013.

PORTAL do Tribunal Superior Eleitoral. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil>. Acesso em 10 de março de 2024.

Portal **Dados abertos da UFC**. <https://acessoainformacao.ufc.br/pt/plano-de-dados-abertos/>. Acesso em 05 de agosto de 2024.

Portal **Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação**. Fala.br. <https://falabr.cgu.gov.br/web/home>

Porta UFC. **Carta de Serviços ao Cidadão**. <https://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/320-carta-de-servicos-ao-cidadao>. Acesso em 05 de agosto de 2024.

RAMOS, Guerreiro: **Trajatória e Interlocutores**. Revista pensamento contemporâneo em Administração.

REINALDO, D. Matos, Fernanda Costa de. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. [São Paulo, Editora Atlas SA, 2012]:Grupo GEN, 2012. 978.8522484478. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484478/>. Acesso em: 2021 ago. 28.

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 n. 1 (2), janeiro-junho/2004, p. 20-32. [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro a Formação e o Sentido do Brasil**. Ed. Companhia das Letras – 1995. São Paulo. Segunda edição.

RIOS, José Arthur, Ubiratan simões Rezende, Belmiro Valverde castor, João Eurico Matta, Júlio César Leite, Luciano zajdsznajder e Milton Santos quarto painel - **A teoria da delimitação dos Sistemas sociais**. admin,+11274-25243-1-CE.pdf.  
file:///C:/Users/FFOE%20DIR01/Downloads/admin,+11274-25243-1-CE.pdf

ROSA, Edison da Helena, Maristela Zimmer Bortolini, *et al.* **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira Manaus - AM Maio de 2012.  
file:///C:/Users/ok/Downloads/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book(2).pdf. Acesso em 17 de março de 2024.

ROBERTSON, Susan e VERGER, Antoni. 2012. **A origem das parcerias público-privada na governança global da educação**. Universidade de *Bristol* e *Universitat Autònoma de Barcelona*, Departamento de Sociologia. Artigos educação e sociedade.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400012>. Acesso em 15 de março de 2024.

RODRIGUES, Maria de, L. e Pedro Adão e Silva. **Políticas Públicas para a Reforma do Estado**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Almedina (Portugal), 2013.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Artigos inéditos, 2008. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**.  
file:///C:/Users/ok/Desktop/LEARODRIGUES.pdf. Acesso em 10 de março de 2024.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Análises de Conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios**. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Número 17–Abril de 2011.  
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/47029/28147>. Acesso em 11 de março de 2024.

SAMU. Portal <https://www.samu.ce.gov.br/?s=registro+de+acidentes+no+cear%C3%A1>. Acesso em 12 de setembro de 2023.

SANTOS, Boaventura de, S. e Marilena Chauí. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cortez, 2014. BRASIL.  
SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras. Acesso em  
[https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Sobre\\_o\\_autoritarismo\\_brasileiro.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Sobre_o_autoritarismo_brasileiro.pdf)  
em: 22 jun. 2023. , 2019.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise**, casos práticos. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. Cap 1.

SENA, Paulo. **A história do PNE e os desafios da nova lei**. In: Brasil. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação ; n. 125). [Biblio. Obrigatória para Seminário].

SIMÕES, Carlos. Teoria crítica dos direitos sociais: o estado social e o estado democrático de direito. Disponível em: Minha Biblioteca, Cortez, 2014.

SOBRINHO, José Dias. Pesquisador autônomo, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. **Publicação nesta coleção. Sep-Dec 2018.**

Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)  
[.https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000300001.](https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000300001)

SOUZA, R.E.G. D. **Ética e Educação**. [São Paulo]: Cengage Learning Editores SA de CV, 2015. 9788522123162. Disponível em:<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123162/>. Acesso em: 2021 ago. 29.

STRECK, Danilo R. Rousseau Educação. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo Autêntica, 2007. SILVA, Maria Zenon Soares da. **O olhar do controle social: os impactos para o cidadão. In: I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.** (1.:2015: Belo Horizonte) Sala Temática Saúde:..Anais do I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.

TRANSPARÊNCIA, Portal da. <https://portaldatransparencia.gov.br/sobre/legislacao>, acessado em 15 de setembro de 2023.

UNASUS. Link acessado em 13 de setembro de 2024  
<https://www.unasus.gov.br/institucional/unasus>

UNIVERSITÁRIOS, **Revista dos Encontros**, volume I, Ed. 2016. 20 anos de Nuface (Núcleo De Defeitos Da Face): da História à Inovação. Martins, Andrezza do Nascimento; Alcântara, Emanuel de Jesus Filho; Sales, Samara Marinho Rocha; Matthes, Karina de Freitas Pontes; Yukio, Willian Egawa; Araujo, Wagner de Negreiros.

VALLAEYS, François. **O que significa responsabilidade social universitária? Estudos.** Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Brasília, v. 24, n. 36, p. 35-56, jun. 2006.

VILAS, Carlos M. **O Banco Mundial e a reforma do Estado na América Latina: fundamentos teóricos e prescrições políticas.** In: PEREIRA, João M. Mendes & PRONKO, Marcela (orgs.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013).** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

Zuccolotto, Robson e Teixeira, Marco Antonio Carvalho. **Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro.** Coleção Governo e Políticas Públicas. <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4161/4/Transparencia.pdf> Escola Nacional de Administração Pública. Brasília – DF. 2019. Link acessado em 29 de agosto de 2024.

WEBER Max. **Ensaios de Sociologia.** Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo GEN, 1999.

NEGREIROS, W.A. **Projeto de Extensão Núcleo de Defeitos da Face (NUFACE). Código: 2012.PJ.0174/2023**, Universidade Federal do Ceará. 2023. Disponível em: <https://si3.ufc.br/sigaa/extensao/Atividade/lista.jsf>.

NEGREIROS, W.A. **Projeto de Extensão Núcleo de Defeitos da Face (NUFACE). Código: 2010.PJ.xxxx/2020**, Universidade Federal do Ceará. 2020. Disponível em: <https://si3.ufc.br/sigaa/extensao/Atividade/lista.jsf>.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM DOCENTES



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ



FACULDADE  
DE FARMÁCIA,  
ODONTOLOGIA  
E ENFERMAGEM

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS DOCENTES

---

Para as entrevistas será realizada a transcrição das informações colhidas através de uma gravação, tratadas para retirar diálogos informais com vistas a destacar as principais ideias que são repetidas de acordo com a análise temática para análise. A conversa com os docentes e discentes ficará estruturada em torno dos seguintes questionamentos:

1. No Projeto NUFACE como é elaborada a interação entre alunos e a comunidade e de que forma influencia na formação dos alunos?
2. Na sua percepção, qual a importância do projeto NUFACE para o contexto da Universidade e sociedade?
3. Quais são as principais dificuldades que o projeto enfrenta?
4. O NUFACE recolhe taxas para realização dos serviços prestados. De que maneira as taxas cobradas e como são empregadas?
5. Há uma preocupação com a acessibilidade do projeto para as pessoas que têm dificuldades em pagar as taxas?
6. Como a cobrança de taxas se alinha aos princípios de uma Universidade Pública?
7. Em sua opinião, há um risco de mercantilização do projeto de extensão ao cobrar taxas? Como essa prática é discutida dentro da universidade e qual seu entendimento sobre esse tema?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM DISCENTES**

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ



FACULDADE  
DE FARMÁCIA,  
ODONTOLOGIA  
E ENFERMAGEM

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS DISCENTES**

---

1. Como está sendo sua experiência ao participar do projeto de extensão NUFACE para cumprir a carga horária prática?
2. Você acredita que o projeto complementa de maneira adequada com a formação teórica do curso?
3. Em relação aos atendimentos, como é sua interação com a comunidade (pacientes atendidos)?
4. O que poderia ser melhorado no projeto NUFACE?
5. Quais são os principais aprendizados que você levará dessa experiência prática para sua futura carreira?

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO**

**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ**



**FACULDADE  
DE FARMÁCIA,  
ODONTOLOGIA  
E ENFERMAGEM**

**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (MAPP) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

---

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO**

Pesquisa sobre o Projeto do Núcleo de Defeitos da Face (NUFACE), uma ação de extensão do curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE).

**Dados demográficos:**

1. Faixa etária:

Menos de 18 anos

De 18 a 29 anos

De 30 a 49 anos

50 anos ou mais.

2. Qual a sua identidade de gênero?

Masculino

Feminino

Transgênero

Não binário

Outro (especifique) \_\_\_\_\_

Prefere não dizer.

3. Onde você mora ou morava quando iniciou o tratamento?

Capital

Região Metropolitana

Interior do estado.

4. Renda mensal familiar?

Até 2 salários mínimos.

De 3 a 5 salários mínimos.

De 6 a 10 salários mínimos.

Acima de 10 salários mínimos.

**Dados sobre informações do Projeto NUFACE:**

5. Como você descobriu o NUFACE? Por favor, selecione uma das opções abaixo:

Através de indicação de amigos ou familiares.

Por meio de pesquisas na internet.

Através de divulgação em mídias sociais (*Facebook, Instagram, etc.*).

Por recomendação de profissionais da área de saúde.

Outro (por favor, especifique). \_\_\_\_\_

6. Qual é a sua compreensão sobre a ação de extensão NUFACE da FFOE em relação ao atendimento realizado para a sua solicitação? Por favor, selecione uma das opções abaixo:

Compreendo plenamente a ação de extensão NUFACE da FFOE e estou satisfeito com o atendimento.

Entendo razoavelmente a ação de extensão NUFACE da FFOE, mas acho que o atendimento poderia ser melhorado.

Tenho algumas dúvidas sobre a ação de extensão NUFACE da FFOE e gostaria de mais esclarecimentos sobre o atendimento.

Não compreendo bem a ação de extensão NUFACE da FFOE e estou insatisfeito com o atendimento

Minha resposta não se enquadra em nenhuma das opções anteriores.

7. Você está ciente das taxas cobradas pelo NUFACE para seus serviços? Se sim, como você as percebe em termos de acessibilidade (acesso)?

Sim, estou ciente das taxas cobradas pelo NUFACE e percebo que elas são acessíveis

Sim, estou ciente das taxas cobradas pelo NUFACE, mas percebo que elas são um pouco elevadas em relação à minha capacidade financeira

- Sim, estou ciente das taxas cobradas pelo NUFACE, e considero que elas são inacessíveis para mim
- Não tenho conhecimento sobre as taxas cobradas pelo NUFACE
- Minha resposta não se enquadra em nenhuma das opções anteriores.

8. Você está ciente da existência da Carta de Cidadão ao Usuário, que aborda os serviços prestados pela universidade? Conhece a Ouvidoria da Universidade e outros meios disponíveis para reclamações, sugestões ou elogios? Por favor, selecione uma das opções abaixo:

- Sim, estou ciente da Carta de Cidadão ao Usuário e conheço a Ouvidoria da Universidade, bem como outros meios para dar *feedback* (retorno)
- Sim, estou ciente da Carta de Cidadão ao Usuário, mas não conheço a Ouvidoria da Universidade ou outros meios para dar *feedback* (retorno)
- Não, não estou ciente da Carta de Cidadão ao Usuário, mas conheço a Ouvidoria da Universidade e outros meios para dar *feedback* (retorno)
- Não, não estou ciente da Carta de Cidadão ao Usuário e tampouco conheço a Ouvidoria da Universidade ou outros meios para dar *feedback* (retorno)
- Minha resposta não se enquadra em nenhuma das opções anteriores.

9. Como você avalia a responsabilidade social universitária do NUFACE em relação à sua política de cobrança de taxas? Entende-se por Responsabilidade Social Universitária o oferecimento de serviços, voltados para o atendimento das necessidades da comunidade, promovendo a inclusão social e o acesso a oportunidades, de forma democrática, ética e sustentável.

- A política de cobrança de taxas do NUFACE demonstra um compromisso claro com a responsabilidade social universitária, afinal os serviços oferecidos pela Universidade geram custos e não lucro
- A política de cobrança de taxas do NUFACE parece estar alinhada com a responsabilidade social universitária, mas poderia ser melhorada em alguns aspectos
- A política de cobrança de taxas do NUFACE não reflete adequadamente a responsabilidade social universitária. Foi difícil realizar o tratamento devido à cobrança de taxas
- Não tenho informações suficientes para avaliar a responsabilidade social universitária do NUFACE em relação à sua política de cobrança de taxas
- Minha resposta não se enquadra em nenhuma das opções anteriores.

10. Você acredita que a política de cobrança de taxas do NUFACE pode influenciar no acesso aos serviços prestados para diferentes grupos socioeconômicos?

- Sim, a política de cobrança de taxas do NUFACE pode tornar os serviços inacessíveis para certos grupos socioeconômicos

Sim, a política de cobrança de taxas do NUFACE pode criar barreiras financeiras para alguns grupos socioeconômicos, limitando o acesso

Não, a política de cobrança de taxas do NUFACE não parece ter um impacto significativo na acessibilidade dos serviços para os diferentes grupos socioeconômicos

Não tenho informações suficientes para opinar sobre como a política de cobrança de taxas do NUFACE pode influenciar a acessibilidade dos serviços

Minha resposta não se enquadra em nenhuma das opções anteriores.

11. Como você acha que a política NUFACE influencia clinicamente na vida dos usuários em termos de acesso a tratamentos?

A política do NUFACE facilita o acesso dos usuários aos tratamentos e houve melhoria física significativa após o procedimento realizado pelo projeto

A política do NUFACE pode criar obstáculos no acesso a certos tratamentos e não houve melhoria física significativa após o procedimento realizado pelo projeto

Não percebo uma influência significativa da política do NUFACE no acesso aos tratamentos e não fez diferença procedimento realizado pelo projeto

Não tenho informações suficientes para opinar sobre como a política do NUFACE influencia clinicamente os usuários em termos de acesso a tratamentos e procedimento realizado pelo projeto

Minha resposta não se enquadra em nenhuma das opções anteriores.

12. Como você avalia o atendimento prestado e o tempo de espera até esse momento do tratamento? Por favor, selecione uma das opções abaixo que melhor descreva sua experiência:

Excelente atendimento e tempo de espera mínimo

Bom atendimento, mas o tempo de espera foi um pouco longo

Atendimento satisfatório, porém o tempo de espera foi muito longo

Atendimento ruim e tempo de espera excessivo

Minha resposta não se enquadra em nenhuma das opções anteriores.

13. Após o início do tratamento, você notou alguma melhoria em sua vida social e familiar? Por favor, selecione uma das opções abaixo que melhor descreva sua experiência:

Sim, houve uma melhoria significativa em minha vida social e familiar após o tratamento

Sim, houve alguma melhoria, mas não foi significativa

Não houve melhoria perceptível em minha vida social e familiar após o tratamento

Minha resposta não se enquadra em nenhuma das opções anteriores.

14. Você tem alguma sugestão para melhorar a política NUFACE, tornando-a mais inclusiva e socialmente responsável? Seja na forma de atendimento, em relação à cobrança de taxas com pagamentos mais flexíveis, desenvolver parcerias com empresas locais para aumentar o acesso aos serviços do NUFACE para os grupos carentes financeiramente.

---

---

---

15. O que está representando o tratamento realizado pelo projeto NUFACE na sua vida?

---

---

---